

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO ANTONIO SORGI

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: UM ESTUDO DO NORTE
PIONEIRO DO PARANÁ – MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

CURITIBA
2009

FERNANDO ANTONIO SORGI

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: UM ESTUDO DO NORTE
PIONEIRO DO PARANÁ – MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Economia, área de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin.

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDO ANTONIO SORGI

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL: UM ESTUDO DO NORTE
PIONEIRO DO PARANÁ – MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Curso de Pós Graduação em Economia, setor de Ciências Sociais Aplicadas, área de Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra
Departamento de Economia, UFPR

Profa. Dra. Janete Leige Lopes
Departamento de Economia, FECILCAM

Curitiba, 08 de maio de 2009.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que venham a se beneficiar com a elevação da qualidade de vida advinda de projetos de desenvolvimento social e econômico, implantados em suas regiões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador, pela luz e força que me concedeu durante todo o processo desse mestrado.

À minha esposa Rosângela, e minhas filhas Tatiana e Fernanda, por terem compreendido os meus momentos de ausência e de dificuldades, pelo apoio e incentivo dados a mim.

Aos meus pais que construíram os alicerces do meu caráter.

Aos professores do departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, que com seu empenho, transferiram de maneira brilhante seus conhecimentos para que pudéssemos receber esse título.

Ao Professor Onofre Ribeiro de Almeida, diretor do campus de Cornélio Procópio da UENP, que me possibilitou participar desse programa de mestrado da UFPR.

A Professora Inês Cardin Bressan, por ter me incentivado e colaborado com a construção desse trabalho.

E ao Professor Fábio Dória Scatolin, que com maestria mostrou-me os caminhos para realizar essa dissertação como meu orientador.

EPÍGRAFE

“Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz se a maioria dos seus membros é pobre e miserável.”

Adam Smith.

RESUMO

Esta dissertação trata da compreensão do desenvolvimento econômico do norte pioneiro do Paraná na microrregião de Cornélio Procópio. A pesquisa nos levou inicialmente à discussão conceitual das teorias, e dos trabalhos desenvolvidos dentro da Economia Regional por autores consagrados, como Perroux, Myrdal e Hirshman. Mostrou-se, portanto, ao longo da dissertação, que efetivamente pode-se agrupar a Teoria Econômica Regional em três grandes agregações esquemáticas, sem que se perca, no processo, a essência das especificidades inerentes ao fenômeno do crescimento regional. Tanto a teoria dos Pólos de Crescimento quanto a teoria da Causação Circular Acumulativa acompanharam passo a passo o processo do estudo desenvolvido. Também se demonstrou, ao se elaborar esse trabalho, que o mesmo contemplou os termos prescritos por Hirshman, "efeito para frente e para trás". Uma visão atualizada dos conceitos e estratégias para o desenvolvimento econômico das localidades é importante e dentre os vários tópicos abordados, destaca-se o que se refere à mudança tecnológica e à cultura inovadora, além de tratar do contexto sistêmico da produtividade e da competitividade. A cafeicultura foi o marco inicial no processo de formação da economia dessa região do Paraná. Uma metodologia de estudo de caso através de questões chave como: a localidade e suas indústrias; o nível de escolaridade e acesso à saúde; os encadeamentos e redes; a governança da produção e o esboço das políticas públicas, serviu de instrumento fundamental para um diagnóstico sócio-econômico tanto da microrregião em estudo quanto do município pólo da mesma. Essa análise convergiu para a demonstração dos desafios da construção de uma agenda de desenvolvimento local além de uma proposta de estratégias para a melhoria da qualidade de vida da população dessa região. Os resultados completos deste estudo são importantes e ajudam a complementar a discussão atual sobre os novos rumos das políticas locais, em face da economia mundial.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico regional. Microrregião. Diagnóstico Sócio-econômico. Análise histórica. Questões chave.

ABSTRACT

This dissertation deals with the comprehension of the economical development of the Northern Region of Paraná State in the micro region of Cornélio Procópio. This research led us initially to a conceptual discussion of the theories, and the works developed inside the Regional Economy by consecrated authors, as Perroux, Myrdal and Hirshman. It was shown, therefore, along with the dissertation, that we are effectively able to join the Regional Economic Theory in three big schematic aggregations, not losing, in the process, the essence of the specifications dealt with the regional growing phenomena. Both the growing polis and the accumulative circular results theories followed step by step the process of the developed study. It was also shown, during the work development, that the work itself used Hirshman prescriptive terms, “a forward and backward effect.” An updated view of the concepts and strategies for the economical development of the location is important and among several developed themes, it is highlighted the one which refers to the technological change and to the innovative culture, besides the systemically context of the productivity and competitively. The coffee production was the initial indicative in the process of the economical formation of this region of Paraná. A case study methodology through keyword questions like: the localization and its industries; the school level and the health access; the chaining and networks; the management of the production and a draft of the public politics, was a fundamental tool for a social and economical diagnosis for both the micro region in study and the city itself. This analysis converged to a demonstration of the challenges in building a local development agenda besides a strategy proposal for the improvement of the population quality of life in this region. The complete results of this study are important and help to complement the discussion nowadays about new routes of the local politics, face to the world economy.

Keywords: Regional economical development; Micro region; social economical diagnostic; historical analysis; key questions.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INDICADORES DO NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA RENDA, 1991 E 2000.....	68
TABELA 2 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006.....	72
TABELA 3 – PIB, PIB <i>PERCAPITA</i> E PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA CONJUNTURA ECONÔMICA DO NORTE PIONEIRO DO PR – 2004.....	75
TABELA 4 – INDICADORES DE RENDA - 2000 e 2006.....	77
TABELA 5 – INDICADORES DE RENDA MUNICIPAIS.....	78
TABELA 6 – PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPASTORIS POR MUNICÍPIO.....	80
TABELA 7 – VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ – 2000 a 2007.....	81
TABELA 8 – INDÚSTRIAS DOMINANTES POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ.....	82
TABELA 9 – VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO AS ATIVIDADES DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PR – 2005.....	84
TABELA 10 – DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ – 1992 a 2007.....	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 OS CLÁSSICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL.....	13
2.1.1 Teoria dos pólos de crescimento.....	19
2.1.2 Teoria da causação circular cumulativa.....	21
2.1.3 Efeitos para trás e para frente.....	26
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – DEL.....	36
2.2.1 Implementação de estratégia de DEL.....	36
2.2.2 Uma visão contemporânea do Desenvolvimento Econômico Local.....	40
2.2.3 Agências de Desenvolvimento Econômico Local - ADEL.....	44
3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ	47
3.1 UMA RELEITURA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE – MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.....	47
3.1.1 A ocupação do norte do Paraná.....	48
3.1.2 A Formação da economia do norte pioneiro paranaense.....	52
3.1.3 Cornélio Procópio: origens do município.....	56
4 ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE	60
4.1 QUESTÕES-CHAVE QUE INFLUENCIAM O DEL: METODOLOGIA PARA ESTUDOS DE CASO.....	60
4.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.....	67
4.3 DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE.....	73
5 DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O NORTE PIONEIRO DO PR	89
5.1 FATORES INTERNOS PRESENTES NA REGIÃO.....	89
5.2 CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA AGENDA PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ.....	92
6 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o tema “Desenvolvimento Regional”, o primeiro pensamento que ocorre é de utilizar como parâmetro, as regiões que possuem elevada qualidade de vida social e econômica de seus habitantes e não menos importante que isso, quais foram as estratégias tomadas pelo setor público e privado para que essas regiões obtivessem êxito quanto à esse grau de desenvolvimento humano. Nos dias atuais, em todas as pautas de discussão política, nota-se a preocupação com o desenvolvimento econômico como a prioridade das ações devido ao grande leque de problemas e soluções que se abre em torno desse tema. Refletindo uma tendência nacional, algumas das microrregiões do Estado do Paraná atravessam por problemas como o desemprego, a baixa renda, a concentração de riquezas, a falta de crescimento econômico e o baixo IDH em relação a outras regiões do mesmo Estado. O que se percebe, é que as teorias de desenvolvimento mostram não só quais são as possíveis estratégias para se alcançar metas de desenvolvimento econômico regional, mas também, as inúmeras dificuldades encontradas ao se elaborar um projeto objetivando esse desenvolvimento econômico regional sustentado.

Na formação econômica dos municípios do norte pioneiro do Estado do Paraná, percebeu-se um avanço no crescimento econômico e no desenvolvimento das cidades nas primeiras três décadas da formação daquelas economias (1930–1960). Após esse período, houve uma redução do crescimento econômico dessa região e também no desenvolvimento da mesma. No município de Cornélio Procópio houve até um esvaziamento demográfico com parte da população ativa emigrando para grandes centros do Estado e fora dele. Em 1970, a população era de 49.796 habitantes e em 2007 46.931 habitantes uma diminuição de cerca de 6% da população segundo com censo do IBGE, isso já considerando o desmembramento de Cornélio Procópio dos municípios de Leópolis e Sertaneja, ocorrido em 1951.

A presente dissertação trata da compreensão do desenvolvimento econômico da microrregião norte pioneira paranaense com o município de Cornélio Procópio como polo regional, a partir de uma análise histórica, bem como a identificação dos índices sócio-econômicos e seu diagnóstico para a proposição de sugestões de construção de uma agenda política e uma futura elaboração de um

projeto que vise à melhoria da qualidade de vida da população que pertence à região em estudo.

Apesar das contribuições teóricas sobre o desenvolvimento regional como as de Perroux, Myrdal e Hirschman, nota-se a falta do conhecimento das mesmas pelos principais atores envolvidos nos projetos a serem aplicados. Nota-se, também, a ausência, na microrregião do norte pioneiro do Paraná, de políticas públicas melhores elaboradas com base em projetos científicos de desenvolvimento econômico fundamentados em conceitos teóricos e avaliações práticas de autores de bibliografias que posteriormente serão referenciadas.

Um estudo das características sócio-econômicas da microrregião norte pioneiro do Paraná no intuito de se buscar níveis aceitáveis de crescimento e distribuição de renda é perfeitamente validado pela vontade geral da conquista de um desenvolvimento econômico que ainda está distante das realidades encontradas em outras regiões do Estado. Isso já se torna motivo relevante para que se tome de ação a elaboração de projetos de desenvolvimento econômico, públicos e de iniciativa privada e até mesmo da sociedade civil organizada, para serem implantados na microrregião do norte pioneiro paranaense.

Diante disso, busca-se a pensar o desenvolvimento sócio-econômico da microrregião de Cornélio Procópio – PR, a partir de uma análise histórica e dos referenciais teóricos sobre este fenômeno. Dessa forma, o objetivo dessa dissertação é analisar o desenvolvimento econômico da microrregião de Cornélio Procópio a partir de uma análise histórica.

Esta dissertação está estruturada em 4 capítulos além desta introdução e da conclusão.

No capítulo 2 é abordado o referencial teórico do desenvolvimento econômico regional e local com base nos conceitos de pólos de crescimento, da causação circular cumulativa e dos efeitos para trás e para frente de François Perroux, Gunnar Myrdal e Hirschman respectivamente além de uma visão contemporânea sobre o desenvolvimento local abordado por Francisco Albuquerque Llorenz.

O capítulo 3 traz uma análise da formação econômica da microrregião do norte pioneiro do estado do Paraná, através de uma releitura histórica dessa formação econômica.

O capítulo 4 trata da leitura do desenvolvimento regional e local e de um diagnóstico através de indicadores sócio-econômicos por meio de uma metodologia de estudos de caso baseada em cinco questões-chave.

No capítulo 5 é discutido os desafios para a construção de um novo projeto de desenvolvimento para a região em estudo e uma sugestão de construção de uma nova agenda política e de um projeto de desenvolvimento regional.

E finalmente na conclusão, enfatiza-se os pontos relevantes da pesquisa bibliográfica como fundamentação de uma análise propositiva para a construção de um projeto de desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da década de 1950, as teorias de François Perroux, Gunnar Myrdal e Albert Hirschman passaram a inspirar políticas públicas de desenvolvimento regional e estudos analíticos objetivando aferir os seus graus de adequação à realidade. Com o passar do tempo, começaram a ser observados esforços para a incorporação de modelos e abordagens que pudessem dar conta dos novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível e dos movimentos de abertura comercial e desregulamentação econômica. Parece ser justamente neste momento que a produção teórica em economia regional assume um caráter mais interdisciplinar e os textos passam a incluir uma quantidade cada vez maior de referências, dificultando a tarefa de se estabelecer um fluxo contínuo na evolução do pensamento. Dessa forma, o presente capítulo aborda as teorias sobre o desenvolvimento econômico regional, os conceitos de desenvolvimento elaborados por Perroux, Myrdal e Hirschman e a teoria do desenvolvimento econômico local.

O estudo de uma economia regional é diferenciado do estudo da economia nacional, principalmente pela ausência de barreiras em relação à migração e circulação de bens, serviços e capital. Essa maior mobilidade de recursos entre regiões pode determinar que uma área exerça influência relevante sobre as demais, em relação à atração de recursos produtivos ou domínio de mercados, em razão de dotações de recursos naturais, tamanho de mercados consumidores, qualificação da mão-de-obra, entre outras.

2.1 OS CLÁSSICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

As mudanças nos padrões de localização, a industrialização e a revolução agrícola foram as causas da rápida expansão urbana nos principais centros metropolitanos dos países em desenvolvimento ao longo do século XX. O crescimento desses mercados atraiu ainda mais a concentração industrial, trazendo uma disparidade regional cada vez mais acentuada. Essas disparidades foram elementos que induziram uma atenção maior aos estudos regionais.

Nas décadas passadas, houve grande colaboração dos governos de países desenvolvidos visando transferir renda para regiões menos desenvolvidas que tem problemas de pobreza e desemprego, deslocando o capital e até criando novas

idades como ocorreu na Inglaterra para descentralizar a indústria local. Resumidamente, afirma-se que os problemas regionais advêm das desigualdades que o processo de crescimento difunde, ou seja, as economias externas nas regiões mais ricas drenam os fatores das regiões mais pobres. O grande interesse pela Economia Regional, surge da elevada concentração urbana que traz em seu bojo os conceitos de localização da atividade econômica, de mercado e consumo, de economias de escala e de reserva de mão-de-obra (SOUZA, 1981).

A Economia Regional compreende o estudo da diferenciação espacial, das inter-relações entre as áreas dentro de um sistema nacional de regiões, enfrentando um universo de recursos escassos, desigualmente distribuídos no espaço e imperfeitamente móveis (DUBEY, 1977).

Em outra visão, Souza (1981) afirma que a Economia Regional compreende: a introdução do elemento espaço na análise econômica; o estudo de problemas localizados e que envolvem separação espacial, tais como: a estrutura dos parques industriais locais e regionais; os meios de comunicação entre dois ou mais centros urbanos; o problema do emprego rural e urbano; as finanças municipais e regionais; o aproveitamento racional dos recursos naturais locais; os impactos de investimentos em determinadas indústrias sobre o emprego, as demais atividades industriais, as finanças públicas, etc.

Segundo Walter Isard (1956), a Economia regional depara-se com cinco problemas principais:

- a) identificar as indústrias a implantar com prioridade em cada região, para maximizar o crescimento regional e assegurar rentabilidade satisfatória para o empreendimento;
- b) aumentar a renda *per capita* e os níveis de emprego regionais;
- c) proporcionar a integração interna do parque industrial regional, bem como sua diversificação;
- d) proporcionar o planejamento nacional com base na agregação dos planejamentos regionais, de sorte a obter-se a alocação racional dos recursos escassos;
- e) ocupar mais racionalmente o espaço nacional, repartindo da melhor forma possível os homens e as atividades econômicas.

A Economia Regional não trata apenas dos problemas locais ou de mobilização dos fatores produtivos. Ela também aborda a distribuição desigual

desses recursos e mesmo havendo mobilidade perfeita dos fatores, persistirão os problemas das desigualdades regionais e da má alocação dos recursos de produção.

Meyer (1963) inclui quatro conceitos como conteúdo dessa teoria:

- a) teoria da Localização (Lösh);
- b) teoria do multiplicador (base econômica);
- c) análise inter-industrial de insumo-produto (Leontief);
- d) e programação matemática.

E Nali de Souza (1981) afirma que ainda fora necessário acrescentar mais seis conceitos conforme descreve abaixo:

- a) teoria do crescimento regional (Richardson);
- b) teoria dos pólos de crescimento (Perroux);
- c) contabilidade regional (Stone);
- d) modelos gravitacionais;
- e) análise espacial dos preços (micro-economia espacial);
- f) teoria da difusão espacial de inovações, de tecnologia, de bens e serviços

e de fatores de produção.

Explanando alguns dos principais pontos citados acima se tem:

A teoria da localização enfatiza o papel dos custos de transporte. Também dá ênfase sobre o efeito de aglomeração e a maximização de lucros, a minimização dos custos totais. O problema da localização ótima é que não se pode ter a certeza de que os padrões de custo do presente vão se manter no futuro. Por outro lado, há um conflito entre a maximização de lucros e a maximização da utilidade daquele que toma a decisão de localizar-se em determinada área. A escolha da localização com base na satisfação tende a ocorrer em uma grande cidade, com alto grau de acessibilidade rodoviária e, se possível, perto das fontes de matérias primas, onde a firma, mesmo não maximizando lucros, maximiza a satisfação por lazer dos proprietários e minimiza os riscos. A concentração tende a efetuar-se em mesma indústria, na forma de complexos industriais. A teoria da localização esbarra nas dificuldades da suposição de concorrência perfeita (coeficientes de produção constantes, ou preços fixos, padrões de consumo constantes). Economias de escala, externalidades e indivisibilidades são exemplos de que o equilíbrio competitivo não se realiza.

A teoria do multiplicador, como modelo empírico, está associada à teoria da base econômica. Seu conceito é similar ao da macroeconomia tradicional; há necessidade de se definir as atividades exógenas situadas fora da economia regional ou que dependem de forças externas, como as exportações; determina-se o multiplicador observando o desenvolvimento histórico da base econômica; esse multiplicador é aplicado para projeções da atividade total ou para medir impactos de variações na base exportadora sobre a economia regional.

A análise de insumo-produto tem como base uma matriz de coeficientes técnicos de produção que se identificam por indústria e/ou por áreas de atividade econômica. A consideração das relações inter industriais e inter-regionais, ao mesmo tempo, depara-se com o problema da multiplicidade dos dados estatísticos necessários. Uma solução seria considerar unicamente a matriz das relações inter-industriais, como no caso da matriz nacional, globalizando-se as relações com as demais áreas unicamente em duas contas de importação e exportação; a outra solução consiste em considerar somente as relações inter-regionais, agregando-se o valor da produção das indústrias de cada região. As matrizes de relações inter-industriais são bastante úteis para a análise da integração interna dos parques industriais regionais.

Os modelos gravitacionais desenvolveram-se em estudos relacionados aos transportes e problemas urbanos (distribuição da população, fluxos de tráfico). O modelo básico consiste em supor que os fluxos entre dois pontos são diretamente proporcionais à população de cada centro e inversamente proporcionais à distância entre eles, ou seja:

$$T_{ij} = K P_i P_j / d^{a_{ij}}$$

Onde: k é um parâmetro e a é a elasticidade de transação e varia de acordo com o bem considerado. A variável população P de cada centro (i e j) pode ser substituída, com vantagens, por variáveis econômicas de comportamento como renda, emprego, custo etc.

Essas novas conceituações teóricas apontadas por Meyer (1963) e por Souza (1981) se somaram às teorias clássicas de desenvolvimento regional para que se pudesse alcançar esse desenvolvimento de maneira mais eficaz.

A promoção do desenvolvimento regional é entendida como um componente importante do desenvolvimento de um Estado. Enquadra-se não apenas iniciativas que podem confinar ao espaço físico regional ou nacional, no sentido da divulgação,

promoção e valorização do seu potencial endógeno, mas também todas as ações e iniciativas que procurem promover externamente a região. Segundo Clemente (2000, p.130) para analisar o desenvolvimento regional de forma abrangente, seria necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural.

É através de uma sequência de eventos, resultados de encadeamentos produtivos que alteram a estrutura física e social de uma região, e de seus processos de industrialização de bens e consumo (WILLERS 2006, p.68).

Para Willers (2006, p.68) o desenvolvimento regional consiste, principalmente, na implantação simultânea de uma série de projetos que acelerem as pressões e os mecanismos de indução. Pode-se constatar a necessidade de uma atenção aos aspectos estratégicos do processo de desenvolvimento regional, a procura de mecanismos que possam despertar o espírito empreendedor da região, definir o potencial da região, a busca de recursos e principalmente a união de interesses públicos e privados em busca de soluções.

A união dos envolvidos no desenvolvimento regional é ponto fundamental para o crescimento, conforme aponta Willers (2006):

De qualquer forma, as regiões atrasadas só alcançarão o desenvolvimento econômico a partir do momento que os empreendedores decidirem buscar por ele. Sendo assim, não adianta apenas determinação, mas sim uma visão real do que é necessário fazer para que o desenvolvimento aconteça, sendo que esta visão só ocorre à medida que o processo de desenvolvimento acontece (WILLERS, 2006, P. 68).

O crescimento econômico regional inicia quando a região começa a definir uma sequência de ações, procura encontrar uma estrutura de atuação, propor metas e encontrar uma identificação da especificidade da realidade regional.

Wittman (2001) define que as políticas desenvolvimentistas regionais residem:

[...] no fato de regiões perceberem a necessidade de implementar ações conjuntas em contraponto a estratégias isoladas e compartimentadas, pois a competitividade passa pela união e inter-conectividade dos atores presentes. As empresas e regiões devem ater-se aos novos desafios propostos, que exigem, sobretudo, alicerçar-se em modelos estruturados de aglomerados, passando para arranjos produtivos e posteriormente para sistemas locais de produção e inovação que permitem, através de formalização de acordos e parcerias entre empresas, organizações e instituições, a aumentar a competitividade e inserirem-se em ambientes concorrenciais globais (WITTMAN, 2001, P. 31-32).

A mudança estrutural pode ser considerada a essência do desenvolvimento econômico regional. Pode-se assim dizer que o desenvolvimento econômico deve ser visto a partir de mudanças estruturais nas economias regionais que estão se industrializando. Essa mudança é o diferencial das regiões desenvolvidas e das em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, pois aquelas que já estão impactadas com essas transformações conseguiram definir um poder aquisitivo adicional.

O estímulo ao crescimento industrial e tecnológico de uma região deve estar definido sobre uma estratégia voltada à especificidade da realidade regional. Faz-se necessário uma busca constante em definir qual é a estratégia de mudança que possa estimular a expansão industrial ou tecnológica de uma região. A procura em localizar combinações ótimas de recursos e de fatores de produção, a busca dos parceiros ideais e investidores dispostos a correr os riscos inerentes ao processo de desenvolvimento são fundamentais para o sucesso desse desenvolvimento regional.

É essencial que se dê atenção, além dos riscos, aos aspectos dinâmicos e estratégicos do processo de desenvolvimento econômico regional. É necessário buscar mecanismos para suportar as pressões, sempre atrair novos parceiros e projetos, despertar o maior número de empreendedores da região e que esses projetos não fiquem apenas no início. É preciso que os parceiros (atores) acompanhem também o após, fundamentar o trabalho desenvolvido e rever os resultados propostos e sua aplicabilidade, e sempre tomar medidas para a melhora do mesmo.

Becattini (1979) aponta que, uma visão diferente de desenvolvimento vem se traduzindo em iniciativas de planejamento voltadas à valorização do potencial endógeno das regiões desde a década de 1980. Conclui ainda que inspiradas no sucesso de regiões como o Vale do Silício, na Califórnia, a Emília Romana, na Itália, ou regiões dinâmicas da Ásia, tais políticas apresentam duas características essenciais: são ancoradas em territórios específicos e baseadas em pequenas e médias empresas, interdependentes e interativas. No entanto, não se limitam às regiões caracterizadas por produção flexível, alta tecnologia e forte capacidade de inovação. Também em regiões periféricas podem ser observadas iniciativas bem sucedidas de mobilização endógena, dinamismo, inovação e melhoria da renda e das condições de vida da população. É o caso da indústria de confecções em Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, no agreste de Pernambuco ou do complexo da cachaça no norte de Minas Gerais.

Segundo Porter (1993), esse é um novo horizonte para as políticas de desenvolvimento, em que o objetivo de crescimento econômico necessariamente se associa à mobilização cívica, à cooperação, à valorização das identidades locais e regionais e à inclusão participativa de amplos setores da sociedade.

Durante a década de 1950 desenvolveram-se conceitos e estratégias de desenvolvimento regional que chamaram a atenção dos sistemas de planejamento nos anos 1960. Destacam-se aqui três conceitos-chave. O primeiro, o conceito de “pólo de crescimento” (Perroux, 1955); o segundo, de “causação circular cumulativa” (Myrdal, 1957); e, o terceiro, de “efeitos para trás e para frente” (Hirschman, 1958). Vale ressaltar que estes autores não foram, ao menos do ponto de vista formal, diretamente influenciados pelo trabalho de Marshall (1890), tendo sido muito mais presentes e facilmente identificáveis as influências exercidas por Keynes e por Schumpeter, este último, sobretudo no caso de Perroux (1955).

2.1.1 Teoria dos pólos de crescimento.

François Perroux, que teve reunidos os seus principais trabalhos numa coletânea denominada *L'Économie du XXème siècle* (1960), elaborou a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, após anos de refinamentos e mudanças passou a ser conhecida como Teoria dos Pólos de Crescimento. O pólo de crescimento surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. (ANDRADE, 1987, p.58). A principal função da indústria motriz é gerar ou produzir economias externas, quer sejam tecnológicas, quer sejam pecuniárias (infra-estruturas, proximidade dos consumidores, mão-de-obra e serviços especializados) que atraem as atividades econômicas. Outras empresas menores surgem no entorno da indústria motriz para abastecê-la ou mesmo para atender a nova demanda que se expande naquela área. Investimentos passam a se realizar na intenção de se ampliar a infraestrutura local, e com isso geram-se novas economias externas e se facilita o escoamento dos fluxos de bens, serviços, fatores e informações. Esses complexos crescerão acima da média de outras regiões e, por isso, são considerados pólos de crescimento.

Para Perroux (1977), uma indústria motriz apresenta três características principais:

Em primeiro lugar constitui uma atividade inovadora, possui grande porte e de estrutura oligopólica, deste modo, suas decisões tendem a causar um grande impacto na área. Segundo, a indústria motriz apresenta uma taxa de crescimento superior à média regional. Finalmente, a indústria motriz caracteriza-se por uma forte interdependência técnica (*linkages*) com uma gama diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial. A influência da indústria motriz pode ser basicamente dividida em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado. (TOLOSA, 1972, p. 196-197).

Tal referência constitui o objeto da teoria do crescimento polarizado e o conhecimento das razões pelas quais determinadas atividades industriais e regiões crescem mais do que outras. E Perroux (1977) observou que esse crescimento econômico não surge ao mesmo tempo em todo o território, mas em pólos de crescimento. Ele afirma que o crescimento difunde-se a partir desses pólos para outras regiões por diversos canais de integração como os meios de transporte e comunicações, comércio de bens finais, matérias-primas e insumos industriais.

Algumas indústrias se desenvolvem de forma diferenciada com a separação dos fatores produtivos, concentração dos capitais sob o mesmo poder, a mecanização e a decomposição técnica das tarefas. O nascimento de uma nova indústria é fruto de nova expectativa. Os agentes têm uma proposta de enfrentar uma situação nova que julgam possível e assumem correr riscos de sua realização. O projeto depende da amplitude de seu horizonte econômico, e se fortalece em planos alternativos e corrigíveis, no transcorrer de períodos sucessivos. Essa expectativa se torna criativa ao passo que esses planos se tornem compatíveis com os planos de outros agentes (produtores e consumidores). Se todos os fatores utilizados forem ociosos e se a criação não acarretar prejuízos para nenhum outro setor, o produto final da indústria representará aumento líquido do produto final da economia que foi gerado na fase precedente.

Essas indústrias assinalam encadeamentos significativos, como a inovação que quando bem sucedida, constitui exemplo para outros agentes daquela economia e suscita imitações, o que intensifica a vontade destes, de ganhos e de poderio relativos (PERROUX, 1955).

Em um pólo industrial, geograficamente aglomerado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devido à proximidade e aos contatos humanos. Essa aglomeração que se dá nos meios urbanos difere do meio rural nos seus consumidores que possuem padrões de consumo diversificados e progressivos. Além desses efeitos de intensificação, adicionam-se os efeitos das disparidades inter-regionais, ou seja, ele modifica o seu meio geográfico imediato e, se for poderoso, a estrutura inteira da economia em que estiver situado (PERROUX, 1955).

A indústria motriz ao atuar para obter matérias-primas, atrair mão-de-obra e produzir, funciona como agente de dinamização da vida regional, e provoca a atração de outras indústrias. Isso cria aglomeração populacional, o que estimulará o desenvolvimento de atividades primárias fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e desenvolve a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno. Este complexo industrial apresenta como principais características: presença de uma indústria-chave; regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes; aglomeração territorial.

Como indústria-chave, entende-se aquela que provoca, no conjunto geral, um crescimento das vendas de outros produtos superior ao crescimento de suas próprias vendas, sendo, quase sempre, uma indústria que produz matéria-prima, energia, transporte, etc.

Um pólo de crescimento consiste em uma ou mais indústrias que, pelos seus fluxos de produto e de renda, induzem o crescimento das demais indústrias a elas ligadas tecnologicamente (polarização técnica), incluem efeitos técnicos e economias externas geradas pelas indústrias motrizes; determinam a expansão do setor terciário por intermédio da renda gerada (polarização de renda), expressa pelo multiplicador *keynesiano*, podendo incluir mudanças demográficas e de mão-de-obra – efeito lateral de Boudeville; e produzem um aumento da renda regional devido à progressiva concentração de novas atividades numa dada área, sob a hipótese de que esta área possua os necessários fatores de produção (polarização psicológica e geográfica) (PAELINCK, apud TOLOSA, 1972).

2.1.2 Teoria da causação circular cumulativa

No que se refere ao modelo de causação circular cumulativa e o modelo centro-periferia, Gunnar Myrdal, em sua obra *Economic theory and underdeveloped*

regions (1957), é um dos autores centrais da formulação do modelo de causação circular cumulativa, cujo foco é as relações estabelecidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos, e a ocorrência de uma trajetória de crescente agravamento das disparidades nos níveis de desenvolvimento. A teoria da causação circular cumulativa, desenvolvida pelo autor tenta explicar o porquê do desnível de crescimento entre regiões ou países. A teoria contesta o pressuposto de que existem procedimentos internos que estabilizam uma economia quando ela sofre pressões externas. Ao contrário disso, um choque externo provocaria um movimento que levaria a economia com muito mais força na direção original do choque. Esse processo tenderia a tornar-se circular, ou seja, geraria outros choques assim tornar-se-ia cumulativo e a velocidade do processo certamente aumentaria, tornando evidentes as disparidades de crescimento entre os pontos de origem e destino dos choques. O autor considera também que existe a possibilidade do processo atingir certa estabilidade como resultado de ações políticas e econômicas, mas isso não impede que o movimento circular ocorra nas economias tendo em vista que estas estão sujeitas constantemente a choques externos, uma vez que participam de um sistema e como tais recebem diretamente os efeitos das outras economias.

Essa teoria afirma que um processo de crescimento de uma economia gera novas economias que exercem forças favoráveis ao crescimento da primeira tais como, movimento de capitais, migração de material humano e taxa de natalidade. Se por um lado as economias que recebem esses tipos de força, ganham corpo, competitividade e mecanismos para atrair cada vez mais outras forças que estariam na expectativa das vantagens oferecidas, por outro lado as economias que perderam essas forças, ficam fragilizadas, sem reação porque enfraquecem, e além de não poderem sustentar os investimentos que estão saindo, não conseguem também atrair novos recursos dada a desconfiança que será gerada por essa saída de investimentos. Fica evidente, dessa forma, as disparidades de crescimento, quando algumas economias crescem outras fatalmente entram em processo de decrescimento. Dessa forma apela-se para a idéia de tradição popular de que dinheiro chama dinheiro ou que pobreza atrai pobreza.

Outro aspecto dessa teoria é que o entorno das regiões em crescimento, podendo ser regiões menos desenvolvidas, podem também receber benefícios diretos do crescimento da economia central, através de efeitos propulsores que irradiariam esse desenvolvimento. No entanto, esses efeitos não seriam suficientes

para estabelecer um equilíbrio geral de modo a deixar todas as economias vizinhas no mesmo nível de desenvolvimento. A base teórica de sua contestação sobre a insuficiência desses efeitos, parte da premissa de que existe um processo de causação circular cumulativo, cujos resultados surgem de uma mudança social ou econômica primária, que está na essência da explicação do porque se verifica e se amplia as desigualdades entre países e regiões prósperos e pobres, e, conseqüentemente, da disparidade entre seus respectivos níveis de desenvolvimento constituindo este processo como mais adequado para a análise de tão crucial questão, que a interseção das curvas de demanda e oferta a um preço de equilíbrio automaticamente determinado pelo mecanismo do mercado.

Para Myrdal (1972):

[...] o [...] poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo a expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma (MYRDAL, 1972, p. 52).

Myrdal, citado por Santos (2002), defendia, portanto, que o equilíbrio em um determinado espaço econômico muito improvavelmente seria conseguido através dos mecanismos do mercado.

[...] existe uma tendência inerente na livre atuação das forças de mercado para criarem assimetrias regionais, e esta tendência é tanto mais acentuada quanto mais pobre é o país; estas duas leis são das mais importantes para entender o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento no quadro do *laissez-faire*. (MYRDAL, 1957, *apud* SANTOS, 2002, p. 190).

A teoria neoclássica, conforme Santos atribuía aos mecanismos de mercado uma função corretiva que seria automaticamente ativada sempre que o equilíbrio do sistema fosse comprometido e surgissem disfunções na distribuição e relação espacial dos fatores produtivos. Nesses momentos, a mobilidade dos fatores conduziria à equalização das produtividades marginais, tendendo a restaurar a situação de equilíbrio ameaçada por uma determinada distribuição espacial desigual. Os argumentos de Myrdal contrariam o mecanismo do equilíbrio neoclássico, refuta a função corretiva da mobilidade dos fatores de produção, posicionando que essa mobilidade dos fatores conduziria a efeitos perversos de desenvolvimento, provocando impactos desequilibradores cumulativos.

Esses efeitos de causação cumulativa ou desequilíbrios espaciais cumulativos decorreriam de que, qualquer que fosse a área onde surgisse um investimento novo, este tenderia a auto alimentar-se por via das economias internas e externas geradas à custa dos recursos das regiões consideradas periféricas, ou com repercussões negativas sobre o desempenho socioeconômico dessas regiões. Ou seja, quando se inicia um processo de industrialização em um determinado centro, esse espaço regional se torna capacitado a originar um encadeamento de uma série de efeitos que se repercutem de modo favorável sobre o potencial competitivo dessa região. As regiões mais ricas, centrais, exercem um efeito polarizador sobre as regiões mais pobres, periféricas, correspondendo a acréscimos de remuneração obtidos pelos fatores trabalho e capital nas regiões centrais, que não são compensados pelo movimento de capitais dessas para as regiões periféricas.

Na sua análise, Myrdal (1972) considera que a expansão em uma localidade produz “efeitos regressivos” (*back-wash effects*) em outras, de modo que os movimentos migratórios de mão-de-obra, capital e bens e serviços, não conseguem evitar a tendência à desigualdade regional. Em oposição aos efeitos regressivos, Myrdal também considera a existência de “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, os quais se propagam do centro de expansão para outras localidades afirmando que:

[...] quanto mais alto o nível do desenvolvimento que um país alcançar, tanto mais fortes tenderão a ser os efeitos propulsores. Um alto nível médio de desenvolvimento é acompanhado de melhores transportes e comunicações, padrões educacionais mais elevados e uma comunhão mais dinâmica de idéias e valores, todos propensos a robustecer as forças para a difusão centrífuga da expansão econômica ou a remover os obstáculos à sua atuação. A neutralização dos efeitos regressivos, quando um país alcança alto nível de desenvolvimento – no qual os efeitos propulsores são fortes, refletir-se-á no desenvolvimento econômico e se tornará, assim, fator importante do processo acumulativo. Com a extinção, em grande escala, da miséria, ocorre utilização mais completa das potencialidades dos recursos humanos de uma nação. Ao contrário, parte dos males de um baixo nível médio de desenvolvimento em país subdesenvolvido, reside no fato de serem fracos os efeitos propulsores. Isto quer dizer que, em regra, o livre jogo das forças do mercado em um país pobre funcionará mais poderosamente no sentido de criar desigualdades regionais e de ampliar as existentes. O fato de um baixo nível de desenvolvimento econômico ser acompanhado, em geral, por grandes desigualdades econômicas representa, por si mesmo, grande obstáculo ao progresso. Esta é uma das relações interdependentes, por meio das quais, no processo cumulativo, a pobreza se torna sua própria causa (MYRDAL, 1972, p. 62-63).

Portanto, nessa perspectiva, mas na visão de Santos (2002),

[...] os designados *spread effects* (significando o impacto positivo da área original sobre a sua periferia) esbater-se-iam por força dos *backwash effects* (significando o impacto negativo) e, em termos de análise espacial, os desequilíbrios tenderiam a agravar-se cumulativa e irreversivelmente [...] (SANTOS, 2002, p.192).

Uma outra contribuição teórica relevante sobre os mecanismos de interação centro-periferia resultou das reflexões de John Friedmann, em seu trabalho “*A general theory of polarized development*” (1972). Ele afirmava, segundo Santos (2002), que o desenvolvimento ocorre através de mecanismos de transformação estrutural descontínuos, associados à inovação. De acordo com o seu modelo centro-periferia, as inovações são originadas no centro de sistemas espaciais que implicam relações de dominação com a periferia. Em termos espaciais, o modelo de Friedmann sustenta-se na existência de interdependências entre determinadas atividades diversamente localizadas, que se dispõem conforme arranjos hierárquico-funcionais, os eixos de desenvolvimento, polarizadas pelos centros, através dos quais se disseminam as informações estratégicas e as inovações que conformam estímulos ao crescimento econômico.

Friedmann considerava, a exemplo de Myrdal, que as desiguais condições de remuneração e de reprodução dos fatores trabalho e capital estão na origem das desigualdades relacionais e de desenvolvimento entre um centro e sua periferia. Não só a concentração do investimento privado favorece esta situação. Também o Estado realiza uma intervenção que não é em si de todo neutra, pois potencia as lógicas de reprodução dos investimentos produtivos privados, através da criação de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento (instituições de ensino superior, centros de formação, laboratórios de P&D - Pesquisa e Desenvolvimento, equipamentos culturais, etc.), nos espaços centrais, assim contribuindo para reforçar as assimetrias regionais. (SANTOS, 2002, p.199).

De acordo com Myrdal (1957) *apud* Benitez (1998), as forças de mercado podem aumentar as desigualdades entre as regiões, pois as atividades que trazem muita lucratividade tendem a concentrar-se em determinadas regiões ricas, deixando à margem regiões mais pobres do país. As regiões menos favorecidas entram, por sua vez, em um processo acumulativo regressivo, com saída de imigrantes e diminuição da demanda interna, e isto gera uma redução de investimento.

A concentração das atividades é baseada nas vantagens competitivas, seja pela disponibilidade de recursos ou infra-estrutura. A concentração de conhecimento através das inovações tecnológicas aumenta a produtividade. No entanto, as regiões mais atrasadas não atraem novas atividades. Quando as regiões caracterizadas por grandes diferenças de renda e especialização competem em uma região unificada, não funciona como o princípio das vantagens comparativas (mecanismos neoclássicos de ajuste), pelo contrário, as regiões mais ricas são favorecidas pelos maiores rendimentos e impedem o desenvolvimento das mais pobres.

São dois os efeitos que agem entre regiões. O primeiro é o efeito induzido de expansão, que leva as regiões mais ricas a importar recursos para atender seu mercado crescente. Posteriormente, os investimentos voltam-se para as regiões mais pobres caso exista um grau de complementaridade. O segundo é o efeito induzido regressivo, em que o movimento de capital é no sentido das regiões mais ricas, causando prejuízo às mais pobres. Isso proporciona um massacre em termos competitivos entre regiões ricas e pobres, pois a força de trabalho qualificada migra para outras mais ricas. Assim, os desequilíbrios entre os movimentos da força de trabalho agravam a desigualdade social.

2.1.3 Efeitos para trás e para frente

Albert Hirschman, nascido na Alemanha, publicou, em 1958, *The Strategy of Economic Development*, no qual são apresentados alguns argumentos sobre a questão do desenvolvimento regional. Adotando uma linha de pensamento claramente identificada com as questões relativas à aglomeração, Hirschman (1958, p. 18) argumenta que “os recursos e circunstâncias cuja existência se demonstrava necessária ao desenvolvimento econômico não são nem escassos nem tão difíceis de obter desde que o desenvolvimento econômico primeiro se manifeste”.

Desta forma, o desenvolvimento econômico seria embaraçado “por uma série de círculos viciosos entrelaçados”. Assim, ele propõe que se procurem “pressões e processos de incentivo que farão eclodir e mobilizar o maior número possível de recursos escassos, tais como capital e atividade empreendedora”, sendo este o argumento básico para sua defesa dos planos de desenvolvimento.

Dentro do processo de estruturação do sistema econômico, são identificadas inúmeras relações entre as atividades que o compõem. Conforme Silva (1991),

estas relações são de encadeamento, coordenação e controle, gerando mercados, difusão de novas técnicas de produção e transformações sociais nas regiões em que estão presentes. Com isso, dentro do escopo do sistema capitalista, o processo de desenvolvimento está diretamente relacionado às atividades produtivas e da forma como estas atividades relacionam-se com outras e o próprio meio. Com os encadeamentos produtivos (efeitos em cadeia) que estas atividades geram propiciam os elementos necessários à acumulação de capital e ao processo de crescimento econômico sustentado.

Ao analisar esta questão, Rippel (1995) argumenta que o processo de encadeamento ocorre pela natureza de algumas atividades de produção ou serviços, em gerar um efeito dinâmico sobre a economia de certas regiões. A implantação e consolidação de novas atividades e também a um processo de acumulação de capital cada vez mais amplo, se dá através de novos investimentos e da busca de mercados consumidores potenciais ou consolidados. A forma como ocorre este processo de encadeamento e sua capacidade de gerar o desenvolvimento econômico, é analisada por Hirschman (1958), que expõe suas idéias com a intenção de formular uma teoria capaz de servir de referência básica à escolha das estratégias político-econômicas que levem à superação do problema do subdesenvolvimento existente em vários países e regiões do mundo.

O marco inicial das proposições de Hirschman se expressa na crítica às teorias de desenvolvimento convencionais, que colocavam a inexistência ou a escassez de alguns pré-requisitos estruturais indispensáveis, como sendo os únicos fatores responsáveis pela impossibilidade de se levar adiante um processo de desenvolvimento nacional.

Entre esses pré-requisitos estruturais podem ser citados os seguintes fatores: a) recursos naturais; b) fontes geradoras de energia; c) existência de recursos humanos devidamente treinados e preparados; d) capacidade administrativa e gerenciadora; e) capacidade de geração de novas tecnologias, principalmente via investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Hirschman parte então, à busca da identificação de um mecanismo capaz de induzir ao crescimento. Com tal propósito, percebe que o desenvolvimento ocorre por meio de uma sucessão preestabelecida de etapas, e superá-las constitui-se no elemento essencial à sua obtenção. Para tanto, elabora uma teoria fundamentada na idéia de que o desenvolvimento é fruto de uma ou de várias situações de

desequilíbrio. Sustentado que na análise das regiões e ao voltar-se para os encadeamentos diretos e indiretos da estrutura produtiva da economia, Hirschman (1961) opta por trabalhar sua análise, embasando-se nas matrizes de insumo-produto de Leontief, pois segundo o autor, é por meio delas que podem ser demonstrados de forma eficiente os vínculos entre diversos setores numa economia. Assim, com a intenção de apontar tais vínculos, utiliza-se de uma matriz de coeficientes diretos e indiretos de interdependência, que para ele é capaz de captar todos os desdobramentos associados à demanda final da economia, de modo a indicar as interações que podem acontecer entre dois diferentes setores.

Ao analisar esse aspecto da economia, depara-se ainda com o problema das prioridades dos investimentos, que surgem quando não existem recursos suficientes para o desencadeamento simultâneo de todos os projetos necessários ao desenvolvimento. Isto porque nem sempre projetos são alternativos entre si em todos os seus horizontes, mesmo que se possa escolher um e esquecer outros em determinados momentos; trata-se, na verdade, de escolher uma ordem de prioridade para a sua execução. Propõe, a partir daí, que a escolha se realize com o intuito de estimular os desequilíbrios e aproveitar da melhor forma possível os efeitos complementares, de modo a acelerar o ritmo de desenvolvimento da economia e do próprio país onde tais situações existam. Indica então que, dado um certo conjunto de projetos, deve-se optar por uma sequência (cadeia) que seja mais eficiente e que tenda a maximizar o investimento induzido, dando prioridade àqueles investimentos que possuam maior capacidade indutora de economias externas pecuniárias (Hirschman, 1961, p. 131-151).

Uma determinada indústria só será criada se tiver capacidade para produzir e só terá sentido em existir se conseguir vender sua produção. Para que essas condições se verifiquem, a criação de uma indústria só será viável se resultar de uma demanda que lhe anteceda, já existente. Diante dessa análise, Hirschman (1961) levanta a questão sobre se uma indústria terá a condição ou capacidade de ser responsável pela indução de novas atividades e de procura.

Considerando a possibilidade da produção que motivaria a criação de uma indústria ser suprida pelo mercado externo à região ou ao país, pela via da importação, Hirschman (1961) destaca a vantagem de ocorrer a criação da indústria e se ter a disponibilidade interna de tal produção, em contraponto aos riscos e ameaças de se ter de importá-la. Para ele:

[...] é de máxima importância o fato de determinado produto ser fabricado internamente resultar, provavelmente, em esforços da parte dos produtores para propagar-lhe usos adicionais e na participação financeira dos mesmos em tais empreendimentos. A disponibilidade interna de um produto dá, assim, vida a forças ativas que procuram ser utilizadas como input em novas atividades econômicas, que supram as necessidades acarretadas recentes (HIRSCHMAN, 1961, p. 155).

Dessa forma, Hirschman (1961) analisa dois processos de incentivo atuantes por ele denominado, setor de Atividades Diretamente Produtivas (ADP), que, nas suas palavras são os que seguem:

1) O *input*-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os *inputs* indispensáveis àquela atividade.

2) A produção-utilizada, ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como *inputs* em algumas atividades novas. (HIRSCHMAN, 1961, p. 155-156).

No contexto deste arcabouço teórico, Hirschman (1958) discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*), que permitem a articulação dos elos entre as diversas atividades que integram a estrutura produtiva de determinada economia, conformando suas diversas cadeias produtivas ou cadeias de valor. Krugman (1998, p. 17) assinala que ambos os conceitos (especialmente o de efeitos para trás) tratam da questão das economias de escala necessárias à viabilização de empreendimentos em regiões determinadas. Desta forma, os efeitos para trás são a forma encontrada por Hirschman (1958) para expressar as externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda de insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região determinada. Os efeitos para frente, por sua vez, resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores que se posicionassem a jusante.

Embora a mediação do mercado neste processo esteja evidente, é importante destacar que, ao longo de toda “A Estratégia do Desenvolvimento Econômico”, Hirschman (1958) destaca também os aspectos não pecuniários destes efeitos. Isto fica evidente, por exemplo, quando Hirschman (1958, p. 27-34) procura explicações de natureza “antropológica” para o desenvolvimento ou quando, ao discutir Schumpeter e a questão do empreendedor, afirma que a capacidade

empreendedora envolveria inclusive a capacidade de obter um acordo entre as partes interessadas.

Do efeito de encadeamento para trás emerge o conceito de capacidade econômica mínima que se refere à “capacidade que tem a firma do país, tanto para garantir lucros normais quanto para concorrer com fornecedores estrangeiros, já existentes, levando-se em conta as vantagens e desvantagens locais, bem como, talvez, certa proteção à indústria incipiente [...]” (HIRSCHMAN, 1961, p. 157).

Do efeito de encadeamento para frente surge o conceito de indústria-satélite que, conforme Hirschman (1961) apresenta as seguintes características: desfruta de grande vantagem de localização pela proximidade da indústria principal; emprega como *input* fundamental um produto ou subproduto da indústria principal, sem o submeter a uma transformação esmerada, ou a sua produção básica é um *input* – em geral menor, da indústria principal; e a sua capacidade econômica mínima é menor que a da indústria principal.

Neste contexto, os efeitos técnicos para frente (*forward linkages*) são menos importantes que os efeitos técnicos para trás (*backward linkages*), pois, de acordo com Tolosa (1972), as indústrias satélites utilizam o produto da indústria motriz sem submetê-lo a grandes transformações estruturais via processo produtivo, ou seja, o valor adicionado é mínimo. Há ainda os efeitos técnicos laterais, definidos por Boudeville em *Problems of regional economic planning* (1966), citado por Tobsa, como sendo aqueles associados a mudanças nos custos de mão-de-obra e na infraestrutura, especialmente os investimentos públicos.

Segundo Hirschman, “o fato de os efeitos em cadeia de duas indústrias, vistos em conjunto, serem maiores do que a soma dos efeitos de cada indústria isoladamente, fala a favor do caráter cumulativo do desenvolvimento [...]” (HIRSCHMAN, 1961, p. 161). Pode se constatar nesta assertiva de Hirschman, a presença conjunta dos conceitos de causação circular cumulativa e de economias externas, conforme Myrdal e Marshall, respectivamente.

Quando a indústria A se estabelece primeiro, os seus satélites logo surgem; quando, porém, a indústria B é subsequentemente instalada, pode isto contribuir para a criação não só dos seus próprios satélites, como também de algumas firmas, que nem A nem B, isoladamente, poderiam ter provocado. E, com a entrada em cena de C, seguir-se-ão outras empresas, que requerem os estímulos conjugados, não só de B e C, e sim de A, B e C. Esse processo pode-se estender no sentido de

explicar a aceleração do crescimento industrial, que é tão relevante nas primeiras etapas do desenvolvimento de um país (HIRSCHMAN, 1961, p. 161).

É possível perceber, também, a extrema semelhança do processo acima descrito com o processo de formação de um agrupamento econômico ou *cluster*, o processo de “*clusterização*”, compreendendo as etapas de: *pré-cluster*, *cluster* emergente, *cluster* em expansão e decolagem do *cluster*, com cada etapa caracterizando-se por um diferente nível de dimensão, complexidade das inter-relações e intensidade e consistência dos elos estabelecidos entre os diversos agentes componentes do *cluster*.

Hirschman (1961) comenta que os efeitos em cadeia retrospectiva são mais facilmente percebidos e identificados do que os efeitos em cadeia prospectiva, pelo fato de que esta não pode revelar-se sob uma forma pura, fazendo-se sempre acompanhar da cadeia retrospectiva, resultando da pressão da demanda, ou seja, a existência de uma previsão de demanda é fator condicionante para o aparecimento dos efeitos em cadeia prospectiva.

Hirschman (1961) caracteriza a cadeia retrospectiva como um processo de desenvolvimento. Como ela surge em função dos aumentos da demanda ele considera que o desenvolvimento autônomo resulta da formação de capital líquido, aumento da eficiência e elevação das exportações. Ele pressupõe também, que a cadeia retrospectiva acarreta a formação adicional de capital líquido, quando a importação de algumas mercadorias chega a ultrapassar a base liminar da capacidade econômica mínima. Neste processo pode-se obter um padrão de investimento induzido que poderá sofrer forte oscilação, mesmo na presença de um comportamento previsível e não acelerado do crescimento da demanda.

Em função desses acontecimentos e buscando encontrar uma maneira capaz de fornecer indicações da intensidade dos efeitos de complementaridade, Hirschman (1985) identifica os conceitos de encadeamentos para frente e para trás, afirmando que estes se evidenciam principalmente através do crescimento interdependente e respectivo de certas indústrias fornecedoras e compradoras de insumos de uma determinada indústria (central), bem como dela própria. O autor entende que a importância desses efeitos deveria ser analisada por dois enfoques essenciais: a) sobre os produtos potencialmente induzidos em outros setores pelo investimento inicial; b) sobre as probabilidades de que esses novos investimentos,

corporificados em ampliações da capacidade das empresas ou na criação de outras, realmente aconteçam.

Ao buscar caminhos que possam apontar os encadeamentos, Hirschman (1961) propõe que os encadeamentos para frente de um determinado setor sejam medidos pela proporção de seu produto total destinado às outras indústrias, e não à demanda final. E para o efeito de encadeamento para trás, através da medida da porcentagem de seu produto, que representa compras de outros produtos do mesmo setor e/ou de outros setores. Assim sendo, pondera:

“[...] essas duas avaliações da extensão em que uma indústria qualquer se entrelaça com outras no âmbito da economia nacional podem ser tomadas como representativas dos efeitos em cadeia retrospectivos e prospectivos da ligação de uma indústria com outras na economia nacional somente na base de uma experiência mental. Teríamos que imaginar, em relação a cada indústria das redondezas, que o desenvolvimento do país houvesse começado por ela, de modo que se tenha a ilusão de terem as suas compras e vendas as outras indústrias nacionais se desenvolvido em consequência de sua criação (HIRSCHMAN, 1961, p. 162)”.

Hirschman (1961, cap. 7) aponta, então, que o caminho mais eficiente de crescimento deve ser aquele que possa combinar os efeitos de encadeamento para trás e para frente. Dessa forma, entende que encadeamento para trás é fruto de um crescimento autônomo de um determinado setor, motivado basicamente por causa de um novo investimento ou pelo aproveitamento da capacidade produtiva previamente existente. Esse encadeamento induz o crescimento de outros setores a ele relacionados, devido principalmente às pressões de demanda. Quanto aos encadeamentos para frente, o motivo de sua ocorrência é a existência de um aumento da produção de um determinado fator que provoca a elevação da produção de outros setores em virtude do excesso de oferta do produto do setor inicial (RIPPEL, 1995).

Os encadeamentos poderiam também ser medidos a partir das matrizes de relações interindustriais, nas quais os setores possuidores de maior intensidade nos seus vínculos com os demais deveriam ser priorizados nos processos de desenvolvimento de um país ou de uma região, principalmente em função de sua capacidade de impulsionar mais eficientemente a taxa de crescimento dessas economias. É devido a esses fatores que o autor considera tais setores "estratégicos". Nessa perspectiva, passa a direcionar sua análise para o estudo das relações intersetoriais, principalmente para os elementos por ele intitulados de

backward and forward linkages - encadeamentos para trás e para frente -, que mais tarde ele próprio denominaria de encadeamentos pré e pós-existentes (HIRSCHMAN, 1985, p. 31-79).

Ao conduzir sua análise para essa direção e ao retomar alguns de seus pontos principais levantados a respeito do assunto, Hirschman demonstra sua preocupação central:

Eu acredito que [...] os efeitos de complementaridade são extremamente importantes para obstar rendimentos decrescentes do capital durante um período determinado. É provável que uma economia nunca esteja satisfeita o bastante em criar suas indivisibilidades, isto é, seus complexos de atividades econômicas complementares (HIRSCHMAN, 1961, p. 75).

No desenvolvimento de seu trabalho, Hirschman (1961) aponta ainda a importância dos efeitos de encadeamentos que se verificam também em direção às indústrias não satélites, atribuindo-lhes um papel de relativo destaque, apesar desses efeitos serem considerados reduzidos, quando comparados aos demais. Ao considerá-los mais amenos, identifica um problema: o de se definir até que ponto as magnitudes destes serão significativas.

Em função dessas argumentações, Hirschman (1961) apresenta um modelo de formação de capital, baseado em *backward linkages* (encadeamentos para trás). Adverte, porém, que a tentativa de se estabelecer relações entre os setores, a partir do quadro de relações intersetoriais, apresenta-se mais compreensível e correta quando se utiliza como ponto de partida a consideração dos efeitos diretos e indiretos de encadeamento, que muitas vezes não se limitam aos efeitos em cadeia para trás, mas transpõem este enfoque e dão origem a efeitos em cadeia para frente, capazes de estimular o crescimento econômico.

Seguindo essa mesma linha de análise, mas revendo alguns dos pontos teóricos contidos em seu trabalho de 1958, Hirschman (1985) introduz novos enfoques para os efeitos em cadeia, sugerindo algumas alterações e ainda, mais algumas generalizações do conceito, que se apresentam a seguir:

Gostaria de propor nesta altura algumas extensões e generalizações do conceito de "efeitos em cadeia", seguindo diferentes linhas. Primeiramente vou considerar certos processos, os quais, por suas similaridades com a variedade retroativa prospectiva, também podem ser considerados como efeitos em cadeia, e, na verdade, já têm sido assim identificados. Em seguida, sugerirei um conceito de efeitos em cadeia mais inclusivo para ser usado na consideração de algumas seqüências de desenvolvimento selecionadas (HIRSCHMAN, 1985, p. 38).

O autor ainda observa que, a relação entre a abordagem "efeitos em cadeia" no sentido mais generalizado com a tese do "produto primário de exportação" e desenvolvimento do subdesenvolvimento é muito próxima. De modo que, nesse novo texto, apresenta os efeitos em cadeia e algumas variedades desse enfoque de análise.

Defini efeitos em cadeia de uma dada linha de produto como forças geradoras de investimento que são postas em ação, através das relações de insumo-produção, quando as facilidades produtivas que suprem os insumos necessários à mencionada linha de produto ou que utilizam sua produção são inadequadas ou inexistentes. Os efeitos em cadeia retrospectivos levam novos investimentos ao setor de fornecimento dos insumos (*input-supplying*), e os efeitos de cadeia prospectivos levarão investimentos no setor de utilização da produção (*outputusing*) (HIRSCHMAN, 1985, p. 38-39).

Assim, conforme o autor, verifica-se que o conceito de efeito em cadeia foi vulgarizado por ter como referência, principalmente, a indústria e a industrialização, pois nesse campo era possível conceber efeitos em cadeia de variedade e profundidade consideráveis, tanto no sentido retroativo, quanto prospectivo.

Apesar disso, o conceito tem tido também aplicações proveitosas, quando se analisa a produção primária. Seu uso evidencia uma conexão bastante interessante com a tese do produto primário de exportação, que tem buscado demonstrar como a experiência do crescimento econômico de um país "novo" é moldada de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam constante e sucessivamente para o mercado internacional.

"O conceito original de efeito em cadeia apanha, naturalmente, um só aspecto desse processo total; aquele aspecto que está mais diretamente ligado à procura e elaboração desse mesmo produto primário de exportação" (HIRSCHMAN, 1985, p. 39). Percebe-se diante desta argumentação que tal tentativa de conexão consiste num experimento que objetiva principalmente descobrir em seus pormenores como uma coisa leva à outra, tal como, Hirschman (1961) argumenta que um desequilíbrio original num determinado setor da economia leva ao crescimento econômico e ao surgimento de novos elos da Cadeia de Produção tal qual deu-se historicamente no município de Toledo (RIPPEL, 1995).

Contudo, alguns aspectos adicionais dessa constatação podem estar contidos por esse conceito se ele estiver apropriadamente ampliado, por meio da

inclusão do fator renda, no quadro geral em análise, isto porque, na visão de Hirschman (1985):

Por um lado, os novos rendimentos decorrentes do processo da produção dos produtos primários e sua exportação poderão ser despendidos inicialmente em importações; porém, essas importações, tendo atingido um volume suficiente, poderiam eventualmente ser substituídas por indústrias domésticas. O mecanismo em alguma medida indireto, através do qual certas indústrias substitutivas de importações são criadas, por esse modo, como reflexo das implicações do produto primário de exportação, tem sido chamado apropriadamente de efeito em cadeia do consumo (*consumption linkage*); em contraste, os efeitos, em cadeia retroativos e prospectivos mais diretos podem ser subsumidos sob o nome de efeitos em cadeia de produção (HIRSCHMAN, 1985, p. 39-40).

Hirschman ao revisar sua própria obra e seus argumentos, principalmente quando repensa as estratégias de desenvolvimento, considera que uma das características fundamentais dos modernos processos de desenvolvimento, está diretamente relacionada aos efeitos em cadeia do consumo, é resultante do fato de que tais efeitos podem ser diretamente negativos e não apenas fracos ou não existentes.

Em nossa época, é amplamente reconhecido que durante a primeira fase da expansão das exportações nos países periféricos, não foi a criação de novas indústrias para satisfazer a crescente demanda do consumo o único efeito importante; também ocorreu a destruição das atividades artesanais já estabelecidas, quando a mão-de-obra foi deslocada dessa área para o setor de produção do produto primário de exportação e também pela razão de que as novas importações de bens de consumo competiam vantajosamente com elas (HIRSCHMAN, 1985, p. 40).

É justamente nesse ponto que esta abordagem apresentada por ele, em termos dos efeitos em cadeia e a tese do produto primário de exportação, atinge um ponto de contato com a tese do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Assim, à identificação dos efeitos em cadeia de consumo soma-se a dos efeitos em cadeia fiscais que possibilita uma apreensão mais completa da realidade atual, pois permite aos administradores públicos e privados determinar de forma mais completa a capacidade de geração de estímulos de uma determinada atividade produtiva que levem ao crescimento e ao desenvolvimento. Desse modo, os administradores passam a priorizar tais atividades, pois sabem que quanto maiores os efeitos em cadeia maiores as possibilidades de estímulos ao surgimento de atividades complementares concatenadas, que podem repercutir em maior

arrecadação fiscal, aumento da geração de empregos, instrumentos que possibilitam alavancar o desenvolvimento de um país ou de uma região.

Frente a isto, a importância e o alcance dos efeitos em cadeia do complexo industrial, efetivam-se pela sua capacidade de gerar os encadeamentos que propiciam o surgimento do processo de desenvolvimento econômico. Esta capacidade é demonstrada pelas cadeias produtivas que se formam e tem uma relação direta com a indústria motriz deste encadeamento. Esta relação pode ser diminuída, a partir da diversificação da base produtiva das indústrias induzidas ou da carteira de clientes, gerando assim uma base de exportação na região, cuja gênese dinâmica ocorreu em função da indústria motriz. Antes disto, a base de exportação é totalmente calcada nos produtos agropecuários, a menos, é claro, que seja uma sociedade de subsistência.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – DEL

O Desenvolvimento Econômico Local (DEL) é um processo de desenvolvimento participativo que estimula parcerias entre as principais partes interessadas do setor privado e público num território definido. O seu objetivo é gerar emprego decente e estimular a atividade econômica. O processo DEL permite a concepção e a implementação conjunta da estratégia comum de desenvolvimento através do uso dos recursos e das vantagens competitivas locais num contexto global. O DEL reforça as ligações entre as autoridades ao nível nacional e local. Os fóruns ou agências de DEL podem sensibilizar os dirigentes políticos nacionais sobre as prioridades e as necessidades locais. O DEL constitui também um veículo para a implementação das políticas e das estratégias nacionais ao nível local. Daí a importância de se implementar uma estratégia de desenvolvimento econômico local.

2.2.1 Implementação de estratégia de DEL

O êxito do DEL depende da capacidade de integração das iniciativas produtivas de pequena escala na economia informal num ambiente econômico mais alargado, facilitando o crescimento e o desenvolvimento inclusivo. Neste sentido, as infraestruturas produtivas, os instrumentos financeiros específicos e o marketing

territorial são elementos estratégicos que garantem uma melhor utilização do potencial local.

As estratégias de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) têm como foco os recursos locais (o tecido econômico, os recursos humanos e o contexto institucional, ou seja, fatores 'endógenos') num território definido. O objetivo é compreender como estas condições podem conduzir a um rumo de crescimento sustentável e reduzir o impacto negativo dos processos globais e os desequilíbrios regionais. Os recursos e o potencial de desenvolvimentos territoriais definem a dimensão "local" da estratégia de DEL. O território torna-se um espaço de implementação e tem que corresponder a uma entidade administrativa, pois, isso possibilita as ligações entre as necessidades locais (associações, grupos organizados, administrações locais, etc.) e as estratégias nacionais (políticas, programas e projetos) (EMPEL, 2006). Os principais desafios existentes no processo de formulação da política de DEL incluem: I) as várias partes interessadas chegarem a um consenso quanto à abordagem de desenvolvimento territorial integrado e abrangente; II) problemas de coordenação entre as abordagens setoriais e a abordagem territorial do DEL, incluindo a sobreposição das responsabilidades; e III) as diferenças na capacidade das partes interessadas para contribuir de forma efetiva ao processo de formulação. Para fazer face a estes desafios e prestar apoio na replicação das experiências de DEL em outras localidades (EMPEL, 2006).

A abordagem abrangente e integrada de DEL estimula várias ações de desenvolvimento: estabelece diálogo entre os principais atores econômicos locais no desenvolvimento do seu território; capacitação institucional e organizacional; apoio à micro e a pequenas empresas e cooperativas (serviços de desenvolvimento de negócios, sistemas de crédito); e marketing territorial e mobilização de recursos.

O desenvolvimento local pressupõe um conjunto de pré-condições que possam impulsionar o seu crescimento, procurando sempre conciliar o crescimento com o desenvolvimento com vistas à manutenção da identidade local.

"A criatividade, fruto da interlocução interna à comunidade, instrumentaliza o desenvolvimento de projetos adequados às condições sócio-culturais locais" (KASHIMOTO 2002, p.41). Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado

na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (LEROY *apud* MARTINS, 2002, p.54).

Estudos técnico-científicos e projetos de longa duração somam-se ao saber empírico local e torna efetivo e produtor do conhecimento sobre o lugar. A afirmação da identidade cultural é imprescindível ao fortalecimento da comunidade em seu ambiente, possibilitando-lhe a escolha das melhores soluções e, conseqüentemente, a condução do processo de desenvolvimento local (KASHIMOTO, 2002, p.41).

Avaliar um projeto executado na direção do desenvolvimento local exige a formulação de alguns eixos de interrogação, que levam em conta as relações entre poder e gestão estratégica de empreendimentos, ações de atores sociais, instituições na transformação, governo de ações, competitividade, cooperação e processos especializados.

Conforme França *et al.* (2004, p.5), o desenvolvimento local é tema controverso sobre o qual não há consenso entre os especialistas, nem no Brasil e internacionalmente falando. Para alguns autores, experiências de desenvolvimento local possuem dinâmicas próprias e são mais que reflexo da reorganização internacional do capital, para outros, são expressões de um novo arranjo industrial “pós-fordista”.

De acordo com França *et al.* (2004, p.7), nesse contexto de pouca autonomia, as vozes de resistência não distinguem entre “local” e “municipal”. As lutas no plano nacional visavam a municipalizar as políticas públicas. No âmbito local, as experiências inovadoras concentravam-se em descentralizar a gestão e em buscar formas de democratizar o desenvolvimento econômico. Nem por isso deixou-se de experimentar no âmbito da economia, instância recortada pela preocupação com a geração, distribuição e acumulação de renda e riqueza.

A saída imediata encontrada pelas administrações públicas locais foi oferecer isenção fiscal, o que intensificou a “guerra fiscal” entre municípios. Isso, por sua vez, teve conseqüências calamitosas sobre a própria administração pública, que se viu privada de recursos para executar políticas públicas compensatórias e não conseguiu gerar empregos suficientes para a população local.

A crise nacional recaiu sobre os municípios, que conseguiram, no máximo, implementar algumas políticas compensatórias, mas continuaram sem ter

competência para decidir sobre as políticas monetária e salarial, por exemplo. Além das primeiras tentativas para conter a crise do desemprego por meio da isenção fiscal, muitos municípios, mais criativos, instituíram os Bancos do Povo, como meio para financiar pequenos empreendimentos a taxas de juros menos extorsivas que as praticadas pelo mercado bancário; fomentaram cooperativas; instituíram cursos de formação de qualificação profissionais; estabeleceram parcerias com outros países, para projetos técnicos e mesmo para conquistar mercados por meio do comércio justo e solidário. (FRANÇA, 2004, p.10).

Para que o desenvolvimento local possa dar os resultados necessários para o crescimento da região e da cidade, são necessárias a junção de instituições interessadas, definir planos de ação e a criação de fórum de desenvolvimento.

Para Casarotto Filho (2001, p.127) um plano de ação deve conter um diagnóstico (baseado na vocação), definição de estratégias para a região, projetos decorrentes das estratégias e ações diversas, além da organização (responsáveis e participantes de cada projeto), recursos e prazos. Para que o desenvolvimento local tenha êxito, é necessária a definição de estruturas, a busca da eficiência e a eficácia do crescimento local, definindo um aumento da competitividade de uma cadeia produtiva que esteja adequada às condições locais. Cada localidade deve encontrar um espaço de competitividade que seja predominante na potencialidade e nas condições da região/local. Deve-se aproveitar e aprimorar o que já existe na região, ou seja, uma região onde a agricultura é predominante o aumento de produção, novas culturas e a especialização do que já existe são as formas mais propícias para o desenvolvimento. Sendo assim, a possibilidade do desenvolvimento econômico local ter êxito é fundamentada na importância da utilização de uma estrutura bem definida em pilares de sustentabilidade.

O principal indicador das potencialidades de desenvolvimento de uma região é o que já existe nela, ou seja, o principal indicador de potencialidade de uma região seria a sua especialização atual. As alternativas existentes para a região, suas possibilidades futuras, suas chances de superação devem ser levadas em consideração. A partir de uma melhor organização política, cultural, social e tecnológica local, o desenvolvimento econômico poderá gerar um resultado cada vez mais significativo para a comunidade e para setores empresariais e rurais. Dentre os principais objetivos a serem alcançados, pode-se apontar a melhor distribuição do

resultado econômico obtido, aliado a uma sensível elevação na qualidade de vida da população da região.

Segundo Bartoli (1999), o desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob ótica intersetorial e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade como (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas do local ao global. É fundamental pensar o desenvolvimento local, enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente, pois ele é fruto de relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Silveira (2001) afirma que de uma visão de simples articulação de políticas setoriais estamos evoluindo, no caso dos municípios, para a compreensão de que uma cidade, ainda que pequena ou média, pode ser vista de maneira ampla como unidade básica de acumulação social, parte onde se articulam as iniciativas econômicas e sociais, culturais e políticas, para gerar uma racionalidade sistêmica. Desta forma, o desenvolvimento produtivo do território compreende a articulação de diferentes atividades urbanas e rurais, a integração das micro e pequenas empresas em cadeias produtivas e mais amplamente a formação de redes de cooperação, tendo a economia informal como um potencial a ser desenvolvido e articulado a este conjunto. Envolve ainda a mobilização da poupança local, como oportunidade de geração de trabalho e renda através de investimentos no sistema produtivo local.

2.2.2 Uma visão contemporânea do Desenvolvimento Econômico Local

Francisco Albuquerque Llorenz em, “Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política” (2001), traz uma visão atualizada dos conceitos e estratégias para o desenvolvimento econômico das localidades. Dentre os vários tópicos abordados, destaca-se o que se refere à mudança tecnológica e à cultura inovadora, além de tratar do contexto sistêmico da produtividade e da competitividade.

A tendência da economia mundial é a inovação. Novas tecnologias se traduzem em modificações no sistema industrial, que conduzem à elevação da produtividade e diminuição dos custos que por sua vez repercutem em um acréscimo de demanda. Quando se incorpora novas tecnologias no sistema econômico, ocorre a melhoria no sistema de comunicação e transporte, assim como na qualidade e variedade da oferta dos bens e serviços. Assim sendo, observa-se uma evolução e estímulo do crescimento econômico (LLORENZ, 2001).

As inovações tecnológicas exigem uma mudança comportamental e organizacional das empresas e da administração pública, além do envolvimento de diferentes tipos de agentes econômicos. Isso pode tornar-se uma condição para que as melhorias se instalem naquela economia. Portanto, inovação tecnológica tem uma abrangência mais ampla, incluindo as mudanças sociais que se tornam necessárias. Essas inovações sociais podem ser representadas por novas alternativas e métodos de gestão pessoal que se incluem no processo produtivo, como a melhoria das condições de trabalho, aperfeiçoamento dos sistemas de motivação, a delegação de responsabilidades, etc. Segundo Llorenz (2001), para que se tenha êxito competitivo, mais importante do que a aquisição de novas máquinas, são as mudanças organizacionais, sociais e culturais, que permitam a instalação de redes de comunicação capazes de somar esforços e desenvolver energias positivas no intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados; melhorar o potencial criativo e inovador; e atender as novas necessidades da demanda. Para isso, é preciso que haja uma mudança institucional em todos os níveis territoriais e funcionais da administração pública, para que se possa facilitar os processos de adaptação econômicos, sociais e culturais.

Llorenz (2001) identifica três elementos-chave na análise do modelo de desenvolvimento: o paradigma tecnoeconômico, o regime de acumulação e o modo de regulação. O primeiro elemento, o paradigma tecnoeconômico, trata dos aspectos microeconômicos, como a base tecnológica, a estrutura de produção, o tecido empresarial e as relações salariais. O segundo elemento citado por Llorenz, o regime de acumulação, se refere à inter-relação dos equilíbrios macroeconômicos nas fases de produção, financiamento, distribuição, intercâmbio e consumo, com a finalidade de garantir o processo de acumulação ou da reprodução ampliada do capital. E como último elemento, o modo de regulação que diz respeito ao lado

social, institucional e da relação entre os atores envolvidos buscando facilitar a operacionalização do modelo de desenvolvimento a partir do nível sóciopolítico.

Com isso fica claro que o desenvolvimento não se dá apenas e tão somente com equilíbrio macroeconômico, mas também com mudanças no plano microeconômico e com reformas no nível mesoeconômico através da atuação das administrações públicas.

De acordo com Llorenz (2001), a dinâmica econômica de longo prazo se explica na sequência de inovações tecnológicas de caráter radical. Essa explicação se baseia na análise de ondas longas da economia quando Perez (*apud* Llorenz, 2001), mostra que a introdução de inovações tecnoeconômicas e energéticas, em torno do que ele chamou fator-chave, constitui o elemento que configura a nova estrutura produtiva setorial, onde os novos ramos e setores motrizes substituem gradativamente o tecido econômico e empresarial que existia. Com isso, inicia-se um processo de desestruturação e reestruturação dentro das diferentes economias. Esse fator-chave denominado por Perez, trata-se de um insumo básico de disponibilidade abundante e barata, com múltiplas aplicações que se estendem pela estrutura de produção; como exemplo tem-se o carvão na segunda metade do século 19, o aço no início do século 20, o petróleo depois da segunda guerra mundial e no momento, a microinformática dentro do modelo de desenvolvimento (LLORENZ, 2001).

Além da inovação tecnológica, Llorenz trata da reestruturação produtiva abordando o contexto sistêmico da produtividade e da competitividade na dinâmica do modelo de desenvolvimento econômico. O elemento determinante do aumento da produtividade e competitividade é a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais na base de produção, segundo Llorenz (2001). Os desafios dessa revolução tecnológica se encontram nos níveis micro e mesoeconômicos. Apesar, de nem todas as empresas competirem no mercado internacional, essa deve ser a referência que estimula a inserção da eficiência produtiva e da competitividade nos mercados que essa empresa atua.

A competitividade necessita de fatores que notam a produtividade, como, a introdução de tecnologias novas, de evolução gerencial e organizacional nas bases produtivas, e isso, depende de uma gestão empresarial, de infra-estrutura tecnológica disponível, da qualidade dos recursos humanos, das relações trabalhistas e do vínculo existente entre o sistema educativo e a capacitação

produtiva e empresarial. Além disso, os fatores que explicam a competitividade são: a melhoria da qualidade do produto, a diferenciação do mesmo e a uma boa logística (LLORENZ, 2001).

Sintetizando, a competitividade empresarial depende de três ações a seguir: a) as interiores a empresa quanto à busca da eficiência organizacional e qualidade na produção; b) as com a rede de fornecedores e clientes que constituem o *cluster* que a empresa pertence; e c) as que constroem o entorno para o acesso aos serviços e insumos de apoio.

Outro fator importante para a modernização produtiva do conjunto de empresas e das atividades econômicas, é a disponibilidade de serviços que possuem elementos de conhecimento estratégico sobre informações empresariais, capacitação da gestão tecnológica, consultoria empresarial, serviços de inovação, de comercialização e apoio à exportação e a criação de empresas e serviços de assessoria financeira. Infelizmente, esses serviços costumam concentra-se em grandes cidades, não existindo sua oferta nas diferentes regiões (LLORENZ, 2001).

De acordo com Llorenz (2001), essas estratégias não podem se orientar somente para a conquista do crescimento econômico quantitativo, pois, para o desenvolvimento ser atingido, é preciso que esse crescimento se difunda territorialmente, para garantir maior equidade social e qualidade de vida de toda a população, respeitando a sustentabilidade com o meio ambiente.

O sucesso do desenvolvimento econômico local depende da participação dos atores interessados nas diversas iniciativas locais, tanto públicos quanto privados. Portanto, é necessária a construção de uma institucionalidade adequada ao desenvolvimento local integrante do nível mesoeconômico.

O nível mesoeconômico determina uma articulação estratégica entre os diferentes setores do território e um pacto social entre eles no intuito da construção de entornos locais inovadores segundo o perfil produtivo e empresarial do território.

Para que se consiga dispor de entornos inovadores de qualidade, é preciso ter um mercado de fatores estratégicos com aspectos fundamentais como: a existência de recursos humanos qualificados, a vinculação do sistema de educação e capacitação com o perfil produtivo de cada território, o acesso a linhas apropriadas de financiamento para as MPEs, a disponibilidade de recursos de serviços empresariais avançados que permitam dispor de informações sobre mercados e tecnologias, linhas de comercialização, cooperação entre empresas, etc.

Llorenz (2001) afirma que nas décadas de 1980 e 1990, tem surgido um conjunto de iniciativas locais de desenvolvimento, buscando a geração de atividades, a criação de empresas e empregos através de:

- estímulo à inovação criativa e as realizações empresariais para os ajustes produtivos locais;
- organização de redes de interdependência entre empresas e atividades ligadas ao mercado;
- impulso à diversificação produtiva com base na qualidade de produtos e processos produtivos;
- valorização dos recursos endógenos existentes em cada território; e
- busca de novas fontes de emprego.

A nova gestão das iniciativas de desenvolvimento local destaca a importância de cada pessoa que atue através da mobilização dos diversos atores sociais, exigindo assim, o fortalecimento das células básicas da organização da cidadania, isto é, os municípios (LLORENZ, 2001).

A ideologia do planejamento Estatal de desenvolvimento econômico cede espaço para o resultado organizado de toda a sociedade com novas formulações mais pragmáticas sobre o tema, no qual o território e o desenvolvimento local têm papel fundamental. Uma visão de longo prazo aliada às políticas de desenvolvimento em todos os níveis de governo devem fazer parte da gestão pública estratégica, a qual deve ser descentralizada, mas sim ser competência das administrações públicas territoriais, bem como dos atores sociais locais. O novo enfoque determina o abandono dos subsídios e a incorporação de uma cultura inovadora dotado de uma agilidade e eficiência operacional.

2.2.3 Agência de Desenvolvimento Econômico Local - ADEL

Conforme Empel (2006), uma agência de desenvolvimento local tem por objetivo principal criar condições propícias para a geração de rendimentos e para a promoção de emprego. As ADEL proporcionam um fórum para estimular o diálogo sobre DEL entre representantes das autoridades locais, da sociedade civil e do setor privado. Funcionam como uma rede de organizações afiliadas num determinado território. Isto permite a troca de informações sobre as necessidades, prioridades e potencial econômico. Usando o âmbito e o vigor de cada organização no tecido

institucional e social local, as ADEL aumentam a capacidade de negociação de todos os membros. Também torna possível a compartilha dos custos de gestão na implementação de iniciativas e de projetos. A sustentabilidade das ADEL depende de vários fatores, a citar:

1) Reconhecimento político e social: As ADEL são reconhecidas como organizações representativas, que funcionam no interesse local e os seus habitantes depositam confiança nelas.

2) Capacidade técnica: As ADEL são dotadas de conhecimentos necessários para providenciarem serviços com base na procura a uma vasta gama de clientes dos setores público e privado.

3) Autonomia financeira: As ADEL não dependem dos doadores, nem estão orientadas para estes. Podem gerar rendimentos através da cobrança pelos serviços que fornecem aos clientes, através da gestão de fundos de crédito, de mecanismos de contratação com organizações internacionais ou estruturas governamentais, através das contribuições dos membros, de empreendimentos conjuntos e de parcerias de custo eficaz. Dado o seu estatuto jurídico-legal, as ADEL permanecem organizações sem fins lucrativos, investindo os seus rendimentos excedentes em projetos de desenvolvimento.

Os funcionários que trabalham para as agências de desenvolvimento econômico local são peritos formados em várias áreas de competências, tais como gestão, metodologias participativas, representação, planificação de desenvolvimento, avaliação de projetos, micro-crédito, etc. Eles providenciam serviços a empreendedores, organizações comunitárias bem como ao governo local. Às vezes, os seus clientes são membros da própria ADEL, noutros casos os membros prestam apoio ao pessoal das agências na provisão de serviços. A natureza dos serviços providenciados pelas ADEL depende das características do cliente e das necessidades orçamentais. As agências de desenvolvimento lidam com três tipos de clientes: a) clientes do setor privado, que recebem assistência e apoio técnicos na identificação de oportunidades; b) comunidades, que beneficiam de reforço organizacional bem como de assistência técnica; e c) as autoridades locais, que podem receber assistência no planeamento estratégico, angariação de fundos e nos processos de DEL, em geral.

Os serviços de assistência técnica das ADEL também dependem das necessidades orçamentais do projeto específico, a saber:

1) Serviços comunitários: geralmente, providenciados a pequenos empreendedores privados, visando atividades micro de assistência técnica nas áreas administrativa, financeira e de identificação de oportunidades de negócio; o objetivo é melhorar a organização e a participação comunitária. Estes são projetos de capacitação, concebidos para transformar as comunidades locais em verdadeiros atores de desenvolvimento, capazes de gerir as iniciativas de DEL.

2) Serviços de *marketing*: estes são projetos de média dimensão dirigidos a associações, organizações e a algumas partes interessadas privadas, nos casos em que o serviço inclua o estudo de mercado, a análise de custo-benefício, a avaliação do retorno sobre o investimento, além da formulação técnica de projetos. Estes projetos demonstram as atividades concretas das ADEL e têm um impacto imediato nos beneficiários e no território.

3) Serviços estratégicos: estes têm um potencial importante de interligação com os sistemas produtivos (produção/comercialização). Estes projetos, com forte impacto ao nível local, providenciam apoio aos grupos vulneráveis. Geralmente, são projetos de médio e longo prazo requerendo mais recursos orçamentais do que as ADEL podem providenciar. Por conseguinte, o papel destas limita-se à identificação de projetos e a procura de recursos de investimento (EMPEL, 2006).

Fica claro então, que o desenvolvimento económico regional e local, não possui apenas uma teoria que sirva de fundamento para a conclusão do mesmo. Para que se proponha a construção de um projeto de desenvolvimento económico regional, é necessário que conheça a região e suas especificidades que são peculiares às inúmeras variáveis que a compõem. É possível, então, que se utilize não apenas um referencial teórico, mas, a combinação de várias teorias que tratam desse fenómeno.

No próximo capítulo é tratado um conjunto de informações históricas e de levantamento de dados para um possível diagnóstico sócio-económico da microrregião norte pioneira do Paraná.

3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ

No capítulo anterior foram apresentadas as teorias que se referem ao desenvolvimento econômico regional e local onde se identificou a necessidade de se compreender as particularidades de cada região que se analisa.

Para que se possa realizar um planejamento coordenado de políticas que potencializem as vocações econômicas de uma região no intuito de seu desenvolvimento, é fundamental buscar o conhecimento da formação e do desenvolvimento dessa região através de uma análise histórica. O Estado do Paraná viveu uma rápida transformação no decorrer do século XX que o tirou de uma economia primária para outra mais industrializada. Estes desafios se deram através de estudos e da formação de conhecimentos que foram desenvolvidos durante esse período.

Neste capítulo pretende-se analisar a formação econômica da região norte pioneiro do Paraná através de um estudo de Pedro Calil Padis e outros autores, que registram a história econômica desse Estado das primeiras seis décadas do século XX.

3.1 UMA RELEITURA DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE - MICRORREGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

Nas três primeiras décadas do século passado, as possibilidades da economia paranaense eram bastante limitadas, além de apresentar grandes dificuldades como a deficiência no aparelho infraestrutural do sistema econômico do Estado. As condições de escoamento pelos portos de Antonina e Paranaguá apresentavam condições muito limitadas, além de uma precariedade em sua rede viária.

Segundo Padis (2006), a permanência de tais problemas evidenciava a existência de um conjunto de causas mais profundas. Documentos da época levaram a crer que, uma das causas do problema de transportes paranaense foi a debilidade na arrecadação estadual que mal dava para a conservação do sistema já existente. Mas o que causava a baixa arrecadação estadual era uma pífia economia, que, definitivamente, traduzia a causa principal de todos os problemas do Paraná.

Logo o fundamento desses problemas reside no fato de a economia paranaense se fundar principalmente por atividades extrativistas como a erva mate na qual o valor adicionado e a produtividade não são considerados. Também a formação de capital era dependente desse setor, já que sua economia era voltada para o mercado exterior por meio da importação de grande parte de bens de consumo que era duas vezes maior que as exportações.

Padis (2006, p. 120) afirma que “... podemos referir-nos a um infernal círculo vicioso, dentro do qual estavam cercadas as atividades econômicas paranaenses, sem que se tivesse logrado rompê-lo”. Conclui-se que a primeira causa que determina tal círculo vicioso reside no fato de que a economia paranaense se sustentava, na década de 1930, principalmente por atividades extrativistas que tinham limitado valor adicionado e produtividade pouco considerável.

Percebe-se então, que o mate como produto principal, trouxe efeitos muito modestos para a economia do Paraná, enquanto que na mesma época o café alavancava a economia de São Paulo. Apesar de serem semelhantes em alguns aspectos, as duas atividades, mate e café, traziam enormes diferenças de resultados. As semelhanças se davam pela demanda externa, enquanto que as diferenças se evidenciavam no fato do café, em São Paulo, ser produzido em moldes capitalistas de alta produtividade enquanto o mate, do Paraná, ser meramente uma atividade extrativista de baixa produtividade (PADIS, 2006).

Enquanto a produção cafeeira exigia uma força de trabalho ocupada durante os doze meses do ano, o mate do Paraná só ocupava essa força por 6 meses tornando esses trabalhadores desocupados no resto do ano. Com isso a população que se dedicava a essa atividade (e era a maior parte dela), no período em que estavam desocupados, tendiam a diminuir seu nível de consumo. As externalidades positivas causadas pelo café, eram muito superiores quando comparadas às criadas pela atividade ervateira. Portanto, conclui-se que até final da década de trinta do século passado, o Paraná era considerado uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, principalmente no de São Paulo (PADIS, 2006).

3.1.1 A Ocupação do Norte do Paraná.

A ocupação territorial do norte do Paraná efetivou-se de forma surpreendente e rápida, nunca antes registrada outra similar. Em menos de quarenta

anos, 36 por cento do território paranaense, transformou-se, de densa mata despovoada, em região que contava com 1.843 mil habitantes, ou seja, 34 por cento da população do estado distribuídos em 172 cidades. Isso ocorreu por vários aspectos, entre eles, a qualidade das terras, a situação nacional perante o mundo depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista e o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930.

É importante destacar os limites que determinam o norte do Estado, fator este que nem sempre coincide entre os autores. Assim, os limites meridionais dessa região devem coincidir com a área tipicamente cafeeira. A ocupação desta extensa área aconteceu de forma lenta e por meio de iniciativas oficiais, e depois da segunda metade da década de 1920, ocorreu de maneira sistematizada e rápida (PADIS, 2006).

Ainda no final do século XIX, a cafeicultura paulista já estava próxima dos limites do Estado, e nessa época, o mineiro Thomas Pereira da Silva vem para a região do rio Itararé atraído pela exuberância das terras vizinhas ao rio, e adquire vasta área de terras que faz convergir grande número de conterrâneos seus, dando origem a um núcleo urbano chamado Colônia Mineira. Assim é que, rapidamente, efetivou-se a urbanização multiplicada surgindo Tomazina, Santo Antonio da Platina, Wenceslau Braz e Jacarezinho no final do século XIX. No início do século passado, precisamente nas décadas de vinte e trinta, também surgiram importantes núcleos como Cambará em 1904, Bandeirantes em 1921, Cornélio Procópio em 1924 e Andirá em 1926.

Na segunda década do século passado, houve um rápido aumento nos preços do café no mercado internacional, o que se constituiu num poderoso estímulo aos produtores. Além disso, algumas áreas tradicionais da produção cafeeira paulista, não estavam em condições de atender a demanda aquecida devido à broca do café de 1924 e do esgotamento de algumas áreas produtivas, o que acarretou em diminuição da produtividade dos cafezais (PADIS, 2006).

O paulista Antonio Barbosa Ferraz transferiu-se para o norte do Estado, adquiriu grande área de terras entre Ourinhos e Cambará, onde plantou um milhão de pés de café e toda a produção era exportada pelo porto de Santos, o que fez que se construísse uma rodovia que ligasse o norte paranaense a São Paulo, simultaneamente ao início de um estudo para a conexão ferroviária com a Sorocabana, cujos trilhos já haviam chegado a Ourinhos. Isso fez com que outros

produtores fossem atraídos para aquela região. Chegaram compradores, que se tornaram os novos proprietários, também trabalhadores que desprovidos de capital e de crédito vendiam sua força de trabalho nesta que era para a época, a nova fronteira agrícola brasileira. Eram principalmente da região norte do Estado de Minas Gerais e do Nordeste. A partir de 1920, um grupo econômico liderado por Ferraz resolveu iniciar a construção de uma estrada de ferro, que passaria pelo Norte do Paraná. Esta ferrovia trouxe novo alento a colonização (PADIS, 2006).

É importante destacar que projeto semelhante, envolvendo ferrovia, já havia sido elaborado e apresentado pelo Barão de Mauá, ainda no século XIX, a empresários e investidores ingleses. Coincidentemente, essa ferrovia acabou sendo comprada e construída por ingleses no ano de 1928 (BONDARICK, 2006).

A ferrovia projetada pelo grupo de Ferraz não se limitaria apenas ao Norte do Paraná, uma vez que cortaria todo o Estado de forma diagonal até Guaíra, às margens do Rio Paraná. Vale salientar que seu início era na cidade de Ourinhos (SP), como um ramal da ferrovia denominada Sorocabana que ligava o porto de Santos ao extremo oeste de São Paulo passando por Ourinhos. De acordo com os projetos e idéias originais, de Guairá no extremo oeste do Paraná, a ferrovia se prolongaria até Assunção, capital do Paraguai. Era um projeto grandioso, também caro e dispendioso. Vencer o sertão não era o principal problema, mas sim convencer investidores e angariar capitais.

Para a construção da ferrovia, havia necessidade de autorização ou concessão do Governo Federal, fator que não era problema, pois o mesmo era influenciado por São Paulo e Minas Gerais, dentro daquilo que se convencionou chamar "política do café com leite". Quem obteve a concessão foi o grupo econômico liderado por Antônio Barbosa Ferraz, que fez construir o primeiro trecho da ferrovia ligando Ourinhos a Cambará, até uma importante fazenda do grupo. Devido à falta de capitais a construção ficou estacionada nessa localidade por diversos anos. A solução para a continuidade da construção viria através da venda das ações da ferrovia para empresários ingleses, atraídos pela fertilidade e disponibilidades das terras no Norte do Paraná (PADIS, 2006).

Os capitais para os investimentos necessários foram conseguidos em bancos estrangeiros, principalmente ingleses e também através do fracionamento das terras que haviam sobrado, após é lógico as melhores terem sido separadas. A área fracionada foi posteriormente vendida a colonos paulistas, mineiros e

imigrantes, todos ávidos por terra e pelos lucros enormes provenientes do café, desde que o “Convênio de Taubaté”, firmado em 26 de fevereiro de 1906, definiu as bases do que se chamaria política de valorização do café, e oficializou a intervenção estatal para proteger o comércio e a elevação dos preços do produto. Este Convênio também limitava o plantio de novos cafezais nos Estados de São Paulo Minas e Rio de Janeiro, deixando livre para o plantio de novas lavouras, regiões ainda não desbravadas como o Norte do Paraná (BONDARICK, 2006).

Segundo Padis (2006), durante esse movimento ocupacional, destacam-se duas iniciativas, a saber: a primeira em 1931 quando foram formadas duas localidades em área ainda desocupada no Paraná, próximo a Cornélio Procópio, por duas companhias de capital japonês que resultaram nas cidades de Assai e Uraí com base econômica no algodão e com população de emigrantes japoneses. Foram colônias que rapidamente prosperaram pela assistência fornecida pelas próprias colonizadoras aliadas à qualidade das terras (PADIS, 2006). Importante atividade foi também a criação de suínos, principalmente na região conhecida como Norte Velho, entre Ribeirão Claro e São José da Boa Vista. Essa criação era feita com base no sistema de safras, ou seja, os porcos eram criados soltos em meio à plantação já em fase de colheita. Aqueles que praticavam essa atividade eram chamados de safristas. Os safristas, por suas atividades necessitarem sempre de terras férteis e isoladas, agiram como novos bandeirantes, e legítimos desbravadores da região, para os futuros plantadores de café, a alternativa econômica seguida por muitos dos safristas após a decadência econômica de suas atividades; como segunda iniciativa, se dá notabilidade ao processo ocupacional das terras do norte-paranaense, um empreendimento realizado pela denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná com origem inglesa de onde alguns grupos econômicos partiram em busca de terras para o cultivo do algodão para atender a indústria têxtil britânica. O governo brasileiro, sabedor dessas intenções, fez convite para que visitassem o Brasil. Em 30 de dezembro de 1923, surge a missão Montagu, da qual fazia parte Lord Simon Lovat, emissário que se impressionou com o norte do Paraná e adquiriu duas glebas de terras para instalar fazendas de algodão e assim, organizou a “*Brazil Plantations Syndicate Ltd.*”. Esse empreendimento resultou em insucesso e em 1925 a “*Brazil Plantations*” criou um projeto imobiliário nas terras adquiridas organizando a “*Paraná Plantations Ltd.*”, cuja subsidiária brasileira chamou-se “Cia. de Terras Norte do Paraná”. Organizada a imobiliária, até 1944 a companhia adquiriu 544.017

alqueires correspondente a uma área maior que a décima parte de todo o Estado, mas com sua melhor porção de solo.

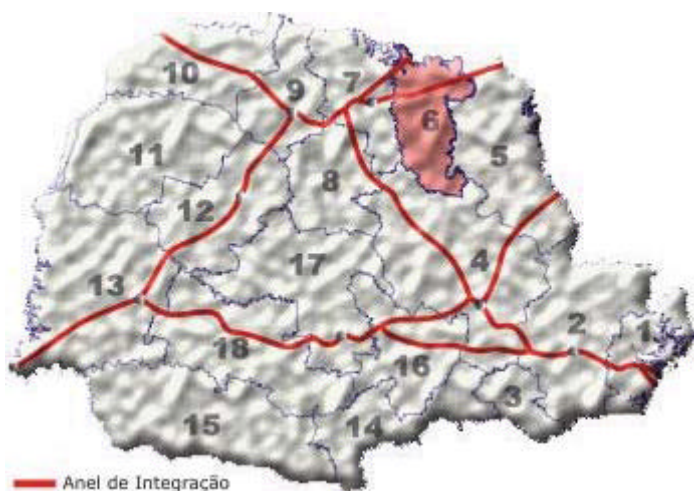
Até o início da década de 1960, o crescimento econômico e demográfico dessa região foi surpreendente. Formou-se uma corrida de emigrantes em sua direção. A partir de então, em apenas 25 anos, surgiram nessa área adquirida pela companhia inglesa, 110 núcleos urbanos que se transformaram em cidades.

O crescimento populacional da região atingiu taxas nunca antes vista no país. Em 1940, registrou-se na região 340.449 habitantes, ou seja, 27,5 por cento da população total do Estado. Na seguinte década, a população se elevava em 202,2 por cento e atingia 1.029.025 habitantes o que significava a metade de toda população paranaense, mais precisamente, 48,6 por cento (PADIS, 2006).

3.1.2 A Formação da economia do norte pioneiro paranaense

A microrregião do norte pioneiro paranaense está constituída por 19 municípios¹ onde está inserida a AMUNOP - Associação dos Municípios do Norte do Paraná. A Figura 1 mostra a localização desses municípios (área 6) e também o Anel de Integração, sendo Cornélio Procópio a cidade pólo.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMUNOP



FONTE: Paranacidade, (2003)

¹ Os 19 municípios que fazem parte da distribuição político-administrativa da microrregião do norte pioneiro paranaense são: Assai, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antonio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí.

Nesta fase da formação econômica do norte pioneiro paranaense, fica claro a demonstração da teoria dos encadeamentos de Hirschman citados no capítulo 2 deste trabalho, no momento que se mostra o crescimento e capitalização regional beneficiados pela formação de algumas redes. Observam-se economias externas criadas pelo café como ferrovias, rodovias, escolas, armazéns, etc. e as atividades terciárias decorrentes dele como a rede bancária, corretagem, representações, etc.

O surgimento e o desenvolvimento de uma economia agrícola na região norte paranaense, foi determinado por alguns fatores, entre eles, a pequena dimensão das propriedades que foram vendidas pelo preço de aproximadamente quinze salários mínimos da região por alqueire, o que trouxe um fluxo migratório importante. Aliado a isso, houve a assistência prestada pelas companhias loteadoras. Essas áreas exigiam um volume modesto de capital aplicado, e a força de trabalho familiar era suficiente para suprir a demanda de mão de obra.

Concomitantemente, o rápido crescimento e sua capitalização, foram beneficiados pela rede de transporte que se estendia e pela proximidade de alguns núcleos para facilitar a comercialização dos produtos, e ainda houve a crise internacional do algodão de 1932, que criou condições aos colonos recém instalados para desenvolverem essa cultura (PADIS, 2006).

Observa-se ainda hoje a predominância do setor primário, mesmo que diversificado, na economia do norte do Paraná. O milho, feijão, arroz e algodão foram cultivares que se intercalaram com o cultivo cafeeiro. A produção da cana de açúcar tem expressividade na região norte paranaense, dando destaque especial ao município de Bandeirantes como grande produtor.

A alavanca da expansão econômica do norte do Paraná foi a cultura do café. A consolidação econômica da região, contudo, não se fará mediante o café, mas com recursos provenientes de seu cultivo alocados em outras atividades (PADIS, 2006). Nesse ponto se observa uma relação com a teoria dos excedentes. No caso do excedente do produtor, este seria a diferença entre o preço que o produtor está disposto a vender determinada quantidade de seu produto e o preço pelo qual ele realmente a vende. Esta é também uma abordagem alternativa para medir ganhos de produtores com políticas ou choques.

A cafeicultura foi relevante na formação econômica do norte do Paraná, quando na década de 1920, essa cultura já havia se estendido pela região de Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes e Cornélio Procópio. A crise de 1929 abalou

todas as áreas do país, mas o norte paranaense se beneficiou do protecionismo do governo federal, onde subsistiu ao problema e até mesmo ampliou sua produção em três vezes.

Em se tratando de um produto que dependia do mercado internacional, a elevação e manutenção de altos preços do café, atraíram e estimularam outros países para o cultivo do mesmo, como em alguns países da África a partir do fim da Segunda Grande Guerra. O produto africano era de qualidade inferior e conseqüentemente mais barato que o brasileiro, e assim, mereceu a preferência dos importadores norte-americanos. Isto interferiu decisivamente nas exportações brasileiras o que trouxe um insignificante aumento de 4 por cento nas nossas exportações em relação aos 105 por cento a mais nas exportações africanas.

No início do século XX, diante do aumento na produção do café, o seu preço no mercado internacional caía sensivelmente, mobilizando os cafeicultores para criação de uma estratégia que mantivesse o preço do produto valorizado em momentos de crise. Em fevereiro de 1906, reuniram-se em Taubaté, os governadores dos Estados de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Minas Gerais (Francisco Sales) e Rio de Janeiro (Nilo Peçanha). Como resultado, assinaram, a 26 desse mês, um convênio que estabelecia as bases de uma política conjunta de valorização do café, condicionado à aprovação pelo presidente da República. (O presidente iria se recusar a assinar o acordo, que foi ratificado, então, pelo seu vice Afonso Pena). Foi chamado de Covênio de Taubaté.

Celso Furtado (1991), em sua obra “Formação Econômica do Brasil”, assim resumiu essas medidas:

- Visando estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a procura, o governo interviria no mercado, adquirindo os excedentes dos cafeicultores;
- O financiamento das aquisições se efetuaria mediante o recurso a capitais obtidos por empréstimos no estrangeiro;
- A amortização e os juros desses empréstimos seriam efetuados mediante um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportado;
- Visando solucionar a médio e longo prazo o problema do excesso de produção, os governadores dos estados produtores adotariam medidas visando desencorajar a expansão das lavouras pelos cafeicultores.

Com isso, os preços do produto eram mantidos artificialmente altos, garantindo-se os lucros dos cafeicultores. Estes, ao invés de diminuir a produção

de café, continuaram produzindo-o em larga escala, obrigando o governo a contrair mais empréstimos para continuar adquirindo esses excedentes. O Estado adquiriu o produto para revenda em momentos mais favoráveis até 1924, ano em que foi criado o Instituto do Café de São Paulo, a partir de quando essa intervenção passou a se dar de forma indireta. Ainda de acordo com Celso Furtado, a maior falha dessa política de valorização artificial do café foi não ter incentivado a diversificação da pauta de exportações brasileiras, por meio de subsídios, para assim aliviar a pressão da oferta interna sobre a tendência da queda de preços verificada na época. Contudo, ele próprio concorda que tal ação governamental seria bastante dificultada por não corresponder aos interesses políticos predominantes na época, vinculados à exportação do café. Essa política adotada a partir do Convênio de Taubaté só ajudou a adiar o iminente fim do ciclo cafeeiro no Brasil, que aconteceu com a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929 (FURTADO, 1991).

Essa elevação da produção teve como consequência inevitável a diminuição dos preços internacionais do produto e na década de sessenta, mais precisamente entre 1965 e 1967, o governo ampliou a política de erradicação dos cafezais a fim de adequar a oferta à demanda efetiva desse bem. O Estado erradicou pouco menos de um bilhão de pés de café, ou seja, um décimo de suas plantações. As consequências sócio-econômicas dessa erradicação ganharam dimensão bem maior na economia do Estado (PADIS, 2006).

No final da década de 1950, o café terminava sua marcha no território paranaense ultrapassando os limites que lhe eram propícios. Nesta época havia uma carência infra-estrutural no Estado em relação às comunicações, a baixa produção de energia elétrica, a falta de armazéns e silos, o desaparecimento dos portos e a insignificância do setor secundário da economia. Isso trouxe uma tendência crescente de evasão para outros centros do país.

Padis (2006) afirma que a cafeicultura paranaense ao mesmo tempo em que transformou rapidamente a economia do Estado, também criou barreiras ao aparecimento de outras atividades econômicas, especialmente as industriais. No entanto, isso não fica claro, pois o próprio autor enfatiza que diferentemente de São Paulo, onde as poupanças excedentes desnecessárias para os reinvestimentos na própria agricultura foram destinadas para os investimentos industriais no próprio estado, no Paraná isso não ocorreu, pois a demanda por produtos industrializados era atendida pela produção paulista, dando assim, margem a criação de fluxos de

renda voltados para São Paulo. Constata-se, então, a diferença de desenvolvimento entre os dois Estados (PADIS, 2006).

Portanto, o que causou barreiras a novas atividades econômicas não foi a cafeicultura, mas sim a importação de produtos industrializados paulistas.

3.1.3 Cornélio Procópio: origens do município pólo da microrregião

A cidade de Cornélio Procópio surgiu e desenvolveu-se as margens da Ferrovia São Paulo/Paraná, ferrovia esta também detentora de interessante história que se confunde ou funde-se com a própria história do Norte do Paraná. A cidade de Cornélio Procópio, e conseqüentemente o município, foram fundados em terras que pertenciam a Francisco da Cunha Junqueira, inseridas em uma gleba denominada Fazenda Laranjinha. Junqueira comprou essas terras em 1923. Era comum que fazendeiros paulistas e mineiros comprassem terras nessa região, quer fosse para projetos de loteamentos e colonização, quer fossem para esperar a valorização destas glebas para posterior venda a terceiros.

Francisco Junqueira era um político paulista, e como tal envolveu-se na Revolução Constitucionalista de 1932, ao lado de seu Estado. Como fora derrotado, Francisco Junqueira acabou sendo deportado pelo Governo de Getúlio Vargas para Portugal. Em dificuldades financeiras, vendeu suas terras aqui no Paraná para a empresa de loteamentos formada pelo Coronel Francisco Moreira da Costa e Antônio de Paiva. Antes, porém, Junqueira planejou o parcelamento das propriedades e deixou planejados dois núcleos urbanos, denominados Santa Mariana em homenagem a sua esposa, Mariana e Cornélio Procópio em homenagem a seu sogro.

No intervalo entre a venda das terras por Junqueira e a posse da empresa Paiva & Moreira, algumas ruas começaram a ser ocupadas sem obedecer a qualquer planejamento, ou seja, algumas construções rústicas começaram a ser erguidas, fugindo ao padrão urbanístico previamente estabelecido. Os novos proprietários reordenaram a ocupação urbana e com a chegada da ferrovia, a cidade passou a crescer e a desenvolver-se. Vale lembrar que os primeiros lotes urbanos foram vendidos em torno da Praça Brasil, sendo que ali na esquina da Rua Quintino Bocaiúva e Av. XV de Novembro, encontra-se o marco inicial da cidade (BONDARICK, 2006).

A população inicial, era originária principalmente de São Paulo e Minas Gerais. Os primeiros colonizadores e desbravadores eram atraídos principalmente pela fertilidade da terra, tida como umas das melhores do Brasil. Essa fertilidade era propagada em diversas regiões. Fato interessante dos primeiros tempos de Cornélio Procópio foi a "*propaganda enganosa*", se é que se pode dizer, realizada pelos ingleses, que eram donos da Ferrovia São Paulo/Paraná e das terras a oeste do Rio Tibagi, onde se desenvolveu a cidade de Londrina. Em seus panfletos de propaganda, os ingleses constantemente aumentavam a altitude de suas terras e baixavam a das terras vizinhas de seus concorrentes. Isso se dava pelo fato de que as terras aqui da região eram procuradas para o plantio de café, cuja geada, pior inimigo, ocorre mais forte em terras baixas (BONDARICK, 2006).

Cornélio Procópio cresceu rapidamente, dependendo administrativamente de Bandeirantes. No ano de 1938, uma comissão formada por moradores resolveu pleitear a emancipação política e a criação de um novo município. Faziam parte dessa comissão entre outros: José Paiva, Oscar Dantas e Américo Ugorini, que utilizando-se de um documento onde se colocavam os motivos da criação do Município, elaborado por Benjamin Soto Maior, que era administrador da Cia Barbosa, foram a Curitiba ter uma audiência com o Interventor (Governador) do Estado naquela época, Manoel Ribas. Portando credenciais e cartas fornecidas pelas Empresas Matarazzo de São Paulo, que possuíam uma Fazenda na região, e uma carta pessoal de apresentação da própria filha de Manoel Ribas, a comissão foi recebida e expôs seus motivos e intenções.

Desta maneira, o Município de Cornélio Procópio acabou sendo criado pelo decreto nº. 6.212, de 18 de janeiro de 1938, e a implantação do Município ocorreu dia 15 de fevereiro daquele mesmo ano, mais ainda, na mesma oportunidade, Manoel Ribas transferiu a sede da Comarca de Jataizinho para o novo município. Cornélio Procópio de simples povoado passou a sede de Município e sede de Comarca, tudo no mesmo dia.

Com a expansão rápida do café e as redes criadas por ele, foram se formando os outros municípios pertencentes a essa microrregião. Em julho de 1930, a Empresa Ferroviária São Paulo - Paraná inaugurou uma estação ferroviária a três quilômetros do patrimônio de Invernada, que passou a denominar-se Bandeirantes, surgindo, então, um povoado nas proximidades da estação ferroviária. E em 1935 foi instalado oficialmente o município. O avanço dessa fronteira agrícola trouxe a

fundação do município de Assaí no ano de 1938. A fundação de Congonhinhas aconteceu a partir de 1926, momento em que fazendeiros que buscavam o povoamento na região realizaram uma doação de nove alqueires de terra à Mitra Diocesana. A denominação do município advém de uma planta chamada de Congonhinha que se concentra em grandes quantidades no local, essa possui tamanho e folhas menores que a congonha. A planta congonhinha, foi no passado, usada como erva-mate para fazer chimarrão. A consolidação do município ocorreu em 1945.

Os desbravadores chegaram na região do município de São Jerônimo da Serra em 1854, quando seus habitantes primitivos eram os Caingangues. No início do povoado, a localidade recebeu o nome de São Thomaz de Papanduva e, em 1867, já tinha a denominação de São Jerônimo da Serra. A situação privilegiada em que se encontrava o povoamento atraiu para si um grande contingente humano que imprimiu um ritmo de progresso ao município que foi criado em 1947. Neste mesmo ano foi criado o distrito administrativo de São Sebastião da Amoreira. Também em 1947, uma lei estadual que dispôs sobre a divisão territorial do Estado do Paraná para o quinquênio de 1947-1951 dividiu o município de Cornélio Procópio, criando 3 novos Distritos: Sertaneja, Leópolis e Congonhas.

E assim com o avanço da cafeicultura o norte do Paraná foi se povoando e em 22 de novembro de 1948 o distrito de Santa Cecília do Pavão, pertencente ao município de São Jerônimo da Serra, foi elevado à categoria de município. O início da colonização da região do município de Nova Fátima ocorreu por volta de 1940, quando chegou o primeiro pioneiro e se instalou nesta localidade. Este pioneiro, com o objetivo de criar um patrimônio, adquiriu novas terras e fez o loteamento. Município de predominância agropecuária teve seu crescimento calcado na cultura cafeeira, que juntamente com outras culturas de subsistência como milho, arroz e feijão foram introduzidos pelos pioneiros. A ocupação da gleba, onde se situa Uraí, foi inicialmente realizada em maio de 1936. A região de Uraí possuía densas matas o que possibilitou grande exploração madeireira com vistas ao abastecimento do mercado local e principalmente exportação. Após o ciclo da madeira, veio o ciclo do café, predominando, posteriormente, a cultura do rami o que lhe confere na década de 1980 a denominação de Capital Mundial do Rami. O município foi criado em 1947.

Data do ano de 1892 o início do povoamento da região, onde se localiza o atual município de Itambaracá. Inicialmente, recebeu o nome de Jaborandi, tendo esse nome devido à abundância dessa planta medicinal de propriedades diuréticas e oxiuricidas. E em 1955 foi elevado a categoria de município. Em 1938, Ângelo Pavan adquiriu, por compra feita a Jayme de Carvalho, uma área aproximada a 2800 alqueires de terra, no interior do Município de Bandeirantes. O objetivo de Ângelo Pavan era formar um Patrimônio, promovendo a divisão e venda dos lotes e datas de sua propriedade. Sua primeira denominação foi "Galdinópolis" em homenagem ao primeiro pioneiro que se instalou para tomar conta dos diversos serviços referentes à abertura do patrimônio. No ano seguinte, partia da Fazenda Carvalhópolis, também situada no interior do Município de Bandeirantes, uma caravana composta por Ângelo Pavan, Luiz Jacobucci, Valentim Inforzato, José Pavan, José Galdino da Costa e do engenheiro Luiz Vom Wronski, dirigindo-se ao local das terras para a demarcação dos lotes que formariam o Patrimônio. Foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Santa Amélia em 1951.

No passado, as cidades por onde passava a ferrovia foram aquelas que mais se desenvolveram. Hoje, o Anel de Integração vem dar continuação ao progresso e neste contexto, apenas três municípios são beneficiados, Bandeirantes, Cornélio Procópio e Santa Mariana. Para que não haja exclusão, a união de municípios é de suma importância para a sobrevivência daqueles omitidos pela passagem do desenvolvimento (COSTA, 2003).

4 ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

No capítulo anterior foi apresentada uma análise da formação econômica da microrregião do norte pioneiro paranaense através de uma releitura histórica. É importante que se faça uma leitura dos indicadores sociais e econômicos atuais tanto da microrregião quanto do município pólo da mesma, para que sirva de instrumento de um diagnóstico que permita a elaboração de projetos de desenvolvimento econômico dessa microrregião.

É pertinente que esse diagnóstico se fundamente em uma metodologia que analise os possíveis impactos de políticas públicas no desenvolvimento econômico das localidades.

4.1 QUESTÕES-CHAVE QUE INFLUENCIAM O DEL: METODOLOGIA PARA ESTUDOS DE CASO

Faz-se necessário a utilização de uma metodologia que oriente as análises dos estudos de cada caso de desenvolvimento econômico local. (BRANSTON *et al.*, 2003) propõe cinco questões inter-relacionadas para a elaboração dessa metodologia. O objetivo é esboçar uma metodologia para os estudos de caso de direcionamento que analisam o desenvolvimento de economias locais e dos possíveis impactos das políticas públicas, que inclui não somente ações governamentais, mas, igualmente ações comuns através das organizações e instituições privadas.

Para um estudo de caso individual, essa metodologia fornece algumas orientações gerais como:

- Destacar as causas determinantes da falta de desenvolvimento em uma localidade particular.
- Contribuir para uma compreensão do significado da política de interesse público nessa falta de desenvolvimento.
- Enfatizar o potencial que se encontra em descobrir capacidades novas em consequência da aprendizagem no processo de desenvolvimento.

Dependendo da perspectiva teórica que é adotada, há várias metodologias que poderiam ser empregadas para analisar o desenvolvimento das economias locais. A abordagem que se apresenta nessa sessão centra-se em torno da principal

preocupação com a gestão do processo de desenvolvimento e, portanto, com os relacionamentos qualitativos entre atores de dentro e de fora das localidades. Este foco provém de uma perspectiva teórica particular na importância das decisões estratégicas (feitas nas empresas e nas outras instituições) no direcionamento do desenvolvimento das economias (COWLING, SUGDEN *apud* BRANSTON *et al.* 2003). Associado à discussão que o “desenvolvimento” como um conceito só tem significado quando reflete os objetivos daqueles que o procuram desenvolver, um argumento teórico poderoso pode ser feito para que a administração pública focalize sua atenção em compreender o desenvolvimento econômico e os seus impactos (SUGDEN, WILSON *apud* BRANSTON *et al.*, 2003).

Embora estabelecer a estabilidade macroeconômica e introduzir novas formas de administração possam ser discutidos, igualmente se sugeriu que as políticas públicas fossem agora necessárias para conduzir o processo a um novo estágio. O mundo está em uma posição na qual a economia da empresa tem alguma extensão globalizada através das atividades de grandes corporações, mas onde as economias de comunidade permaneceram fixas dentro das localidades. O desafio é conectar estas localidades dentro e através das nações para criar uma economia da empresa que inclua apropriadamente todos os atores em todas as comunidades (COWLING, SUGDEN *apud* BRANSTON *et al.*, 2003).

A atual política mundial considera tipicamente o investimento interno por grandes corporações como bom e considera a promoção das PMEs (pequenas e médias empresas) como desejável. Uma dificuldade, contudo, é que os grandes investidores “ocultos” são freqüentemente os líderes do sistema econômico, no qual as decisões estratégicas de produção são feitas. Um assunto vital é o potencial para grandes firmas que são parte de um processo de tomada de decisão mais inclusivo e de estratégia democrática. Inversamente, as PMEs atualmente motivadas por políticos tendem a não serem as condutoras. Por outro lado, elas são reatoras, e freqüentemente as PMEs são estrategicamente sujeitas a grandes firmas. Ao contrário, o que são particularmente interessantes são as situações nas quais as empresas menores, junto às redes/*clusters*/aglomerados, e possivelmente ao lado das grandes empresas também, não são meramente reativas, mas estão participando dinamicamente em dar forma à estratégia de produção, na administração de uma localidade (HAKANSSON, JOHANSON *apud* BRANSTON *et al.*, 2003).

Conformemente, o desafio é considerar a possibilidade de políticas públicas que garantam uma participação maior na economia da empresa: isto inclui assegurar-se de que todos os atores estejam cientes da importância da participação no processo, e eles mesmos participem no projeto e na execução das oportunidades. A sugestão é que esta pode ser conseguida pelos trabalhos em rede apropriados que habilitam mais atores a participar em decisões estratégicas e que asseguram a eficiência abrindo localidades às forças do multinacionalismo.

Estes trabalhos em rede envolveriam uma variedade de encadeamentos (ligações) - talvez através do comércio, do investimento ou da informação. Poderiam estar entre empresas, agências de política de interesse público, governos, e certamente todas as organizações e instituições envolvidas no processo de produção de uma localidade. Além disso, uma participação maior exigiria um direito maior e uma provisão de processos de aprendizagem e de saúde. Cada um destes serviços é uma causa determinante central da qualidade de vida em uma localidade dada. São cruciais ao desenvolvimento dessa localidade e à conectividade em uma economia global da empresa.

Para tanto (BRANSTON *et al.*, 2003) propõe uma série de questões-chave que parecem cruciais para analisar o desenvolvimento de economias locais. É moldado aqui nos termos de perguntas da pesquisa, o endereçamento do qual guiará o empreendimento de estudos de caso específicos.

- Questões-chave para estudos de caso no desenvolvimento econômico local e na política de interesse público industriais:

A. O fundo econômico em uma localidade particular e, dentro desta, de indústrias particulares e de agrupamentos de empresas. Quais são as características econômicas principais da localidade? Quais são as relações e os impactos das empresas de tamanhos diferentes?

B. A extensão, a provisão e o direito a, aprendizagem e saúde. Qual é a disponibilidade de tipos diferentes de escolaridade e de serviços de saúde? Há meios eficazes de transferir idéias através dos atores dentro destes setores?

C. As redes reais e potenciais que medem localidades e indústrias. Os atores na localidade são envolvidos nas redes que causam impacto no desenvolvimento econômico industrial? Que encadeamentos existem através dos atores, das localidades e das nações?

D. A governança da produção dentro da localidade. Quem governa e quais os efeitos em cada um dos atores e das redes na economia?

E. A extensão e o impacto das políticas públicas - a níveis locais, nacionais e internacionais - acima. Que iniciativas públicas são atualmente aplicadas, elas causam impacto no processo de desenvolvimento e há oportunidades para a melhoria?

Para tanto Branston (2003) detalha essas variáveis:

A. A localidade e suas indústrias – base produtiva.

Uma breve descrição da localidade para fornecer o contexto para o estudo, focalizando sobre: O global econômico, social, político, geográfico e um fundo cultural, incluindo uma perspectiva histórica e um comentário na infra-estrutura; o número de firmas na localidade, pelo tamanho (número de empregados, retorno), pelo tipo da posse (por exemplo, firma individual, parcerias, companhia limitada pública) e pelo setor da produção. A identificação de alguns atores especialmente influentes ou agrupamentos na localidade; identificação dos atores significativos da não-empresa na localidade. Estes incluem as instituições governamentais, as instituições não governamentais, as instituições financeiras, as instituições educacionais e de saúde, e agências internacionais. Igualmente interessante é a presença possível de uma escala maior das associações, os fóruns e as atividades onde as pessoas se encontram na função comum e onde as idéias são trocadas. São incluídos nestes os sindicatos de associação comercial local, os centros de serviço, os parques de ciência, a juventude/atividade/grupos de comunidade, os clubes de esportes, os grupos religiosos/igrejas e outros grupos de empresas; indicadores agregados para a localidade com respeito ao emprego e desemprego, ao valor agregado, as exportações e importações, a produtividade, as relações de concentração da indústria, a inovação ao investimento, a imigração e emigração e as relações e demografia da dependência; identificação das oportunidades para o desenvolvimento econômico na localidade, incluindo onde a extensão é aplicável, composição e impacto do setor informal.

B. Aprendizagem e saúde.

O nível e o processo de aprendizagem e de saúde são as preocupações especiais, cujo foco é: A disponibilidade da educação, incluindo o número de escolas, o ensino superior na proporção das respectivas faixas etárias, a duração da instrução compulsória, da extensão dos programas da formação vocacional, os

financeiros e outros no acesso à instrução; obter níveis em educação em relação ao contexto nacional e internacional; a provisão da formação por empresas e por organizações da indústria, incluindo sua eficácia, orçamento pelo tamanho do setor e da empresa, e a provisão de suporte público; a geração de conhecimento novo nas empresas e em outras instituições, incluindo investimentos em P&D (pelo tamanho do setor e da empresa) e a quantidade de fundos de pesquisa direcionados às instituições educacionais locais (em termos absolutos e relativos às quantidades) e a habilidade de aproveitar-se do conhecimento gerado; a existência de redes entre atores dentro da localidade para as finalidades da aprendizagem e geração do conhecimento e o grau a que o conhecimento novo é acessível; acesso para usar a comunicação das mídias (incluindo bibliotecas e a Internet) para os diferentes atores; disponibilidade de serviços de saúde, incluindo o número de médicos *per capita* e de leitos de hospital, e da extensão das medidas preventivas (que incluem a internação com alojamento), financeiros e os outros acessos; níveis de saúde da população no contexto nacional e internacional.

C. Encadeamentos e redes

A evidência das redes reais e potenciais que envolvem os atores da empresa e da não-empresa na localidade, focalizando sobre: Conexões (ambas, formal e informal) entre atores de dentro e de fora dos setores. Estes puderam incluir ligações sobre o comércio - tais como o mercado comum e comprar, encadeamentos industriais para frente e para trás ou relações da subcontratação - assim como laços sobre o investimento, a pesquisa e o desenvolvimento, e atividades comuns na busca do suporte público; a sociedade e as atividades de atores significativos da não-empresa, tais como associação comercial, como um calibre à extensão e às características dos relacionamentos através da economia; conexões (ambas, formal e informal) com atores da economia em outras localidades incluindo diferentes nações.

D. Governança da produção

Em determinados aspectos o fundamento do estudo de caso focaliza sobre: as estruturas de posse das operações das empresas na localidade, destacando se as empresas tendem a serem de propriedade de indivíduos, de famílias, de governos, de instituições, de outras empresas, de trabalhadores ou de cooperativas, e comentando onde esses proprietários são domiciliados geograficamente; a evidência dos atores envolvidos em tomar as decisões estratégicas das empresas,

onde aqueles responsáveis pelas decisões são domiciliados (dentro ou fora da localidade), em como as decisões são tomadas, e os interesses de quem são levados em consideração, incluído nisto, a influência dos grupos de interesse (local/nacional/internacional, e estado relacionado com as edições que afetam a localidade); a decisão das estruturas das instituições de ensino e de saúde, ativas na localidade. Isto inclui a evidência de como as decisões estratégicas são tomadas, quem está envolvido na tomada de decisões, onde os responsáveis pelas decisões são domiciliados geograficamente, como as decisões são tomadas, e os interesses de quem são levados em conta; estruturas de decisão dos envolvidos das não firmas na produção da localidade. Isto inclui evidenciar como as decisões estratégicas são tomadas, quem é envolvido em tomar as decisões, onde os responsáveis pelas decisões são domiciliados geograficamente e os interesses de quem são levados em consideração; a cooperação e conflito entre os atores na localidade em tomar decisões estratégicas, sejam entre eles mesmos ou com outros. Estabelecer, por exemplo, se um ou alguns de seus componentes dominam um processo de tomada de decisão estratégica de uma rede, ou se há uma participação ampla. Em parte, o interesse é se os atores integram e coordenam suas atividades. Por exemplo, se as empresas influenciam as decisões estratégicas nas instituições de ensino e de saúde para assegurar que suas necessidades sejam atendidas, ou se um setor (talvez finanças, por exemplo) é considerado para constranger outros inapropriadamente; a existência de mecanismos, processos e normas sociais que servem para auto regular os relacionamentos dentro do sistema de produção, e suas influências na administração; o significado dos fóruns e dos canais para as partes interessadas para representar suas opiniões na estratégia das empresas e aos outros atores na localidade. Estes puderam incluir o uso dos meios de comunicação, dos grupos de discussão, planejando questões, exercícios de consulta e de agências regulatórias; os poderes e as influências nas decisões estratégicas que provêm das forças externas à localidade, por exemplo, das agências internacionais tais como Organização do Comércio Mundial, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Nações Unidas e União Européia.

E. Um esboço das Políticas Públicas.

Uma descrição que focaliza sobre: Políticas de interesse público, aparentemente significativas (que incluem leis, regulamentos, ações comum através das organizações confidenciais) que estão atualmente em força na localidade – se

estas iniciativas são locais, nacionais ou internacionais - e que são relevantes às questões básicas no estudo de caso; os processos de tomada de decisão para determinar estas políticas públicas; o impacto das políticas públicas na localidade, incluindo: evidência sobre se as políticas particulares estão executadas realmente, se os atuantes são ou não afetados e estão cientes que as políticas existem e se estavam envolvidos em suas formulações; e a disponibilidade de dados quantitativos e qualitativos.

No que se refere à aplicação da metodologia, foi fornecido um contexto e um imperativo teórico para uma metodologia que guiasse os estudos de caso que analisam o desenvolvimento da economia local. Foram identificadas cinco questões básicas, e então exploradas em tópicos mais detalhados.

Um estudo de caso completo em uma localidade particular pode compreender um relatório mais estruturado. Igualmente prevê-se que os estudos de caso “parcial” estarão empreendidos. Uma opção é concentrar um estudo de caso inteiro principalmente nos setores proeminentes de uma localidade. Talvez relativo a isto, uma outra possibilidade pode centrar-se sobre um assunto particular, por exemplo, para concentrar-se nos alegados “*clusters*” e seu impacto no desenvolvimento de uma localidade; o objetivo seria então considerar as questões básicas e os tópicos na metodologia que são relevantes à análise e à compreensão do *cluster*. Outro assunto que possa ser relevante são as maneiras em que a cooperação ocorre entre os atores econômicos em uma localidade. Para estudar a influência da cooperação no desenvolvimento de uma economia, e o impacto possível da política de interesse público, o objetivo seria considerar as questões básicas e os tópicos na metodologia que se relacionam ao estudo da cooperação.

A informação em casos específicos pode ser de dois tipos; um cotejo de recursos existentes, e ou uma coleção de informação nova. Na prática, entretanto, é provável que haja informação inadequada ou nenhuma existente em alguns destes tópicos, certamente em algumas questões-chave. Dado que o foco desta metodologia em relacionamentos da gestão e da rede é um começo das aproximações mais tradicionais para analisar o desenvolvimento econômico local, é provável que haja áreas significativas onde pouco pode ser deduzido sem coletar nova informação. No entanto, se existem procuras por casos novos, ou uma combinação de fontes, foi provida uma fundamentação teórica embasada nos

interesses para o estudo holístico do desenvolvimento da economia local e dos impactos possíveis da política de interesse público (BRANSTON *et al.*, 2003).

4.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

Após o estudo da formação histórica dos municípios da microrregião de Cornélio Procópio, essa sessão trata de um diagnóstico da condição sócio econômica do município pólo dessa região e posteriormente uma análise desta como um todo.

O município tem 71 anos, 46.931 habitantes de acordo com a contagem de 2007 e atualmente apresenta um IDH-Médio de 0,791, o qual é mais alto que a média do estado do Paraná (0,787) e está entre os 40 primeiros do estado (ATLAS, 2003).

O município possui uma área de 637 Km², uma densidade demográfica de 74,91 Hab/M² e apresenta um PIB de R\$ 440.143.100,00, representados por três principais atividades econômicas: Agropecuária (17,91%), Indústria (34,74%) e Comércio (43,35%) (IPARDES, 2004). Mesmo com a menor representação em relação ao PIB do município, a atividade de mais intensidade se encontra no setor agropecuário, sendo o que mais emprega no município e também o que menos remunera, demonstrando assim uma concentração da renda. Esta má distribuição pode ser verificada pelo nível de renda per capita da cidade, que é de R\$ 316,35, em que é três vezes menor que a média nacional e do estado, constatando desemprego e novamente baixas remunerações (COSTA, 2003).

As atividades de melhor remuneração são a Indústria que determina maior mão de obra qualificada, seguido pelo setor de serviços, que apresenta um salário médio de R\$ 453,00, o que vem atraindo a mão-de-obra do município.

Cornélio Procópio é sede da 6^a microrregião, dentro da distribuição político-administrativa do Estado do Paraná, compreendendo 19 municípios diretos. Possui escritórios de representação de todas as Secretarias de Estado, que coordenam as ações setoriais do Governo do Paraná para toda a região. Possui toda infra-estrutura urbana, com rede de água e esgoto e ligações elétricas servindo mais de 95% da população, 10 Agências Bancárias, 07 Cartórios, 09 Postos de Saúde, 04 Hospitais (01 Regional), 70 Estabelecimentos de Ensino (1^o e 2^o Grau), 02 Estabelecimentos de Ensino Especial, 01 Estabelecimento de Ensino Tecnológico (UTFPR) e 05

Estabelecimentos de Ensino Superior: (UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná; UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná; FACED – Faculdade Educacional de Cornélio Procópio; FACCREI – Faculdade Cristo Rei e Faculdade Dom Bosco). Na área educacional, em média, cerca de 900 (novecentos) alunos concluem o ensino médio todos os anos no município. Ao todo, Cornélio Procópio possui cerca de 10.000 (dez mil) alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, fundamental e médio, entre as escolas públicas e privadas.

Na área de transportes, Cornélio Procópio possui 01 aeroporto para aeronaves de médio porte, e uma malha rodoviária totalmente asfaltada, ligando-a a todos os municípios da região.

Apesar de apresentar toda esta estrutura e um IDHM mais alto que a média do estado, o município apresenta uma baixa renda per capita, sendo o IDHM-Renda do município mais baixo que a média estadual que é de 0,734, além de apresentar alta e crescente dependência do Governo na questão da renda conforme aponta a tabela 1.

TABELA 1 - INDICADORES DO NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA RENDA, 1991 E 2000.

Renda per Capita 1991	Renda per Capita 2000	% Renda Transf. Governo 91	% Renda Transf. Governo 00	% Renda Rend. Trabalho 91	% Renda Rend. Trabalho 00	50%Renda Transf. Governo 91	50% Renda Transf. Governo 00
218,39	316,35	9,07	17,2	87,8	75,82	5,66	13,44

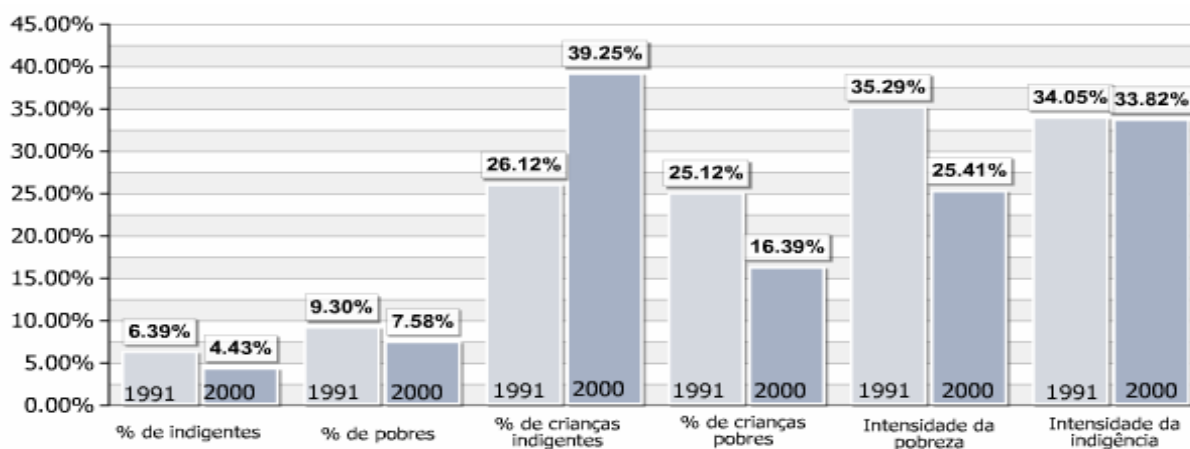
FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

É visível também uma má distribuição de renda que pode ser verificado pelo coeficiente de GINI de 0,550.

A microrregião de Cornélio Procópio possui 45.895 mil habitantes abaixo da linha da pobreza, o que representa 11,88% da população regional. Dentre os municípios da região, Cornélio Procópio é o que apresenta menor índice de pobreza, sendo 20% de sua população considerada pobre, ou seja, em média 9.386 habitantes (CNM, 2007).

O gráfico 1 mostra os índices de indigência e pobreza do município de Cornélio Procópio - PR, comparando os dados levantados em 1991 e 2000 de acordo com o Atlas de desenvolvimento humano no Brasil.

GRÁFICO 1 – ÍNDICES DE POBREZA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO



FONTE: Atlas, 2003.

Do total da população pobre do município, 70% estão em áreas urbanas que hoje possui 43.865 mil habitantes e 30% se encontra em áreas rurais, a qual possui 3.066 habitantes, 35% a menos que na década de 1990 (CNM, 2007). Dos 9.386 habitantes considerados pobres, 1.875 são considerados indigentes, ou seja, 4% da população do município (ATLAS, 2003).

O município demonstra sua característica de pólo regional através de um importante sistema produtivo. Diferentemente de outros municípios da mesma microrregião, Cornélio Procópio não tem apenas no setor primário sua fonte de riquezas, mas possui um complexo industrial importante além de contar com cooperativas agropecuárias e o setor de serviços como geradores de emprego e renda.

No setor primário apenas com a safra de soja, milho e café o município produziu 99.244 toneladas o que representa um valor adicionado da produção na ordem de R\$ 48.749.944,00 segundo dados de 2006 do IBGE. Sua característica geofísica é apropriada para altas produtividades agrícolas devido à constituição de latossolo roxo. Segundo o caderno dos municípios do Paraná em 2009 Cornélio Procópio possui 667 estabelecimentos agropecuários o que demonstra a possibilidade de atuação direta nessas áreas de órgãos como a emater no intuito de levar novas tecnologias para o campo e a reorganização do mesmo através de políticas públicas bem elaboradas. De acordo com levantamentos realizados pelo IBGE em 2006, no setor de pecuária o município possui 138.540 cabeças de animais entre bovinos, suínos, eqüinos, ovinos e galináceos. A sua produção de

origem animal é estimada em mais de quatro milhões de litros de leite, quase cinco mil quilos de casulos de bicho da seda, mil e trezentos quilos de mel, vinte e sete mil dúzias de ovos além de produzir 4.434 toneladas de água mineral segundo a Mineropar (2006). Um importante fator a se observar é a relação entre as unidades de produção agropecuárias e aqueles que a podem fomentar como a Cooperativa Integrada e a Corol, que estão instaladas no município. Além de serem geradoras de emprego, dão assistência técnica e produtiva aos produtores da microrregião.

Verifica-se no setor industrial um importante pólo, devido ao tamanho e nível de modernidade das indústrias instaladas. A maior indústria do município é a Companhia Iguaçu de café solúvel com importante função produtiva local quando gera aproximadamente 600 empregos diretos. A Café Iguaçu foi fundada em 22 de Junho de 1967, ocupando uma área de terreno de 121.000 m², por grupos de cafeicultores dessa região, liderados pelas famílias Miyamoto, Höffig e Ferreira de Castro. A fábrica foi oficialmente inaugurada no dia 17 de julho de 1971, iniciando, então, as suas atividades de produção e comercialização. Assim, no ano de 1972, a *Marubeni Corporation, trading company* com sede no Japão, que já atuava no Brasil, desde 1955, passou a ter participação, inicialmente, de 35% do capital da empresa, o que muito contribuiu para consolidar sua posição no mercado internacional. Tanto é que, já em 1977, a Café Iguaçu passou a figurar entre as 100 maiores empresas exportadoras do Brasil, com participação de 12,2% do total das exportações de café solúvel. No ano de 2002 a Café Iguaçu fez o seu primeiro investimento industrial em país estrangeiro, através de sua controlada *Panfoods Co. Ltd.*, de Londres, Inglaterra, construindo uma unidade para torrefação de café e embalagem de café solúvel na Romênia, a *Panfoods Romania SRL* onde ela comercializa o seu produto com a marca – “AMIGO”, ocupando posição de destaque naquele mercado. Com o intuito de reforçar ainda mais a presença no mercado externo, no mesmo ano, a Café Iguaçu, também através de sua controlada *Panfoods Co. Ltd.*, constituiu uma “*joint venture*” com a *Seda Solubles*, maior produtora de café solúvel na Espanha, denominada *Alliance Coffee Company*, para atuar no mercado do Reino Unido. Esta “*joint venture*” criou oportunidade para a criação de uma outra, no ano de 2004, denominada *Alliance Coffee Company Liofilizados*, através da qual está implantada uma unidade de produção de solúvel liofilizado em Palencia, Espanha, ampliando a oferta deste produto no mercado externo. Esta fábrica tem capacidade produtiva de 4.000 tons/ano. O município possui em seu parque industrial, outras empresas não

menos importantes, mas de menor porte como a Iguaçumec Eletromecânica Ltda. que produz vasos de pressão e equipamentos para o tratamento de lixo; possui também a Fujimori do Brasil Ind. de seda Ltda. com produção anual de 360 toneladas de fio de seda. Outra importante indústria é a Contrafo Indústria e Comércio de transformadores que atua tanto no mercado interno quanto no externo tendo como potencial cliente a Petrobras – Petróleo Brasileiro S. A.

Segundo a teoria de pólo de crescimento tratado por Perroux no capítulo 2 deste trabalho, a Cia Iguçu de café solúvel poderia ser considerada a indústria motriz dessa localidade pela sua atual condição tecnológica e por produzir um bem que pode ter como matéria prima o café produzido na própria região. Como a indústria tem na exportação seu ponto forte, utiliza empresas de transporte locais para realizar o frete de sua produção para os portos e aeroportos. Ela se utiliza dos serviços da Iguaçumec Eletromecânica Ltda. no fornecimento de mão de obra especializada para a manutenção e fornecimento de equipamentos. Isso demonstra os encadeamentos apontados na teoria de Hirschman anteriormente citado no capítulo 2. Porém, esses encadeamentos não se dão de forma contundente, devido à empresa adquirir sua matéria prima (o café em coco) dos estados de Rondônia e Espírito Santo e não dos produtores locais. Isso porque o café vindo dos outros estados é de qualidade inferior (café tipo conilon), e conseqüentemente com preços inferiores aos produzidos na região de Cornélio Procópio, que é o café tipo arábica, com preços mais elevados no mercado.

O setor de serviços se destaca entre os três setores econômicos, pois é o grande gerador de emprego local, tendo em seu valor adicionado bruto a preços básicos em 69% do valor total que é de R\$ 466.978,00 segundo fontes do IBGE e IPARDES (2005). Em relação às redes e enlacs abordados por Bransto no início deste capítulo como uma das cinco questões-chave para a análise do desenvolvimento local, pode-se citar a relação entre as universidades instaladas no município e as empresas locais. A universidade estadual formando administradores, economistas e contabilistas que são absorvidos por várias empresas locais bem como os tecnólogos da área de mecânica, eletrônica e informática, capacitados pela UTFPR de Cornélio Procópio, tem um elevado índice de inserção profissional nas indústrias de transformação locais. Outro agente importante é a Associação comercial do município que atua de maneira pujante no que diz respeito ao fortalecimento das empresas comerciais locais.

Entre as receitas correntes e de capital o município auferiu mais de 42 milhões de reais em 2007 segundo a prefeitura municipal. Esses dados indicam que o município considerado pólo regional tem potencialidades importantes para induzir o crescimento e desenvolvimento da microrregião.

Conforme aponta Branston *et al.* (2006) em sua metodologia para estudo de caso sobre desenvolvimento local, é importante avaliar o emprego nos diversos seguimentos da economia local. A tabela 2 abaixo mostra a relação entre os estabelecimentos e os empregos gerados segundo as atividades econômicas.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELE- CIMENTOS	EMPREGOS
Indústria de extração de minerais	1	8
Indústria de produtos minerais não metálicos	11	42
Indústria metalúrgica	12	90
Indústria mecânica	2	138
Indústria de materiais elétricos e de comunicação	8	341
Indústria de materiais de transporte	2	10
Indústria da madeira e do mobiliário	11	61
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	3	11
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim.e ind.diversa	4	30
Indústria quím.,prod.farmac.,veterin.,perf.,sabões,velas e mat.plást.	3	1
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	7	813
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	25	714
Serviços industriais de utilidade pública	2	2
Construção civil	46	73
Comércio varejista	494	2.331
Comércio atacadista	32	202
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	14	186
Administrad. De imóveis, valores mobil.,serv.téc.n.profis.,aux.ativ.econ	100	580
Transporte e comunicações	27	177
Serviços de alojamento,alim.,reparo,manut.,radiodifusão e televisão	171	2.920
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	88	577
Ensino	24	751
Administração pública direta e indireta	5	1.103
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	242	831
TOTAL	1.334	11.992

FONTE: MTE – RAIS

NOTA: Posição em 31 de dezembro.

O que se nota na tabela 2 é que em termos absolutos o setor que mais gera empregos no município é o de serviços de alojamento, alimentação, reparos, manutenção, radiodifusão e televisão com 2.920 empregos em 171

estabelecimentos. Mas em termos relativos, número de empregos por estabelecimentos instalados, ganha destaque a administração pública direta e indireta com 1.103 empregos para 5 estabelecimentos seguida pela indústria têxtil e do vestuário empregando 813 pessoas em apenas 7 unidades de produção, numa média de 220 e 116 empregos por estabelecimento respectivamente.

Apesar de todos esses indicadores e do município ser considerado pólo regional, os indicadores sociais e econômicos demonstram que ele está muito aquém de um pólo regional desenvolvido quando se compara a outros do mesmo Estado. Assim é importante que se faça um diagnóstico sócio econômico da microrregião para se ter um ponto de partida na elaboração de estratégias de desenvolvimento regional. É o que será apresentado a seguir.

4.3 DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

O presente subitem visa mostrar o lado da economia regional sob a ótica de conceitos de espaço e região, tendo como objeto de estudo a microrregião norte pioneiro do Paraná, com 19 municípios onde é apresentada e diagnosticada perante o quadro econômico. Compara-se alguns índices, como o PIB *per capita* dos municípios e seus respectivos setores. Outros indicadores de renda também são abordados, como o Coeficiente de Gini e o IDH.

O Norte Pioneiro apresenta um dos menores mercados formais da indústria de transformação do Estado, sendo que sua mão-de-obra concentra-se no gênero de alimentos, seguido pelo têxtil e madeireiro. Esta região está inserida na espacialidade de esvaziamento, não havendo nenhum fator que modere ou reverta esse processo. As características de sua base produtiva e a restrita perspectiva de investimentos indicam que sua condição de esvaziamento tende a perdurar nas áreas rurais, atingindo os núcleos urbanos².

No conceito de desenvolvimento regional segundo Clemente (2000), o indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou de um país é a renda *per capita*; no entanto, as deficiências desse procedimento são evidentes, principalmente quando não se complementa a análise

² REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.106, p.49-70, jan./jun. 2004 p.63

com outros indicadores. Entre esses outros indicadores surge imediatamente a distribuição de renda, pois, sendo a renda *per capita* um valor médio, é muito desejável que haja também informação sobre a distribuição. Há, porém, outro conceito de desenvolvimento que merece ser considerado: o desenvolvimento auto-sustentado. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica, desde 1990, o Relatório de Desenvolvimento Humano. Esse relatório é baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera três fatores: longevidade, educação e renda *per capita*. Nessa abordagem, fica clara a dimensão econômica do desenvolvimento.

O desenvolvimento de uma região tende a estimular o desenvolvimento das regiões vizinhas ou, pelo contrário, constitui obstáculo para que estas também se desenvolvam. Se a hipótese de espraiamento estiver correta, os desequilíbrios regionais tenderão a diminuir espontaneamente com o passar do tempo, e as regiões menos desenvolvidas aos poucos se aproximarão dos padrões das regiões adiantadas. Se, entretanto, a hipótese de dominação estiver correta, os desequilíbrios tenderão a se exacerbar com o passar do tempo e as regiões atrasadas se distanciarão cada vez mais das regiões desenvolvidas (Clemente, 2000).

A tabela 3 a seguir mostra um panorama da microrregião norte pioneira do Paraná através de cada município com relação aos índices que medem o produto interno bruto – PIB, PIB *per capita* e o PIB municipal em percentual por setores econômicos: o agropecuário, o industrial e o de serviços para o ano de 2004 com base em dados do IPARDES.

TABELA 3 – PIB, PIB *PERCAPITA* E PARTICIPAÇÃO SETORIAL NA CONJUNTURA ECONÔMICA DO NORTE PIONEIRO DO PR – 2004

Códig Munic	Municípios	PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)	PIB Municipal (%)		
				Agrope.	Indústr.	Serviço
1	Assai	179.375.841	10.630	36.58	25.40	38.01
2	Bandeirantes	206.457.970	6.175	26.36	26.44	47,21
3	Congonhinhas	68.826.678	8.722	64.66	4.59	30.75
4	Cornélio Procópio	440.143.297	9.370	17.91	34.74	47.35
5	Itambaracá	55.998.953	9.753	60.68	7.79	31.53
6	Leópolis	63.179.532	14.779	73.29	2.76	23.94
7	Nova América da Colina	31.657.294	9.541	51.19	17.82	30.99
8	Nova Fátima	60.303.039	7.297	57.55	7.42	35.03
9	Nova Santa Bárbara	27.463.524	7.730	59.81	7.48	32.71
10	Rancho Alegre	48.063.234	11.906	59.41	12.15	28.44
11	Santa Amélia	31.409.221	7.315	41.00	27.51	31.49
12	Santa Cecília do Pavão	31.838.131	8.781	41.07	9.74	49.19
13	Santa Mariana	119.224.614	9.290	54.49	6.15	39.36
14	Santo Antônio do Paraíso	32.977.457	11.198	70.20	2.28	27.52
15	São Jerônimo da Serra	74.352.676	6.779	62.07	4.93	33.00
16	São Sebast. Da Amoreira	80.685.375	9.109	54.49	6.16	39.35
17	Sapopema	36.013.852	5.329	58.67	5.18	36.15
18	Sertaneja	111.869.486	17.412	58.03	8.52	33.45
19	Uraí	71.341.263	6.401	42.23	7.91	49.86

FONTE: O autor (2008). IPARDES, (2004).

A AMUNOP tem como sede a cidade de Cornélio Procópio por ser a mais expressiva (tanto em PIB, população e infra-estrutura), sob a presidência do prefeito de algum município membro para um mandato de dois anos. A região tem características de homogeneidade, pois os municípios têm em comum, hábitos similares de clima, vocação agropecuária e industrial. Também tem características de pólos, pois suas relações são conhecidas e interdependentes. Por fim, constitui uma região piloto, pois atende ao quesito de planejamento administrativo e tomadas de decisões governamentais (COSTA, 2003).

Dentre os objetivos da AMUNOP, pode-se destacar: promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses; financiar intervenções envolvendo despesas correntes e de capital; tornar-se instrumento de intermediação administrativo-financeiro, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento internas e externas às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios; aplicar os recursos com eficiência e eficácia no fortalecimento técnico, administrativo e

financeiro dos municípios; gerir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, criado em dezembro de 1998.

Contudo, a AMUNOP apesar de apresentar característica de pólo desenvolvimentista, parece um pouco anestesiada, pois a mesma atende mais à demanda política e ao auxílio jurídico que a questões regionais de desenvolvimento. Um sistema de consórcio ou parceria com seus membros seria o passo inicial para objetivar o crescimento com horizonte para o desenvolvimento. Ainda assim, essa parceria pode contar com apoio de instituições de ensino, profissionais liberais e linhas de pesquisa.

A criação do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) vem atender a falta de demanda financeira percebida pelos municípios, isto é, “disponibilizar, aos municípios paranaenses e agentes da administração direta e indireta do Governo do Estado, recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, financiando planos, programas e projetos” (COSTA, 2003).

Em relação às fontes de recursos para a formação do FDU, pode se destacar:

- Retorno dos sub-empréstimos contratados pelo Estado e repassados aos municípios paranaenses, em ações voltadas ao desenvolvimento urbano.
- Produto de juros e amortizações resultantes de aplicações de recursos do FDU.
- Produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizado para financiar intervenções do FDU.
- Aporte de recursos dos governos federal e estadual.
- Aportes externos provenientes de ajuda de cooperação internacional, acordos bilaterais, convênios e contratos.

Através do levantamento e uma análise de dados sociais e econômicos, pode-se caracterizar os municípios que compõem esse território em termos de desenvolvimento humano.

A construção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) tem particular importância ao expor as desigualdades de forma abrangente e comparativa, permitindo que diferenças nos indicadores possam se tornar instigadoras da gestão pública.

Na microrregião Norte Pioneiro, apenas Cornélio Procópio apresenta IDH-M em posição pouco acima da média do Estado (0,787). À exceção de Sertaneja,

todos os demais situam-se abaixo da média do Brasil (0,766). É importante destacar que a variação do índice entre 1991 e 2000 foi bastante positiva para o conjunto dos municípios, acompanhando o comportamento geral do Estado.

Faz-se importante saber como funcionam os indicadores de renda. Assim, de acordo com a Tabela 4, a primeira coluna ilustra a região de análise, a segunda mostra o PIB *per capita* de cada região, a terceira coluna demonstra o IDH que mede o desenvolvimento humano em nível de educação, longevidade e renda e, finalmente, a quarta coluna mostra o Coeficiente de Gini. Este índice é muito utilizado para medir a concentração da renda. O valor para análise varia de 0 a 1, isto é, quanto mais próximo de 0, menor a concentração e quanto mais perto de 1, maior a concentração da renda.

Com referência ao IDH, o valor para análise varia de 0 a 1, dividido em intervalos, isto é, quanto mais próximo de 0, menor o IDH e quanto mais perto de 1, maior o IDH. No intervalo de 0 a 0,499 afirma-se que existe desenvolvimento humano baixo, entre 0,500 a 0,799 médio e acima de 0,800, considerado alto. O PIB *per capita* é a somatória de tudo o que é produzido no país, estado ou município dividido pela respectiva população.

TABELA 4 – INDICADORES DE RENDA - 2000 a 2006

País, Estado e Município	PIB <i>per capita</i> (1)	IDH (2)	Coeficiente de GINI (3)
Brasil	R\$ 12.698,00	0,766	0,595
Paraná	R\$ 13.158,00	0,787	0,607
Microrregião NPP	R\$ 9.343,00	0,735	0,538
Cornélio Procópio	R\$ 11.503,00	0,791	0,550

FONTE: O autor (2009). (1) Ref. a 2006, IBGE/IPARDES (2008); (2) Ref. a 2000, IPEA (2008); (3) Ref. a 2000, IPEA/IPARDES (2004).

O Coeficiente de Gini do Paraná é superior ao do Brasil, mostrando uma distribuição de concentração de renda. Porém, Santa Catarina apresenta o índice de 0,548, vale ressaltar que, os Estados Unidos é de 0,408. Isso mostra que o Brasil e seus Estados, têm a renda pessimamente distribuída, isto é, a renda está concentrada nas mãos de poucos. O Índice de Desenvolvimento Humano de Cornélio Procópio se apresenta superior ao do Brasil e ao do Paraná. Pode-se dizer que as três esferas estão dentro do médio desenvolvimento, tendendo para o alto.

O Produto Interno Bruto *per capita* do território ficou 28,99% aquém da média do Estado. Nesse aspecto, a renda é um dos indicadores que mais reforçam a fragilidade do território.

A tabela 5 identifica os mesmos indicadores de renda da tabela 4, porém, refere-se para todos os municípios da micro-região do norte pioneiro do estado.

TABELA 5 – INDICADORES DE RENDA MUNICIPAIS

Município	PIB <i>per capita</i> (2)	IDH (1)	Coefficiente de GINI (1)
Assai	10.630	0,748	0,550
Bandeirantes	6.175	0,756	0,530
Congonhinhas	8.722	0,692	0,520
Cornélio Procópio	9.370	0,791	0,550
Itambaracá	9.753	0,715	0,510
Leópolis	14.779	0,742	0,540
Nova América da Colina	9.541	0,716	0,500
Nova Fátima	7.297	0,747	0,570
Nova Santa Bárbara	7.730	0,701	0,590
Rancho Alegre	11.906	0,738	0,490
Santa Amélia	7.315	0,711	0,570
Santa Cecília do Pavão	8.781	0,712	0,520
Santa Mariana	9.290	0,751	0,520
Santo Antônio do Paraíso	11.198	0,715	0,530
São Jerônimo da Serra	6.779	0,674	0,590
São Sebastião da Amoreira	9.109	0,724	0,530
Sapopema	5.329	0,698	0,500
Sertaneja	17.412	0,786	0,560
Uraí	6.401	0,751	0,560

FONTE: O autor (2008). (1) Ref. a 2000, IPARDES (2004); (2) Em R\$ Ref. a 2004, IPARDES (2004).

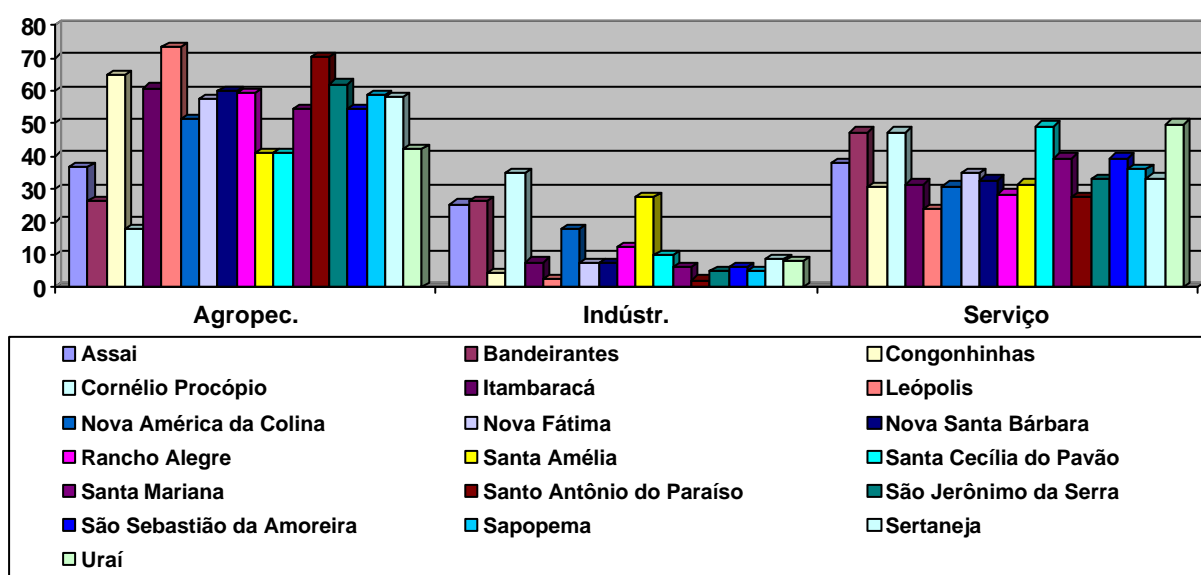
A renda *per capita* é o componente que expressa situações de maior heterogeneidade entre os municípios e de maior precariedade nas condições do desenvolvimento humano. Nenhum município registrou nível de renda em patamar superior à média estadual. No entanto, cabe destacar Cornélio Procópio com valores mais próximos à média, enquanto outros apresentam renda *per capita* inferior a um salário mínimo (R\$ 151,00), situando-se em limiar extremo São Jerônimo da Serra e Sapopema. De modo geral, o comportamento dos componentes do IDH-M revela tendência à homogeneização num mesmo sentido, configurando posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis da saúde, da educação e da renda (ver tabela 10).

A renda *per capita* de Cornélio Procópio é quase 10% inferior à do Brasil, isto é muito preocupante, pois, significa alto desemprego, baixos salários e tendência à mudança de classe social, isto é, de classe média para classe baixa, e esta para a miserável, constituindo a linha da pobreza brasileira. Em comparação com o Paraná, o PIB *per capita* do município (em reais) é de menos R\$ 1.655,00.

É visível o comportamento da estrutura de alguns municípios comparado a outros. O município 4 destaca quase duas vezes em relação ao município 2, que vem em segundo lugar e dezesseis vezes em relação ao município 9 que vem em último lugar.

Outra característica importante, porém não surpreendente, é mostrado no Gráfico 2. Os dois municípios que apresentam o maior percentual de PIB no setor agropecuário, Leópolis e Santo Antonio do Paraíso, também apresentam o menor índice de PIB no setor industrial. E o oposto ocorre para Cornélio Procópio que possui um PIB agrícola baixo e um PIB industrial e de serviços mais elevados. Porém quando se verifica os índices de PIB *per capita* desses municípios percebe-se valores mais elevados para Leópolis e Santo Antonio do Paraíso e menor para Cornélio Procópio. No entanto, isso não significa que os municípios com tendência agropecuária sejam mais desenvolvidos que os outros, pois o índice de GINI e a renda *per capita* apontam para uma concentração de renda mais acentuada para os dois municípios que possuem o PIB agrícola mais elevado conforme tabela 10.

GRÁFICO 2 – % DO PIB MUNICIPAL POR SETORES ECONÔMICOS



A economia da região é predominantemente agropecuária. Já o setor secundário vem sofrendo mudanças de paradigmas desde os anos de 1980, isto é:

- saída do modelo Fordista para entrada do modelo Toyotista;
- tecnologias (P&D e C&T) e inovações;
- sistema poupador de mão-de-obra;
- redução do tempo de trabalho;
- trabalhador multifuncional;
- flexibilidade (processo e produto), diversidade e diferenciação de produto;
- metodologias Schumpeterianas.

Dessa forma, isso explica o salto direto do setor agropecuário para o setor de serviços, seja pela maior absorção de mão-de-obra, seja por maiores oportunidades ou mesmo pela futura vocação do pólo, que sustenta o crescimento no setor terciário próximo a 50% do PIB em quase todos os municípios (COSTA, 2003).

Embora seja reconhecida a importância do setor secundário, não se pode menosprezar o setor primário, isto é, de agronegócios, aqui constituído como agropecuário.

A Tabela 6 mostra as principais culturas cultivadas nos solos paranaenses, a extração de madeira e a pecuária.

TABELA 6 – PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPASTORIS POR MUNICÍPIO

Agrosilvopastoris	Cidades por código conforme tab. 3	Total de municípios
Soja Safra Normal	1,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,18,19	17
Uva	1,7,16,19	4
Algodão	1,2,9,11,12	5
Cana-de-Açúcar	2,5,7,11,13,16	6
Alfafa	2,11	2
Trigo	4,6,10,12,13,14,18,19	8
Milho Safra Normal	5,6,8,15,17	5
Milho Safrinha	10,18	2
Mamão	9	1
Leite	17	1
Bovinos	3,4,8,14,15,17	6
Aves de Corte	3	1

FONTE: (COSTA, 2003).

Como destaque, surge a soja, cultivada por 17 municípios, e em segundo lugar, o trigo, com 8 municípios. Destaca-se a mudança tecnológica quanto à migração do café para a soja. A primeira, intensiva em mão-de-obra e a segunda em mecanização e poupadora de mão-de-obra. Outro destaque é a cidade de Uraí, famosa pela produção de rami, que nem aparece na tabela, assim como o café, que antes da geada de 1975, era predominantemente em todos os municípios, ou seja, foi o passo inicial ao desenvolvimento do Norte do Paraná. Embora ainda não bem destacado, o setor de agronegócios vem ganhando espaço, como por exemplo, as pequenas propriedades agrícolas que diversificam a atividade no campo. O Novo Rural como é chamado, constitui de pesque-pague, hotéis fazenda, ecoturismo, produtos de laticínios, artesanatos, doces caseiros, entre outros. Dessa forma, isso representa, um meio de sobrevivência no campo e ao mesmo tempo alternativas para que não haja êxodo rural, proporcionando soluções próprias, simples e de pouco investimento, necessário à fixação do homem na região.

Outro fator importante para a análise do setor agropecuário é o VBP – Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária, ou seja, a receita bruta de cada produto é resultado da multiplicação do seu preço médio estadual pela respectiva estimativa de produção de cada município, no ano de referência. A tabela 7 mostra esses valores dos municípios da região durante alguns períodos dos anos 2000.

TABELA 7 – VALOR BRUTO NOMINAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ – 2000 e 2007

MUNICÍPIO	2000	2007	% acréscimo
Assai	27.029.856,65	83.322.179,02	208,26
Bandeirantes	32.087.253,15	87.236.874,14	171,87
Congonhinhas	13.652.492,65	50.503.966,39	269,92
Cornélio Procópio	28.109.793,84	88.722.927,16	215,63
Itambaracá	17.281.051,29	39.316.925,14	127,51
Leópolis	18.740.914,54	58.182.054,25	210,45
Nova América da Colina	8.488.377,68	22.273.855,35	162,40
Nova Fátima	11.774.240,85	40.828.505,90	246,76
Nova Santa Bárbara	4.958.534,09	22.239.281,69	348,51
Rancho Alegre	8.653.826,29	33.036.167,02	281,75
Santa Amélia	4.603.229,76	12.799.484,92	178,05
Santa Cecília do Pavão	6.204.750,17	24.363.031,20	292,65
Santa Mariana	22.531.769,50	86.637.548,49	284,51
Santo Antônio do Paraíso	6.909.368,52	30.904.918,13	347,29
São Jerônimo da Serra	16.074.781,55	59.101.761,89	267,67
São Sebastião da Amoreira	16.620.516,10	55.729.304,47	235,30
Sapopema	9.933.568,03	27.447.958,19	176,32
Sertaneja	16.164.848,55	83.239.086,32	414,94
Uraí	11.902.660,16	44.239.478,51	271,68

FONTE: O autor (2009) a partir da base de dados do IPARDES.

Contudo, as maiores nações do mundo não as são por acaso, pois nelas está o desenvolvimento e este está associado à indústria. Como exemplo, dos seis países do G-7, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Inglaterra, França e Japão, são tipicamente industriais. Por outro lado, países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia são considerados exceções, pois são desenvolvidos com base na agricultura, porém menos expressivos quanto aos seis países do G-7. Por isso, que a indústria é importante no desenvolvimento da nação e conseqüentemente de pólos regionais, podendo gerar *clusters* e distritos industriais.

Por outro lado, a região é rica e diversificada nas atividades agropastoris e ainda incipiente no seu parque industrial. Nos principais municípios, o setor primário vem cedendo espaço ao setor terciário no qual abrange o maior PIB municipal. Isso reflete uma migração por busca de oportunidades, seja por emprego ou porque se esgotou em outros setores. Enquanto isso, os municípios com menor expressão econômica continuam concentrando seu PIB no setor agropecuário.

Para isso, a Tabela 8 ilustra o perfil das indústrias instaladas nos municípios membros. A indústria de produtos alimentares destaca-se em 16 municípios. Para efeito, são consideradas apenas as indústrias dominantes.

TABELA 8 – INDÚSTRIAS DOMINANTES POR MUNICÍPIO DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

Indústrias Dominantes	Cidades por código conforme tab. 3	Total de municípios
Têxteis	1,4,11,12,19	5
Metalurgia	1,5,9,12,13,16,19	7
Produtos Alimentares	2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,15,16,17,18	16
Bebidas	2	1
Perfumaria	2	1
Sabões e Velas	2	1
Prod. Minerais Não Metálicos	3,6,13,17	4
Madeira	3,6,8,9,11,12,15,17	8
Mecânica	4	1
Química	7	1
Mat. Elétrico e de Comunicação	8	1
Editorial e Gráfica	8,18	2
Vestuário	9,10,13,16	4
Calçados e Tecidos	9,10,13,16	4
Mobiliário	10,18	2
Couros	13	1
Peles e Prod. Similares	13	1
Extração de Minerais	15	1

FONTE: (COSTA, 2003).

Destaca-se aqui o município de Santa Mariana (13), pois apresenta característica de *clusters*, pois seu parque industrial constitui empresas de couro, peles e produtos similares, calçados, tecidos e vestuário. Além disso, como mencionado anteriormente, está no Anel de Integração.

Em relação ao ensino técnico, Cornélio Procópio conta com uma Universidade Técnica Federal nas áreas de eletrônica, mecânica e informática (UTFPR). Na área de pesquisa econômica, o mesmo município conta com uma Universidade Estadual (UENP) que também oferece o curso de Habilitação Plena em Biologia. Isso atende o desenvolvimento no campo tanto em nível de pesquisas quanto para de mão-de-obra técnica. Já o município de Santa Mariana conta com uma Escola Estadual Técnica Agrícola, Bandeirantes com Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária.

Contudo, os 19 municípios têm em comum a proximidade e a facilidade de acesso, possui infra-estrutura razoável, como hospitais, escolas técnicas e administrativas, e escoamento da produção facilitada tanto pelo sul e oeste do Paraná e também pelo sul do Estado de São Paulo. Em linhas gerais, a região é especializada em atividades agropecuárias e agroindustriais. No período 1995-2005, alguns segmentos voltados à produção agrícola anotaram decréscimo do estoque de empregos com carteira assinada, o que pode estar relacionado à mecanização e/ou à substituição de lavouras, como reflexo dos altos níveis de rentabilidade assegurados por determinadas culturas, em geral direcionadas ao mercado externo.

Em contrapartida, outras atividades econômicas apresentaram considerável evolução nos últimos anos, por conta possivelmente da instalação de unidades produtivas no território. A tabela 9 mostra o valor adicionado bruto a preços básicos de acordo com os ramos de atividades, no ano de 2005 para cada município da microrregião. Nessa tabela observam-se os 4 municípios que possuem o maior valor adicionado total como sendo Cornélio Procópio, Bandeirantes, Assaí e Santa Mariana. Observa-se também, que esse aspecto tem relação com os percentuais de PIB agropecuário, menores que os percentuais de PIB industrial ou de serviços dos mesmos municípios. Ou seja, o valor adicionado a preços básicos do setor industrial e de serviços são mais interessantes do que os do setor agropecuários.

TABELA 9 – VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO AS ATIVIDADES DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PR – 2005 (VALOR R\$ 1,00)

MUNICÍPIO	AGROPEC.	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
Assai	24.414	28.750	82.344	135.505
Bandeirantes	28.123	41.089	139.737	208.950
Congonhinhas	22.262	3.839	21.247	47.348
Cornélio Procópio	34.119	110.686	322.173	466.978
Itambaracá	16.378	2.760	21.230	40.368
Leópolis	21.044	2.854	15.172	39.070
Nova América da Colina	7.473	4.012	11.547	23.031
Nova Fátima	12.113	5.374	24.476	41.962
Nova Santa Bárbara	5.425	1.669	11.244	18.338
Rancho Alegre	10.082	3.916	14.955	28.953
Santa Amélia	6.230	2.297	12.445	20.973
Santa Cecília do Pavão	3.196	5.793	17.720	26.709
Santa Mariana	30.139	10.978	59.043	100.160
Santo Antônio do Paraíso	8.264	1.159	9.557	18.980
São Jerônimo da Serra	15.767	3.946	26.539	46.252
São Sebastião da Amoreira	13.741	4.536	36.139	54.417
Sapopema	12.054	3.001	16.446	31.501
Sertaneja	24.037	6.537	48.562	79.136
Uraí	12.707	7.636	47.893	68.236
TOTAL	307.568	250.832	938.469	1.496.869

FONTE: O autor (2009) a partir dos dados do IPARDES, (2009).

Como desenvolvimento pressupõe equidade, a dinamização da economia local deve vir acompanhada de ações socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Os dados apresentados indicam a necessidade de maior concentração nas ações para que o investimento público resulte numa alteração dos indicadores de habitabilidade, saúde e educação, o que, conseqüentemente, refletirá nos indicadores sintéticos de desenvolvimento humano. A economia agrária continua sendo a base econômica do território e os subsetores de atividade que incorporaram mais trabalhadores foram indústria, construção civil e comércio.

A maioria dos municípios que compõem o território possui, como principal fonte de receitas, as transferências correntes, com destaque para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No âmbito da dinâmica demográfica, as tendências mais gerais observáveis no Paraná estão presentes no território, tais como a queda da fecundidade e o grau de envelhecimento da população. O território particulariza-se por apresentar uma predominância, relativa, do sexo masculino, fenômeno observável nas sociedades

rurais. A recontagem da população (IBGE, 2007) apontou uma perda de 29 mil habitantes no território.

Dentre os fatores demográficos, o componente migratório vem tendo peso substantivo no território. Ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região.

Diante disso, é desejável o fortalecimento dos segmentos que já vêm exibindo alto dinamismo, em conjunto com a promoção da diversificação produtiva, com a atração, preferencialmente, de atividades caracterizadas por níveis mais elevados de intensidade tecnológica.

Em seguida, verifica-se na tabela 10, um panorama geral da situação sócio econômica do território em estudo como base de avaliação e diagnóstico para um projeto de desenvolvimento econômico para a microrregião. A construção dessa tabela foi elaborada com informações coletadas na Base de dados do estado do Paraná do site do Ipardes.

TABELA 10 – DIAGNÓSTICO SÓCIO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ – 1991 a 2007

MUNICÍPIO	VARIÁVEIS	1991	2000	2002	2006	2007
Assai	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			6.941	10.290	
	Índice de Gini	0,590	0,550			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,681	0,748			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	201,65	200,29			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	20.325	18.045	17.565	16.360	16.098
	Pessoas em Situação de Pobreza		6.032			
	Taxa de Pobreza (%)		29,11			
Bandeirantes	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.135	7.264	
	Índice de Gini	0,510	0,530			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,677	0,756			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	167,60	230,81			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	34.310	33.732	33.610	33.305	32.290
	Pessoas em Situação de Pobreza		9.180			
	Taxa de Pobreza (%)		23,58			
Congonhinhas	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			4.365	6.721	
	Índice de Gini	0,540	0,520			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,612	0,692			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	90,33	146,37			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	7.773	7.851	7.867	7.909	8.552
	Pessoas em Situação de Pobreza		3.579			
	Taxa de Pobreza (%)		36,79			
Cornélio Procópio	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			8.418	11.503	
	Índice de Gini	0,510	0,550			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,723	0,791			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	217,53	316,35			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	46.644	46.861	46.907	47.021	46.931
	Pessoas em Situação de Pobreza		8.533			
	Taxa de Pobreza (%)		16,44			

MUNICÍPIO	VARIAVEIS	1991	2000	2002	2006	2007
Itamaracá	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.491	7.833	
	Índice de Gini	0,510	0,510			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,659	0,715			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	132,41	165,12			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	9.717	7.090	6.537	5.148	6.935
	Pessoas em Situação de Pobreza		2.620			
	Taxa de Pobreza (%)		31,35			
Leópolis	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			7.878	7.853	
	Índice de Gini	0,480	0,540			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,679	0,742			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	132,01	195,08			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	4.761	4.440	4.372	4.203	4.230
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.419			
	Taxa de Pobreza (%)		28,90			
Nova América da Colina	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			6.208	8.424	
	Índice de Gini	0,470	0,500			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,617	0,716			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	100,49	172,37			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	4.105	3.585	3.476	3.201	3.298
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.136			
	Taxa de Pobreza (%)		27,54			
Nova Fátima	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			4.844	6.528	
	Índice de Gini	0,590	0,570			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,662	0,747			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	171,62	222,57			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	8.385	8.305	8.288	8.246	8.054
	Pessoas em Situação de Pobreza		2.179			
	Taxa de Pobreza (%)		23,78			
Nova Santa Bárbara	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.005	5.954	
	Índice de Gini	0,590	0,590			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,614	0,701			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	142,11	172,41			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	3.727	3.611	3.587	3.527	3.802
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.691			
	Taxa de Pobreza (%)		40,06			
Rancho Alegre	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			6.405	5.813	
	Índice de Gini	0,530	0,490			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,670	0,738			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	151,35	191,31			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	4.509	4.197	4.131	3.966	4.001
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.098			
	Taxa de Pobreza (%)		23,06			
Santa Amélia	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			3.858	6.003	
	Índice de Gini	0,560	0,570			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,652	0,711			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	151,23	172,17			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	4.628	4.407	4.361	4.244	4.062
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.717			
	Taxa de Pobreza (%)		33,42			
Santa Cecília do Pavão	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.552	10.151	
	Índice de Gini	0,530	0,520			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,620	0,712			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	127,72	143,57			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	4.915	4.064	3.885	3.434	3.676
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.778			
	Taxa de Pobreza (%)		36,74			
Santa Mariana	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			6.158	7.875	
	Índice de Gini	0,570	0,520			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,658	0,751			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	168,37	202,61			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	14.711	13.470	13.209	12.553	11.992
	Pessoas em Situação de Pobreza		3.987			
	Taxa de Pobreza (%)		25,36			
Santo Antônio do Paraíso	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			6.159	6.353	
	Índice de Gini	0,500	0,530			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,642	0,715			

MUNICÍPIO	VARIAVEIS	1991	2000	2002	2006	2007
Santo Antônio do Paraíso	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	129,14	170,31			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	2.488	2.790	2.854	3.013	2.354
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.176			
	Taxa de Pobreza (%)		36,73			
São Jerônimo da Serra	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			3.182	5.616	
	Índice de Gini	0,540	0,590			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,583	0,674			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	91,71	140,67			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	13.275	11.750	11.429	10.623	11.563
	Pessoas em Situação de Pobreza		6.024			
São Sebastião da Amoreira	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.406	7.574	
	Índice de Gini	0,540	0,530			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,648	0,724			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	140,35	172,69			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	7.943	8.548	8.675	8.995	8.681
	Pessoas em Situação de Pobreza		2.867			
Sapopema	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			3.173	5.953	
	Índice de Gini	0,540	0,500			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,617	0,698			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	84,70	126,21			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	7.095	6.872	6.825	6.707	6.638
	Pessoas em Situação de Pobreza		3.295			
Sertaneja	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			9.808	10.871	
	Índice de Gini	0,600	0,560			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,716	0,786			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	235,17	241,10			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	6.708	6.521	6.482	6.383	5.894
	Pessoas em Situação de Pobreza		1.767			
Uraí	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.140	7.348	
	Índice de Gini	0,620	0,560			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,674	0,751			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	197,71	217,99			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	13.299	11.876	11.577	10.824	11.489
	Pessoas em Situação de Pobreza		3.761			
TOTAL DA MICRORREGIÃO NORTE PIONEIRO	Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)			5.743,47	7.680,36	
	Índice de Gini	0,543	0,538			
	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,653	0,730			
	IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	149,12	189,47			
	População Estimada (IBGE) - Residentes em 01/07	219.318	208.015	205.637	199.662	200.540
	Pessoas em Situação de Pobreza		63.839			
	Taxa de Pobreza (%)		30,53			

Fonte: O autor (2009) a partir de dados do IPARDES

A tabela 10 mostra vários indicadores econômicos e sociais que possibilitam uma análise mais apurada para um diagnóstico de desenvolvimento. Entre esses fatores, destacam-se o número de pessoas em situação de pobreza e a taxa de pobreza dos municípios que representam respectivamente a população calculada em função da renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo e o percentual de famílias com renda familiar mensal de até 1/2 salário mínimo, em relação ao total de famílias. Nesse aspecto verifica-se o município de Cornélio Procópio com o menor

índice de taxa de pobreza (16,44%) e com a melhor renda *per capita* (R\$ 316,35), enquanto que o município de São Jerônimo da Serra possui a maior taxa de pobreza da região (41,43%) e com a menor renda *per capita* (R\$ 140,67). Nota-se, também, sobre esse aspecto, uma relação direta entre esses índices e os percentuais de PIB por setor econômico. Cornélio Procópio possui o menor percentual de PIB agropecuário da região (17,91%) e industrial de 34,74%. Já São Jerônimo da Serra tem o 4º. maior índice de PIB agropecuário (62,07%) e o 2º. menor PIB industrial (4,93%). Elucida-se então a relação entre o desenvolvimento sócio econômico e o grau de industrialização da localidade. Como a microrregião possui um PIB agropecuário de 52,09% e um PIB industrial baixo de 11,84%, deduz-se que a microrregião norte pioneiro do Paraná ainda está distante de possuir índices de desenvolvimento humano adequados.

Um fator importante a ser destacado é o censo demográfico da microrregião que em 1991 possuía uma população de 219.318 habitantes e em janeiro de 2007 teve sua população reduzida em 8,56%, ou seja, 18.778 habitantes caindo para o total de 200.540 habitantes em 16 anos. As únicas cidades que obtiveram um crescimento que se pode considerar na ordem de 10% foram Bandeirantes e São Sebastião da Amoreira, sendo que os demais estão incluídos no fenômeno de esvaziamento populacional.

Essa análise permite a indução de uma proposta social e política na direção do que apontam os autores das teorias de desenvolvimento regional abordadas nos capítulos anteriores desse trabalho no que se refere aos pólos industriais.

Para tanto o próximo capítulo trata da proposta de se construir uma agenda política e um projeto de desenvolvimento para a região em estudo sem a pretensão de elaborar tal projeto, mas sim de apontar caminhos que levem ao mesmo.

5 DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O NORTE PIONEIRO DO PARANÁ.

No capítulo anterior foi visto um diagnóstico sócio-econômico da microrregião de Cornélio Procópio para a elaboração de políticas e projetos de desenvolvimento regional. Este capítulo trata da importância e dos desafios para a elaboração desse projeto de desenvolvimento para a microrregião do norte pioneiro do Estado do Paraná.

Refletindo uma tendência nacional, algumas das microrregiões do Estado do Paraná atravessam por problemas como o desemprego, a baixa renda, a concentração de riquezas, a falta de crescimento econômico e o baixo IDH em relação a outras regiões do mesmo Estado.

A partir das análises realizadas nos itens anteriores, percebeu-se a importância de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para algumas regiões paranaenses, ainda em estágio estacionário em termos gerais. Ficou claro que, as exportações foram e ainda são um fator preponderante para o crescimento econômico do país, pois isso traz divisas externas, propicia o aumento da produção, a geração de novos postos de trabalho e conseqüentemente, pela expansão no poder aquisitivo local e pelo efeito multiplicador da moeda escritural, um aumento na demanda por bens e serviços impulsionando a economia e a qualidade de vida da população em estudo.

Portanto, o estudo da influência das exportações no crescimento econômico nacional, serve de base para que se adotem estratégias que promovam a comercialização de bens e serviços produzidos em microrregiões do Paraná com outras regiões externas à localidade em estudo. Ou seja, boa parte dos produtos e serviços daquele local deve ser vendida para outros mercados não necessariamente internacionais, mas sim com alto grau de consumo na intenção de transferir divisas para a localidade exportadora e alavancar a economia da mesma.

5.1 FATORES INTERNOS PRESENTES NA REGIÃO

Para a análise desse fenômeno, se faz necessário estudar as avaliações de projetos para o desenvolvimento local e a base econômica como fator endógeno de crescimento. Para isso é fundamental aumentar o excedente de produção naquilo

em que a região tem maior vocação. Atrelado a isso, importante é um aumento nas produtividades tanto físicas quanto de mão de obra, para que os excedentes tenham um custo marginal inferior ao custo médio diminuindo assim o custo total de produção. Para que se obtenha êxito nesse processo, é preciso que se faça nos municípios envolvidos da região, um trabalho de capacitação técnica nos níveis de produção e de administração de micro e pequenas empresas, tanto rurais quanto urbanas, para que se especializem no intuito de aderirem ao novo plano de desenvolvimento previamente elaborado.

Espera-se, assim, que com um excedente produtivo de alta qualidade aliado aos novos conceitos de desenvolvimento assimilados pela população da região, conquiste-se novos mercados e um fluxo monetário mais intenso para a região, trazendo a abertura de novos postos de trabalho, melhores salários e um nível de vida mais adequado para a população. Uma política de investimentos em infraestrutura é fundamental para que a região crie condições para se formar um conjunto de atividades econômicas, porém, não é suficiente para gerar um processo de endogenização da produção excedente local e para atrair excedentes de outras regiões, fazendo assim, com que haja uma ampliação das atividades econômicas gerando mais emprego e renda.

Essa política deve estar prevista em uma estratégia global de desenvolvimento dessa região para que possa surtir efeitos multiplicadores crescentes sobre o produto e a renda, e seus mecanismos devem estar fundamentados administrativa, econômica e politicamente para que se evite distorções internas no projeto.

Uma proposta interessante para alavancar o desenvolvimento da região, é a formação de *cluster* que, segundo Rosenfeld (1996), é uma concentração sobre um território geográfico delimitado de empresas interdependentes, ligadas entre si por meios ativos de transações comerciais, de diálogo e de comunicações que se beneficiam das mesmas oportunidades e enfrentam os mesmos problemas.

A idéia central é formar uma indústria-chave ou indústrias-chaves, na região, transformá-las em líderes do seu mercado, se possível internacionalmente, e fazer dessas indústrias a ponta-de-lança do desenvolvimento dessa região; objetivos esses a serem conseguidos por meio de uma mobilização integrada e total entre os agentes dessa região. A estratégia, aparentemente hegemônica, de *cluster* está muito mais próxima da grande produção flexível do que propriamente da pequena

produção flexível, sem demonstrar, no entanto, qualquer tipo de discriminação pela pequena e pela média empresa. Desse modo, o *cluster* tem a vantagem de assumir uma forma menos difusa do que outros conceitos e estratégias de desenvolvimento regional.

Na realidade, não se trata mais de um aglomerado passivo de empresas, mas sim de uma coletividade ativa de agentes públicos e privados atuando com um mesmo interesse: o de manter a dinâmica e a sustentabilidade do sistema produtivo local. Nessa nova concepção de desenvolvimento regional, observa-se que a interação entre os agentes assume posição de destaque. Contudo, essa interação só é possível na presença de três elementos: (I) construção da confiança; (II) criação de bases concretas capazes de permitir a montagem de redes de comunicação, e (III) proximidade organizacional (esse como resultado da combinação dos outros dois elementos) (FILHO, 2001).

Uma estratégia de desenvolvimento com base nos novos paradigmas tem por objetivo munir um determinado local ou região, de fatores locacionais sistêmicos capazes de criar um pólo dinâmico de crescimento com variados efeitos multiplicadores, os quais se auto-reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região em um atrator de fatores e de novas atividades econômicas. Para isso, recomenda-se a implantação ou o desenvolvimento de projetos econômicos de caráter estruturante, que envolva uma cadeia de atividades interligadas.

Esses projetos de desenvolvimento podem estar ligados a algum tipo de vocação da região, como a existência de atividades típicas ou históricas, ou a alguma atividade econômica criada pelo planejamento em virtude da vontade política das lideranças locais ou regionais. Não há receita pronta para esse tipo de desenvolvimento.

Se, de um lado, a concentração geográfica de atividades econômicas, concorrentes, mas afins, é importante para construir um pólo econômico atrator; de outro, essa concentração deve também ser suficientemente importante para formar um sistema produtivo e transformar as empresas, as indústrias ou os setores ali localizados, ou para ali atraídos, em estruturas competitivas regionais e inter regionalmente. Vale lembrar que não basta uma estratégia de desenvolvimento local buscar a criação de fatores locacionais, e com isso provocar uma aglomeração de empresas; é preciso mais, ou seja, é preciso que se crie um sistema produtivo

sustentável no tempo. Nesse caso muitas das empresas desse sistema devem se colocar como líderes em seus setores, tanto em nível nacional quanto internacional. A assimilação, por empresas locais, das normas de consumo e de produção internacionais ao mesmo tempo em que mantém a reprodução ampliada do sistema produtivo local provoca um processo endógeno de contaminação dinâmica sobre inúmeros segmentos (concorrentes, parceiros, fornecedores, etc.) do próprio espaço geográfico. A questão da competitividade, pouco relevante, aliás, na teoria econômica regional tradicional, é hoje um ponto estratégico de máxima importância para a sustentabilidade do desenvolvimento endógeno (FILHO, 2001).

O que diferencia algumas regiões de outras é o fato de umas se conformarem com os “fatores dados” e outras procurarem “processar fatores e atividades”, e mesmo essas regiões não estão livres do declínio econômico porque os rendimentos decrescentes estão “inexoravelmente ligados à natureza das coisas” e, por essa razão, os atores e os protagonistas locais devem procurar continuamente novos fatores e novas combinações para a produção. Nesse caso, é importante que governo local (nível macro), instituições intermediárias (nível meso) e setor produtivo privado (nível micro) passem a trabalhar juntos com o objetivo de criar e de recriar fatores locais dinamicamente competitivos (FILHO, 2001).

5.2 CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA AGENDA PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

Antes da criação de uma agenda política e de um projeto de desenvolvimento local, é necessário que se adote uma metodologia de análise do comportamento sócio-econômico da região que se estuda. Propõe-se, portanto, uma análise de como se encontra o desenvolvimento da localidade com a adoção das cinco questões apontadas por Branston no capítulo quatro que são: a localidade e suas indústrias; a aprendizagem e saúde; a formação de redes; a administração da produção e as políticas de interesse público. Com esse cenário como base de dados, pode-se dar início a elaboração de estratégias que busquem a indução do crescimento econômico local com base nas potencialidades apontadas na análise.

Inclui-se nesse projeto, a criação de uma agência de apoio técnico e logístico, constituída por membros do governo municipal, empresários e universidades com o intuito de promover a expansão produtiva, controlar os níveis

de qualidade exigidos pelos novos mercados consumidores que se abrirão e estimular a continuidade de execução do plano de desenvolvimento local. Além dessas idéias, devem-se realizar outras estratégias políticas que envolvam o poder público municipal, estadual e federal, além de instituições financeiras para que se dê suporte fiscal e financeiro além de legal aos atores envolvidos.

Percebe-se que o desenvolvimento das pequenas regiões passa por sua organização interna, pela mobilização das forças locais, formada pelos empresários existentes e potenciais, pelas universidades, prefeituras, secretarias de estado e demais órgãos públicos vinculados com a questão regional. Somente a presença das grandes empresas motrizes e dos investimentos do governo federal não bastam para promover o desenvolvimento regional. É preciso, antes, que as ações desenvolvimentistas partam de baixo para cima, com a criação de pequenas e médias unidades inovadoras, vinculadas com a realidade de cada espaço sub-regional. Posteriormente, com o passar do tempo, é de se esperar que a presença de uma rede local de atividades industriais fortemente conectadas entre si, seja capaz de atrair unidades empresariais maiores, produzindo para os mercados nacional e internacional (SOUZA, 2005).

As estratégias de desenvolvimento econômico geralmente se vinculam à industrialização, à terceirização e à urbanização que se associam à modernização. Essa estratégia “de cima para baixo” com caráter concentrador e baseada na grande empresa, passa a ser considerada como o caminho principal para que se alcance o desenvolvimento. Porém, não se pode deixar de mostrar que essa estratégia concentradora não é a única existente e nem a única com possibilidades do alcance do desenvolvimento, já que existem outras que possuem importância decisiva em termos de emprego. Essas outras estratégias de desenvolvimento consideradas “de baixo para cima” têm um caráter de serem sustentadas não apenas por fatores econômicos, mas também pelos fatores sociais, culturais e territoriais. Esse tipo de desenvolvimento econômico local se baseia na utilização de recursos endógenos e geralmente são conduzidos por pequenas empresas, mas nem sempre tem o apoio político ou administrativo necessários por parte das esferas centrais da administração pública. Essas iniciativas vêm dependendo exclusivamente dos agentes do mercado local por vários esforços.

É importante que haja uma articulação estratégica entre os atores socioeconômicos locais como as associações empresariais, instituições financeiras,

as empresas de consultoria para empresas, as universidades locais e institutos de P&D visando incorporar as inovações tecnológicas e organizacionais ao conjunto das unidades produtivas locais. No entanto, é fundamental que seja oferecido um apoio político-administrativo pelos gestores públicos locais e que esses tenham a convicção do seu papel a ser desempenhado no fomento econômico como fatores decisivos nessas estratégias do desenvolvimento local.

A introdução das inovações tecnológicas, de gerenciamento e de organização microeconômica das atividades produtivas locais são fundamentais. Também se faz necessário uma articulação política e dos agentes privados empresariais no nível mesoeconômico para que se abra espaço de se construir a institucionalidade político-administrativa em apoio ao desenvolvimento. O avanço nesse processo descentralizador deve facilitar iniciativas de caráter produtivo empresarial já que disso depende a difusão do crescimento econômico e a geração de emprego produtivo, assim como conhecer as limitações de caráter ambiental. Desta forma, enquanto as teorias e políticas de desenvolvimento concentrador “de cima para baixo” demonstram o crescimento quantitativo como base do desenvolvimento, as estratégias de desenvolvimento local se preocupam com a satisfação das necessidades básicas no território, com a melhoria do emprego, da renda, da qualidade de vida, da conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Da mesma forma que é importante o apoio financeiro e tecnológico externos, também o é o esforço endógeno do conjunto das unidades produtivas locais potencializando os próprios recursos com o envolvimento das instituições financeiras locais. Isso busca difundir o desenvolvimento com base no crescimento econômico e do emprego produtivo sustentado pelas bases endógenas. Tais bases implicam na existência de um potencial de recursos humanos e patrimoniais no território. Para que se possa identificar essa potencialidade de desenvolvimento se faz necessário dispor de informações sobre o conjunto empresarial, tais como: o censo das unidades de produção e suas cadeias produtivas; o mercado de trabalho local; a sinergia entre os centros acadêmicos e a capacitação da mão de obra; as instituições de capacitação empresarial e tecnológica; o sistema de P&D; um inventário dos recursos naturais e ambientais; a estrutura social e política local; a tradição cultural, entre outras.

Nesse ponto do projeto, pode-se utilizar as cinco variáveis apresentadas no capítulo 4 deste trabalho, quando as respostas às questões básicas para estudos de caso no desenvolvimento econômico local e na política de interesse público industriais fornecerão subsídios importantes para um diagnóstico mais realista da região.

O governo do município não deve apenas ficar condenado a fazer as transferências que recebe das instâncias superiores, precisa sim negociar com os agentes empresariais a forma adequada da coleta sistemática das informações desse conjunto empresarial, e colocar-se como ator do desenvolvimento local nas áreas da produção e da geração de emprego e riqueza.

O elemento decisivo que lidera o processo de desenvolvimento é a capacidade inovadora das empresas. Esse fator é preponderante na mobilização eficiente dos recursos disponíveis, mas sua inexistência é frequente na região. A transferência desse estímulo inovador parte da base do sistema escolar e justifica uma intervenção do governo local na gestão das empresas na falta dos empresários inovadores até que se preencha essa carência no futuro.

Fica claro perceber que a definição de um novo projeto com ações conjuntas entre o setor público, o privado, as instituições financeiras, sociedade civil, universidades, ONGs., etc. não é uma receita fechada para o desenvolvimento econômico local, mas, é uma tarefa de planejamento coletivo de interesse comum para a melhoria do nível de vida da população (LLORENS, 2001).

É necessário que se busque uma mudança estrutural que conduza a uma melhoria do nível de vida da população local na dimensão econômica, na qual os empresários se tornem mais eficientes na utilização dos recursos produtivos disponíveis tornando-se produtivamente mais competitivos em seus mercados. Na formação de recursos humanos entram os atores educacionais e de capacitação ofertando o conhecimento necessário para a inovação da produção local. Na dimensão político-administrativa, a gestão local e da região facilitam a conjunção do setor público e do privado e a criação das inovações favoráveis à produção. E finalmente, a dimensão ambiental na qual se inclui a preocupação com os potenciais de recursos naturais e assegura a sustentabilidade ambiental.

Na formulação dessa estratégia de desenvolvimento econômico local, alguns aspectos de política devem ser destacados como:

- articulação da produção territorial nas diversas áreas econômicas: rurais, urbanas, agrárias, industriais e de serviços;
- compromisso com o emprego no mercado de trabalho local;
- conhecimento das tecnologias apropriadas aos recursos disponíveis nesse local;
- inovação organizacional e tecnológica adequada aos níveis locais;
- envolvimento dos trabalhadores locais nessa reorganização produtiva;
- criação de políticas específicas de apoio à micro e pequenas empresas; e
- adaptação do sistema educacional existente aos problemas produtivos locais.

Deve-se levar em conta, os processos e iniciativas de desenvolvimento local que busquem o aproveitamento de recursos existentes no território, tais como, de origens rural, ambiental, agroindustrial ou de serviços, difundindo o desenvolvimento e o emprego e não os concentrando. A antiga visão que distingue os setores econômicos em primário, secundário e terciário, dá lugar a uma visão moderna de incorporação do conhecimento como valor agregado às diferentes atividades econômicas. A inserção de biotecnologias genéticas no setor agropecuário com o intuito de melhorar a qualidade dos produtos e a utilização de uma rede de informação estratégica do mercado para uma logística eficiente são fatores mais complexos em termos de tecnologia e organização do que uma tradicional produção manufatureira. O estímulo à negociação entre os atores locais, públicos e privados, constitui a principal tarefa que cabe principalmente, aos responsáveis públicos locais e regionais promoverem a fim de aumentar a eficiência produtiva e a competitividade de cada sistema econômico. Com a criação de um entorno territorial inovador, como um dos principais objetivos de desenvolvimento econômico local, o estilo velho da atuação pública que oferece auxílio direto às empresas, dá lugar à nova modalidade de política que cria condições favoráveis ao empreendimento produtivo.

Fica claro então, que todas as atividades produtivas em seus diversos níveis, devem ser compelidas a introduzir os fatores de inovação tecnológica e de gestão adequados e as empresas sempre concorrerão em um determinado entorno territorial.

A região norte pioneira do Estado do Paraná possui um tecido empresarial formado por micro e pequenas empresas, onde, o acesso à oferta desses fatores de inovação tecnológica e de gestão não se asseguram, ou seja, este mercado não

está construído no território para essas empresas e isso dificulta os processos de modernização da produção local. A oferta desses serviços deve ser especializada, respondendo as especificidades do território em questão como o perfil produtivo, as características ambientais, os problemas trabalhistas e sociais, etc. Surge assim, a necessidade da criação de tais mercados de fatores ou uma construção do entorno inovador pela articulação dos atores locais vinculados aos diversos níveis da administração pública. Faz-se necessário uma política de oferta ativa, que se dirige à motivação local e à construção de um entorno territorial inovador, no intuito de dispor da institucionalidade apropriada para o desenvolvimento econômico local, conforme afirma Llorenz (2001).

O desenvolvimento empresarial está intimamente ligado ao êxito do desenvolvimento local, por isso, destacam-se algumas atividades entre os aspectos comuns de uma nova proposta de desenvolvimento, entre eles:

- atividades direcionadas ao potencial de desenvolvimento endógeno;
- política tecnológica que facilite o fomento dos potenciais endógenos;
- atenção às MPEs induzindo-as a rentabilidade social e geração de empregos e renda;
- acesso das MPEs aos serviços de desenvolvimento empresarial no entorno local;
- construção de um entorno tecnológico inovador territorial apropriado à região.

Um projeto de desenvolvimento econômico não possui receita pronta como já foi citado, mas este capítulo buscou propor a construção desse projeto, através de informações baseadas nos conceitos teóricos e estratégias utilizadas no transcorrer da história.

É sabido que existem inúmeras dificuldades para se elaborar um projeto de desenvolvimento econômico para a microrregião do norte pioneiro do Paraná e que o desafio para se construir uma agenda política que busca a unidade de idéias nesse projeto, é muito vasto. Porém, a economia regional e os estudos realizados por institutos como IBGE, IPARDES, IPEA entre outros conforme apresentados neste trabalho, dão subsídios importantes para que os atores envolvidos nessa região busquem alternativas e tracem estratégias que levem ao desenvolvimento social e econômico de forma sustentada.

6 CONCLUSÃO

No momento atual, o desenvolvimento regional é considerado um dos grandes desafios das políticas públicas. A mudança no modelo de desenvolvimento sugere uma proposta de estratégias alternativas para a organização das regiões. Muitas alternativas se apoiam na inovação tecnológica que é vetor importante para esse desenvolvimento, mas só se torna válido com o suporte dos administradores públicos integrados aos vários setores da economia e da sociedade. Com a ocorrência das inovações nas áreas dos fatores de produção materiais, do trabalho organizado, nos processos gestores e a competitividade entre as empresas, houve uma nova contribuição nos relacionamentos desses setores para o processo produtivo e inevitavelmente para uma tendência ao crescimento.

A busca pelo desenvolvimento econômico regional, através da competitividade de produtos e serviços com agregação de valores não ocorre instantaneamente, mas sim por ações que gerem reações como a criação de empresas e empregos.

O desenvolvimento regional apresenta-se de diversas formas, permitindo assim notar-se que a divisão de trabalho no Brasil reflete as estruturas de produção de cada região especificamente. Essas estruturas são resultantes de fatores políticos, culturais e econômicos específicos de cada região, que ainda se diferenciam por situações geográficas e históricas conforme se observou no transcorrer deste trabalho.

Esta distribuição ocorre através do aparecimento e desenvolvimento de centros dominantes em pólos regionais de crescimento econômico. Esses centros propagam esse desenvolvimento para áreas vizinhas, refletindo a possibilidade de acesso a recursos de diversas naturezas, a existência de economias de aglomeração ou de economias externas, padrões diferenciados de tecnologia e a capacidade de absorção das inovações tecnológicas por parte do trabalhador local. Desta forma, a efetividade e a rapidez do processo de inovações tecnológicas e as transformações na divisão espacial do trabalho estão diretamente associadas à estrutura da produção vigente, como também à qualidade da força de trabalho.

As mudanças tecnológicas, ao exigirem um novo perfil do trabalhador, provocam uma revolução sobre as formas de educação do trabalhador, que demanda uma urgente avaliação e redefinição das formas tradicionais de

qualificação. A moderna concepção de qualificação vai além das habilidades técnicas, exigindo uma educação permanente e atualizada, capaz de gerar habilidades de trabalho que permitam ao trabalhador a criação de novos métodos para a resolução de problemas que tenderão a ser cada vez mais complexos. Por outro lado, as condições econômicas e sociais díspares das diversas regiões implicam estruturas produtivas também diferenciadas, em que a dinâmica interna dessas regiões, que afeta a divisão espacial do trabalho, exerce um papel importante na obtenção de melhores indicadores de crescimento econômico. Como já foi dito, a aglomeração, com seu leque de oportunidades potenciais, com baixo custo de implementação, é a primeira condição do mercado capitalista.

A proposta inicial deste estudo foi de verificar o processo de desenvolvimento econômico da microrregião norte pioneira do Paraná e, que ao final sintetizasse a importância das aglomerações industriais especializadas, bem como de sua dinâmica interna, variável difícil de conceituar e, por conseqüência, de mensurar. Ao se pesquisar sobre a formação e evolução econômica da região norte paranaense, conclui-se que o que alavancou a expansão econômica dessa região, sem dúvida, foi a cultura do café propiciada pelo corredor comercial paulista. Porém, a consolidação econômica dessa região não se fez pela cultura cafeeira, mas com os recursos que vieram de seu cultivo alocados em outras atividades. Quando se analisa o município pólo da região, Cornélio Procópio, percebe-se uma estrutura produtiva inicial apta para um processo de desenvolvimento sócio econômico local, mas, com a inexistência de um projeto específico mais conciso baseado nas teorias e estratégias aqui propostas pelos diversos autores.

A microrregião possui uma infra-estrutura básica suficiente para o início de uma indução de crescimento e uma base produtiva adequada em alguns dos municípios pertencentes a ela. No que se refere à questão-chave da aprendizagem e saúde, Cornélio Procópio propicia às demais localidades da região, uma estrutura que vai do ensino fundamental ao superior passando pelos cursos técnicos e tecnológicos e chega até as especializações de nível superior em várias áreas do conhecimento. Isso fortalece um recurso produtivo fundamental para o crescimento e desenvolvimento regional que é a capacitação da mão de obra local. Apesar da microrregião de Cornélio Procópio possuir empresas de médio e grande porte, como foi mostrado no transcorrer desse trabalho, elas não exercem a função de encadeamento e formação de redes ou aglomerados e tem como objetivo principal a

construção de uma força individual sem a preocupação de ser empresa motriz e gerar encadeamentos que levam ao desenvolvimento local. Isso ocorre devido ao tipo de governança da produção que não possui, ainda, a cultura do desenvolvimento regional e sim do individual. E finalmente as políticas públicas são voltadas a atender as necessidades mais urgentes da população, e não possui um conjunto de ações fundamentais que dão o suporte necessário para que um projeto de desenvolvimento possa ser executado.

Os índices de desenvolvimento apontados nas sessões apropriadas, demonstram uma evolução em termos sociais e econômicos, porém, é uma evolução pífia perto do que se poderia alcançar com as ferramentas teóricas que a economia regional disponibiliza aos atores dessa região. Verificou-se ainda, a importância de uma convergência de vontades e pensamentos de todos os atores envolvidos no processo desse desenvolvimento, na direção de uma política regional bem dirigida com base em um projeto científico bem elaborado.

Por uma ótica de longo prazo, a viabilidade de se promover o desenvolvimento dessa região, depende de que haja uma evolução da situação atual para uma situação com maior grau de institucionalização das relações entre os atores desse processo.

É imprescindível que nesse conjunto de ações se promova a instalação de uma ADEL – Agência de Desenvolvimento Econômico Local – na perspectiva de que haja um acompanhamento detalhado da elaboração, implementação, execução e verificação dos resultados do projeto de desenvolvimento local.

Os resultados completos deste estudo são importantes e ajudam a complementar a discussão atual sobre os novos rumos das políticas locais, em face dos desdobramentos macroeconômicos ocorridos, recentemente, na economia mundial. Um projeto de desenvolvimento territorial deverá assumir a missão de incrementar a economia, dotar o território de maior equidade material e social, apresentar oportunidades de emprego e renda para a sua população e avançar, decisivamente, em direção a um pacto territorial em que os municípios se reconheçam como artífices. Não se ignora o desafio que se apresenta para os gestores, uma vez que o conflito de interesses é parte deste processo. Cabe aos agentes públicos e à sociedade estabelecer metas e interesses comuns em nome do desenvolvimento.

Pela abrangência do tema e a natureza desse estudo, sugere-se o aprofundamento dessa pesquisa, buscando índices, de natureza social e econômica, mais atuais e trabalhar em uma pesquisa de campo em todos os municípios da região. Na continuidade desse estudo propõe-se também, a elaboração de um projeto próprio e específico de desenvolvimento para a microrregião de Cornélio Procópio, no intuito de contribuir de forma mais expressiva com a economia e o desenvolvimento regional e local, agregando mais conhecimento ao processo de construção de uma sociedade, na qual haja uma melhoria da qualidade de vida com mais riqueza e melhor distribuição de renda para a população da região norte paranaense.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento. UMA INTRODUÇÃO À ECONOMIA REGIONAL**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BARTOLI, Henri. **Repenser le Développement, En Finir avec la Pauvreté**. Paris: UNESCO/MOST/Economica, 1999.
- BECATTINI, G. **Dal Settore Industriale al Distretto Industriale**. Alcune Considerazioni sull'unità di Indagine Dell'economia Industriale. 1979.
- BENITEZ, Rogério Martin. **Economia regional – O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste, V.29, n.2, p. 143-157, Fortaleza: abr./jun.1998.
- BONDARIK, Roberto. **Formação histórica do norte pioneiro do Paraná**. <http://robertobondarik.blogspot.com/2006/04/texto-04-formação-histórica-do-norte.html>. Abril de 2006. Site consultado em 20 de novembro de 2008.
- BRANSTON, J. Robert et al. **The Development of Local Economies and the Possible Impact of Public Policy: A Methodology for Case Studies**. Industrial Development Policy. Discussion Paper 20. 2003.
- CASAROTTO FILHO, Nelson. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.
- CLEMENTE, Ademir. HIGACHI, Hermes Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.
- CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Dados Econômicos**. Disponível em <http://www.cnm.org.br>. Acesso em 19 de maio de 2008.
- COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002.
- COSTA, Ricardo Dalla. **Desenvolvimento Regional: AMUNOP – Associação dos municípios do norte do Paraná**. Artigo. Cornélio Procópio: 2003.
- COWLING, Keith e SUGDEN, Roger. **The Essence of the Modern Corporation: Markets, Strategic Decision-Making and the Theory of the Firm**. The Manchester School, Vol. 66, no. 1, pg. 59-86. 1998.
- COWLING, Keith e SUGDEN, Roger. **The Wealth of Localities, Regions and Nations: Developing Multinational Economies**. New Political Economy, Vol. 4, no. 2, pg. 361-378. 1999.
- DUBEY, Vinod. **Definição de Economia Regional**. In.: SCHWARTZMAN (1977, p. 21-27).

EMPEL, Carlien van; URBINA, Walter; VILLALOBOS, Eloisa de. **Formulação da Plataforma Nacional de Desenvolvimento Econômico Local (DEL)**. International Labour Organization, 2006.

FILHO, Jair do Amaral. **A Endogenização no desenvolvimento econômico regional e local**. Revista IPEA, planejamento e políticas públicas ppp. ed. no. 23, junho de 2001.

FRANÇA, Cassio Luiz; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Pólis, 2004 (Publicações Pólis, 40).

FURTADO, Celso. **"Formação econômica do Brasil."** 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 19. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. **Acumulação e crescimento da firma**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958).

HIRSCHMAN, A. **A economia como ciência moral política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ISARD, W. **Location and Space-Economy**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1956.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M.; RUSSEF, I. **Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento**. Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 4, p. 35-42, 2002.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, no. 5, p. 51-59. Setembro de 2002.

MCP. MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO. **Dados Econômicos**. Disponível em <http://www.conelioprocopio.pr.gov.br>. Acesso em 19 de maio de 2008.

MEYER, J. R. **Economia Regional: um levantamento**. In.: AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. *Panorama da Moderna Teoria Econômica*, São Paulo: Atlas, 1973, v. 2, cap. 8, p. 311-343.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Under-developed Regions**. London: Duckworth, 1957.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. 2ª. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PERROUX, F. **Note sur la Notion de Pôle de Croissance**. *Économie Appliquée*, 7, p. 307-320, Paris, 1955.

PERROUX, François. **O conceito de pólo de crescimento**. In: SCHWARTZMAN, Jacques. *Economia regional*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. (Textos escolhidos).

PORTER, MICHAEL E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RIPPEL, R. **Os encadeamentos produtivos de um complexo agroindustrial: um estudo de caso da FRIGOBRÁS-SADIA de Toledo e das empresas comunitárias**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UFPR, 1995.

ROSENFELD, S. A. **'États-Unis: Les agglomérations d'entreprises'**. In: OCDE. **Réseaux d'entreprises et développement local (ou Network et de Développement)**. Paris: Ed. Organisation de Coopération et de Développement Économique, 1996.

SANTOS, Domingos (2002). **O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia**. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002. p. 189-200.

SCHWARTZMAN, J.. **A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional** in: Haddad, P.R (ed) *Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial*, Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, pp. 37-94 (monografia n. 16), 1975.

SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

SILVA, J. G. **Complexos industriais e outros complexos**. *Revista de Reforma Agrária*. Set. p. 5-10, 1991.

SILVEIRA, Caio Márcio, *Sistema Ceape: Programa de Apoio a Pequenos Empreendedores*, Cap. 7 em CAMAROTTI, Ilka & SPINK, Peter (org.), *Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de. Publicado originalmente na *Revista Perspectiva Econômica*, da UNISINOS (São Leopoldo, RS, v. X, n. 25, p. 117-130, março 1980).

SOUZA, Nali de Jesus de. Publicado originalmente na Revista *Perspectiva Econômica*, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação**. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SUGDEN, Roger e WILSON, James R. ***Development in the Shadow of the Consensus: A Strategic Decision-Making Approach***. *Contributions to Political Economy*, vol. 21. 2002.

TOLOSA, Hamilton C. **Pólos de crescimento: teoria e política econômica**. In: HADDAD, Paulo Roberto (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro, 1972. p. 189-243.

WITTMAN, Milton Luzi; BECKER, Dinizar F. **Desenvolvimento Regional**. Ed. Edunisc, 2001.

WILLERS, Hermann. ***Langenscheidt taschenwörterbuch deutsch-spanisch***. New Yorque: Langenscheidt, 1982, 1022p.